



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO RURAL**

**Linha de Pesquisa:** Agricultura Familiar, Novas Ruralidades e Território

LEANDRO GUIMARÃES NUNES DE PAULA

**Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?**

Florianópolis

2019

Leandro Guimarães Nunes de Paula

**Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial da obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas com ênfase em Ciências Ambientais, sob a orientação do Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella, e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Monique Medeiros.

Florianópolis

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

de Paula, Leandro

Cesta de Bens e Serviços Territoriais: : uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense? / Leandro de Paula ; orientador, Ademir Antonio Cazella, coorientador, Monique Medeiros, 2019. 116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Desenvolvimento territorial sustentável. 3. Governança territorial. 4. Recursos territoriais específicos . 5. Renda de qualidade territorial. I. Cazella, Ademir Antonio. II. Medeiros, Monique. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas. IV. Título.

Leandro Guimarães Nunes de Paula

**Cesta de Bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Cristiano Desconsi

Universidade Federal de Santa Catarina - Departamento de Zootecnia e Desenvolvimento Rural

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Thaise Costa Guzzatti

Universidade Federal de Santa Catarina – Educação do Campo

Dr.<sup>a</sup> Andréa Techio

Pesquisadora do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em agroecossistemas.

---

Prof. Dr. Arcângelo Loss

Coordenador do Programa

---

Prof. Dr. Ademir Antonio Cazella

Orientador

Florianópolis, 2019.

Dedico esse trabalho a minha esposa,  
Juliana Theodora Cunha de Oliveira,  
que em momento algum duvidou da  
minha capacidade e sempre me apoiou  
nos momentos mais difíceis desse  
ciclo.

## **Agradecimentos**

Muitas horas se passaram até esse momento, foram dias e noites árduos para a realização desse trabalho. Algo que talvez nunca imaginasse fazer, e agora está na reta final. Para chegar até aqui obtive a ajuda de várias mãos. Essas que consolaram, afagaram, orientaram e empurraram. Por isso, tenho que agradecer a muitos e muitas que estiveram ao meu lado para chegar até esta última escrita.

Agradeço a três pessoas em especial, a minha companheira de todos os momentos, Juliana Theodora Cunha de Oliveira, que desde o início foi a maior incentivadora para minha inserção na vida acadêmica. Me ajudou nos dias e noites de produção desse trabalho, frequentemente ao meu lado, mesmo quando estava repleta de tarefas, nunca me deixou um momento sequer desamparado. Obrigado meu amor por ser o meu esteio dessa jornada!!

E aos meus pais, Geraldo Guimarães Nunes de Paula e Edina Maria de Paula Guimarães, cada um com um papel distinto nessa trajetória. Com certeza meu pai foi quem me fez tomar a decisão de realizar esse mestrado. Alguns dias antes da sua passagem, em uma conversa na UTI, disse a ele sobre minha indecisão de trabalhar ou entrar na vida acadêmica. E lembro como se fosse hoje a sua orientação para entrar na pós-graduação. E tenho a plena certeza que durante esses dois anos e meio, ele esteve sempre me apoiando. Já minha mãe, como sempre foi excepcional, nunca me deixou para baixo, a cada ligação era uma bomba de animação. Ela em todas as vezes fazia questão de saber como estava o trabalho, e mesmo quando dizia que não estava legal, trazia falas positivas para me fazer acreditar que logo os ventos bons iriam soprar, e soprou!

Há tantas pessoas a mencionar aqui, então espero a paciência desses gratos leitores, pois irei fazer uma longa declamação de agradecimento. Afinal a vida é um eterno aprendizado, com todos aqueles que nos rodeiam. Por isso não poderia deixar de lado minhas queridas irmãs, Luciana e Adriana, que me acompanharam ainda que distantes fisicamente, mas sempre estiveram dentro do meu coração, me munindo de amor e carinho.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que oportunizaram a desconstrução de paradigmas e concomitantemente a construção de novos conhecimentos, em uma das melhores universidades públicas do país, com o privilégio de ter um auxílio financeiro nesse período. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) que nos

auxiliou financeiramente na pesquisa de campo. Aos meus colegas e professores do PGA que me fizeram crescer a cada debate e discussão.

Quero agradecer imensamente ao meu orientador Ademir Antonio Cazella que, primeiramente, não desistiu de mim, e segundo, me confiou um grande desafio que foi o tema dessa pesquisa. Com certeza ele me fez crescer bastante, lutando contra meus medos e desafios que por vezes não imaginava que iria superar. Obrigado Cazella pelas horas e horas de orientação, pelos chacoalhões, pela compreensão das minhas dificuldades e por acreditar que eu iria alcançar nossos objetivos. E de forma alguma poderia deixar de agradecer a minha co-orientadora Monique Medeiros, que desde o início me estimulou a construir essa dissertação. Sempre tirando um tempo para fazer a leitura do nosso trabalho, que invariavelmente tomava tempo nos seus finais de semanas. *Merci pour toute votre aide, qui ne m'a jamais refusé !*

Durante todos os dias pude ter a alegria de ter participado do Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável, que sempre me acolheu de braços abertos, para reclamar dos percalços do trabalho, para falar de qualquer besteira e, principalmente, para ajudar a enriquecer esse trabalho. Portanto, quero agradecer ao Adevan, Ana Cecília, Luiz Pizzolo e ao Anderson, que fizeram dessa trajetória mais amena e divertida. Assim como a Priscila Prado, Isadora, Nathan, Francesco Vittor, Luã, Nayã, Marina, Karine, Marja, Rodrigo Veteca, Antônia, Vladimir, Luigi, Jucal e demais colegas e amigos que acrescentaram a esse trabalho, das mais variadas formas. Por fim, e não menos importante, todos os atores da Serra Catarinense que abriram a sua porta para contar um pouco da sua vida e, por fim, fizeram do seu tempo um grande trabalho.

“Debulhar o trigo  
Recolher cada bago do trigo  
Forjar no trigo o milagre do pão  
E se fartar de pão

Decepar a cana  
Recolher a garapa da cana  
Roubar da cana a doçura do mel  
Se lambuzar de mel

Afagar a terra  
Conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, propícia estação  
E fecundar o chão”

Milton Silva Campos Do Nascimento, 1979

## Resumo

PAULA, Leandro Guimarães Nunes de. **Cesta de bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense?** Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Orientador: Ademir Antonio Cazella. Co-orientadora: Monique Medeiros.

### Resumo

O enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) foi concebida por pesquisadores franceses, em meados dos anos 1980, em meio à crise dos sistemas agrícolas intensivos. Nessa abordagem, coloca-se no centro dos processos de desenvolvimento territorial os chamados produtos típicos e de qualidade. Considerando o potencial dessa perspectiva para zonas rurais brasileiras, este trabalho mobiliza esse enfoque na análise dos produtos e serviços específicos do território da Serra Catarinense. A justificativa desta pesquisa se assenta na escassa produção científica sobre o conceito da CBST no Brasil e na carência e fragilidade de diagnósticos territoriais que aportem novos elementos acerca das potencialidades de desenvolvimento de regiões que adotaram parcialmente, ou foram excluídas, dos preceitos da economia de escala baseada no aumento constante da produtividade. A pesquisa a campo foi realizada entre abril e maio de 2018 junto a 49 atores sociais, com destaque para agricultores, donos de pousadas, empresários, representantes de organizações civis e de instituições públicas. Além de entrevistas com esses atores, a técnica da observação participante complementou as informações de campo analisadas. Esta investigação aponta que a abordagem da CBST representa um aporte teórico-metodológico inovador para a compreensão das novas definições e ressignificações de ações de desenvolvimento em espaços rurais no Brasil. No contexto da Serra Catarinense, onde despontam ações coletivas de atores públicos, privados e associativos em torno de bens e serviços específicos, percebeu-se a potencialidade da mobilização desse enfoque nas distintas iniciativas de desenvolvimento territorial em curso. Dentre os ativos territoriais analisados encontram-se o queijo artesanal serrano, os vinhos de altitude, o mel de melato, a maçã fugi e o turismo rural. A valorização da qualidade desses produtos e serviços conta com o rico cenário paisagístico e cultural da Serra Catarinenses. Os processos recentes de Indicação Geográfica (IG) em curso no território com o queijo serrano, maçã fuji, vinho de altitude e o mel de melato, aliados ao crescimento do turismo rural, são compreendidos como potenciais para a especificação desses produtos. No entanto, a pesquisa empírica revelou fragilidades no sistema de governança territorial, o qual se apresenta incipiente. A Serra

Catarinense reúne, portanto, um conjunto de condições propícias para a promoção do desenvolvimento territorial a partir do enfoque da CBST, devido à riqueza da coleção de recursos territoriais específicos. Um programa de formação dos distintos atores territoriais implicados com as diferentes iniciativas em curso figura como uma ação chave para que os ingredientes da “cesta” não se mantenham dispersos ou desagregados.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento territorial sustentável; Cesta de bens e serviços territoriais; Recursos territoriais; Renda de qualidade territorial; Governança territorial.

## **Abstract**

The Basket of Territorial Goods and Services (CBST) approach was conceived by French researchers in the mid-1980s amid the crisis of intensive farming systems. In this approach, the so-called typical and quality products are placed at the center of territorial development processes. Considering the potential of this perspective for Brazilian rural areas, this paper mobilizes this approach in the analysis of the specific products and services of the territory of the Serra Catarinense. The justification of this research is based on the scarce scientific production on the concept of CBST in Brazil and on the lack and fragility of territorial diagnoses that provide new elements about the development potential of regions that have partially, or excluded, the precepts of economies of scale. based on a constant increase in productivity. The field research was conducted between April and May 2018 with 49 social actors, especially farmers, inn owners, businessmen, representatives of civil organizations and public institutions. In addition to interviews with these actors, the participant observation technique complemented the field information analyzed. This research points out that the CBST approach represents an innovative theoretical-methodological approach for understanding the new definitions and redefinitions of development actions in rural spaces in Brazil. In the context of Serra Santa Catarina, where collective actions of public, private and associative actors are emerging around specific goods and services, the potentiality of mobilizing this focus in the different ongoing territorial development initiatives was realized. Among the analyzed territorial assets are the artisan serrano cheese, the altitude wines, the melato honey, the fugi apple and the rural tourism. The appreciation of the quality of these products and services relies on the rich landscape and cultural scenery of the Serra Catarinenses. Recent Geographical Indication (GI) processes under way in the territory with Serrano cheese, Fuji apple, altitude wine and melate honey, allied to the growth of rural tourism, are understood as potential for the specification of these products. However, empirical research has revealed weaknesses in the territorial governance system, which is incipient. Serra Catarinense has, therefore, a set of favorable conditions for the promotion of territorial development based on the CBST approach, due to the richness of the collection of specific territorial resources. A training program for the different territorial actors involved with the different ongoing initiatives is a key action so that the ingredients of the “basket” do not remain dispersed or disaggregated.

**Keywords:** Sustainable territorial development; Basket of territorial goods and services; Territorial resources; Income of territorial quality; Territorial governance.

## Lista de Figuras

### **INTRODUÇÃO**

Figura 1 – Diagrama de análise territorial.....24

Figura 2 - Localização geográfica dos municípios da extinta Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Santa Catarina, 2017.....34

Figura 3 - Esquema de representação dos entrevistados.....37

### **CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ATIVOS E RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS**

Figura 1 – Governança territorial e estrutura de uma CBST.....47

Figura 2: Queijo artesanal serrano o processo de cura sobre madeira de araucária.....49

Figura 3: Maçã da região de São Joaquim.....51

Figura 4: Produção de uvas viníferas, em fim de ciclo, no município de São Joaquim.....54

Figura 5: (A) Abelha se alimentando das gotas de melato geradas pelas cochonilhas. (B) Mel de melato extraído das colmeias sendo envazado.....56

Figura 6: Paisagem da Serra Catarinense.....58

Figura 7: Governança territorial e estrutura da CBST da Serra Catarinense.....62

### **CAPÍTULO 2: GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NA SERRA CATARINENSE**

Figura 1 – Rótulo de um queijo artesanal serrano com a marca Sabor Serrano.....77

Figura 2 – Premiação de melhor mel do mundo de 2013 à empresa Prodapys do município de Araranguá (SC).....93

Figura 3 – Atores públicos e associativos em torno dos produtos e serviços específicos da Serra Catarinense.....96

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Figura 1- Diagrama de análise da Serra Catarinense.....105

## Lista de Quadros

### **INTRODUÇÃO**

Quadro 1 – Modelo globalizado versus o modelo territorial.....23

### **CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ATIVOS E RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS**

Quadro 1 - Tipologia dos recursos territoriais.....45

## **Lista de Tabelas**

### **CAPÍTULO 2: GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NA SERRA CATARINENSE**

Tabela 1 –Número de sócios das cooperativas em torno da maçã e o seu volume estimado da produção em 2018.....	88
Tabela 2 – Relação do número de sócios das associações turísticas da Serra Catarinense.....	94

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

- ABT - Associação Bom Jardinense de Turismo
- ABTER - Associação Bom Jardinense de Turismo Rural
- AC – Análise de Conteúdo
- ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina
- ACAVITIS - Associação Catarinense de Vinhos Finos de Altitude
- ACFCT - Associação Catarinense de Fruticultores de Clima Temperado
- ACORDE - Ação Conjunta de Revitalização e Desenvolvimento
- ADR - Agência de Desenvolvimento Regional
- AMAP - Associação dos Produtores de Maçã e Pera da Região
- AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana
- ASA - Associação Serrana de Apicultores
- APIBOM – Associação de Apicultores de Bom Retiro
- APROSERRA - Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense
- CBST - Cesta de Bens e Serviços Territoriais
- CETREJO - Centro de Treinamento da EPAGRI de São Joaquim
- CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
- CISAMA - Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense
- CITE - Clube de Intercâmbio e Troca de Experiência
- COMTUR - Conselhos Municipais de Turismo
- CONSERRA - Conselho de Turismo da Serra Catarinense
- Coopema – Cooperativa Agropecuária de Urupema
- Cooperserra - Cooperativa Regional Serrana
- Credineve - Cooperativa de Crédito Rural
- DO - Denominação de Origem
- Econeve - Cooperativa Ecológica de São Joaquim e Região
- EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária
- EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
- FAASC - Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina

Frutas de Ouro - Cooperativa Agrícola Frutas de Ouro

IFSC – Instituto Federal de Santa Catarina

IG - Indicação Geográfica

INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial

IP - Indicação de Procedência

JICA - *Japan International Cooperation Agency*

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

POUSERRA - Associação do Trade Turístico de Urubici

PROFIT - Programa de Fruticultura de Clima Temperado

QAS – Queijo Artesanal Serrano

RQT - Renda de Qualidade Territorial

Sanjo - Cooperativa Agrícola São Joaquim LTDA

Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIM - Sistema de Inspeção Municipal

SC - Santa Catarina

SDR - Secretarias de Desenvolvimento Regional

RS – Rio Grande do Sul

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNIPLAC – Universidade do Planalto Catarinense

UP – Unidade Produtiva

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	18
1.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA .....	18
1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS .....	20
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	25
1.3.1 Caracterização da Serra Catarinense e dinâmicas recentes em torno de produtos de qualidade .....	27
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....	34
1.4.1 Sistematização e análise dos dados .....	38
1.5 ESTRUTURA GERAL DA DISSERTAÇÃO .....	39
2. CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ATIVOS E RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS .....	41
3. CAPÍTULO 2: GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NA SERRA CATARINENSE .....	67
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	101
5. REFERÊNCIAS .....	107
6. APÊNDICES .....	111
6.1 APÊNCIDE A – <b>Roteiro de entrevistas com os atores públicos</b> .....	111
6.2 APÊNCIDE B – <b>Roteiro de entrevistas com os atores privados e associativos</b> .....	113
6.3 APÊNCIDE C – <b>TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	114
6.4 APÊNCIDE D – <b>Nota de imprensa</b> .....	116

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta introdução apresenta-se o problema do estudo, a síntese do referencial teórico do enfoque teórico metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) e das Indicações Geográficas (IG), bem como os procedimentos metodológicos, que inclui a caracterização do local de pesquisa. Por último, descreve-se a estrutura geral desta dissertação.

### 1.1 APRESENTAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Em meados dos anos 1990, marcados pela crise dos sistemas agrícolas intensivos, os pesquisadores Bernard Pecqueur e Amédée Mollard iniciaram, na França, a construção teórica da abordagem CBST. Esse processo imprimiu um novo interesse por zonas rurais desfavorecidas, que ficaram à mercê do desenvolvimento global, e seus produtos típicos e de qualidade, bem como das suas paisagens. Cerca de dez anos após o início das pesquisas, a noção de CBST adquiriu um escopo mais geral, com aplicações em países do sul da Europa, África e da América Latina, além da continuidade de estudo em distintas zonas rurais francesas (MOLLAR; PECQUEUR, 2007).

A abordagem da CBST é um instrumento de análise e de formulação de estratégias de desenvolvimento territorial. Tal instrumento está baseado na diferenciação do território por meio da especificação dos seus produtos e serviços de qualidade, os quais, por sua vez, são ofertados conjuntamente, de maneira a se complementarem mutuamente. Essa oferta de produtos e serviços específicos de qualidade se volta para a demanda de consumidores que buscam essas propriedades típicas do território, as quais também estão ligadas a atributos subjetivos (atitudes, crenças, valores, imagens ou símbolos). Esses consumidores moldam suas preferências por meio de interações positivas entre produtos de qualidade com uma forte ancoragem territorial (HIRCZAK *et al.* 2008).

Durante suas investigações, os pesquisadores franceses perceberam que a valorização coletiva de recursos territoriais específicos tem papel fundamental na orientação da construção de um território de desenvolvimento. Portanto, a articulação entre os diferentes atores sociais é uma condição imprescindível para iniciar o processo de construção de produtos com características específicas, o que pode conduzir ao desenvolvimento territorial (PECQUEUR, 2005). Esse processo está associado à construção de um novo sistema de governança territorial, o qual pressupõe a descentralização do Estado e a afirmação da sociedade civil enquanto ator do desenvolvimento. Isso faz com que a coordenação dos atores territoriais esteja no centro dos processos de desenvolvimento territorial, mesmo que persistam diferenças entre esses atores

referentes à maior ou menor capacidade de se agruparem para criar suas próprias organizações, regras e padrões, com o propósito de resolver problemas comuns. Por vezes, a resolução desses problemas passa pela valorização dos seus produtos e serviços (LANDEL *et al.*, 2010).

Apesar da importância da abordagem da CBST na discussão do tema do desenvolvimento territorial, há poucas publicações científicas sobre esse enfoque no idioma português (PECQUEUR, 2001, 2005 e 2006) ou que aplica o enfoque para realidades empíricas brasileiras (FLEXOR; BENAVIDES, 2009; INÁCIO, 2007; FLORES, 2007). Portanto, esta pesquisa se justifica por utilizar uma abordagem teórico-metodológica relacionada ao desenvolvimento territorial pouco conhecida e aplicada no Brasil. Ao possibilitar o aprofundamento da temática, disponível mormente em língua francesa, esta pesquisa tem como propósito compreender de forma mais efetiva as dinâmicas territoriais, tendo por base a realidade empírica da Serra Catarinense, contribuindo tanto para o debate teórico, quanto para, direta e indiretamente, a promoção do desenvolvimento territorial no Brasil<sup>1</sup>. Associado a isso, o país experimentou desde 2003 a aplicação de políticas públicas de desenvolvimento territorial para o meio rural, as quais foram desestruturadas na atualidade. Assim, o enfoque da CBST representa, também, uma forma desse tema se manter na agenda política independente da existência de uma política nacional de fomento do desenvolvimento territorial.

Devido à diversidade de recursos territoriais da Serra Catarinense, esta pesquisa priorizou a análise das ações em torno do queijo serrano, maçã, vinho de altitude, mel de melato e do turismo rural, os quais apresentam maior importância socioeconômica na região em relação a outros produtos e serviços. A exemplo do queijo artesanal serrano, os três outros produtos analisados<sup>2</sup> estão em fase inicial nos processos de criação e reconhecimento das Indicações Geográficas (IG), a qual é um excelente mecanismo adotado para fortalecer a especificidade territorial. Segundo Nierdele *et al.* (2017), as IG representam um modelo pós-fordistas de produção e consumo alimentar que busca ressignificar a história, cultura, saberes e outros recursos subjetivos atrelados a uma identidade territorial, por meio de uma estratégia de valorização e enraizamento desses produtos ao território. Para Cerdan (2009), esse processo

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa foi antecedida por uma visita técnico-científica de um grupo de pesquisadores na região serrana de Santa Catarina interessados em elaborar um projeto de pesquisa sobre o tema da CBST. Organizada pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território da Universidade Federal de Santa Catarina (Lemate/UFSC), essa atividade contou com a presença do Prof. Bernard Pecqueur da Université Grenoble Alpes (França) e está na origem da elaboração e aprovação junto ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) (Edital Universal de 2018) do projeto de pesquisa “O Enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais: modelo de análise do Desenvolvimento Territorial Sustentável”.

<sup>2</sup> Outro motivo importante para que essa pesquisa trabalhasse especificamente com esses produtos, advém do apoio financeiro provido pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-SC), que possibilitou a pesquisa de campo no território da Serra Catarinense. O projeto “Serra de Sabores” do Sebrae-SC tem por meta constituir três IG associadas, respectivamente, à maçã, vinhos de altitude e mel de melato de bracinga.

pode promover um novo olhar dos atores territoriais, que abrange não só sua cadeia produtiva, mas uma visão heurística do território. Isso lhes permite uma consciência da preservação dos valores socioculturais, história e do meio ambiente do território e, conseqüentemente, a criação potencial de uma dinâmica de desenvolvimento territorial sustentável.

Assim, esta pesquisa adotou o enfoque teórico da CBST formulada originalmente por Pecqueur (2001) com o propósito de analisar em que medida alguns recursos territoriais existentes e em processo de valorização na Serra Catarinense podem se constituir como pilares de uma estratégia de desenvolvimento territorial, a fim de entender os desafios da construção de uma governança territorial entre atores públicos, privados e associativos em torno do enfoque da “cesta”.

## 1.2 SÍNTESE DO ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO DA CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS

Antes de analisar o enfoque da CBST é preciso esclarecer o conceito polissêmico de “território”. Os territórios podem ser resultados de lógicas distintas, como da ação pública, da ação coletiva e ou da regulação social, bem como da sobreposição dessas lógicas (CAZELLA *et al.*, 2009). Neste estudo, o conceito adotado de território é aquele concebido por Pecqueur (2005), o qual diferencia duas dimensões conceituais ligadas aos territórios. A primeira refere-se ao território dado, que é um território institucional ou uma divisão administrativa, quase sempre, realizada pelos serviços públicos (ex.: município, região, estado, país, etc.), que considera determinados atributos, a exemplo da proximidade geográfica, história compartilhada, características socioeconômicas, culturais, etc. Já a segunda corresponde à noção de territórios construídos, que resultam de processos concebidos por atores sociais, mobilizados para resolver problemas comuns ou compartilhados (PECQUEUR, 2005). O território não se opõe ao espaço-lugar funcional, ele o complexifica constituindo uma variável explicativa suplementar. Como sugere Pecqueur (1987, p. 9), “o jogo dos atores adquire localmente uma dimensão espacial que provoca efeitos externos e pode permitir a criação de um meio favorável para o desenvolvimento do potencial produtivo de certo local”.

O território é, portanto, o resultado de um processo de construção dos atores locais em torno de projetos coletivos. Em decorrência disso, há uma valorização das economias regionais que implica na existência de *inputs* territoriais, os quais são subdivididos em recursos e ativos territoriais (PECQUEUR, 2006). Entende-se por ativos aqueles fatores que estão “em atividade”, enquanto que os recursos são fatores que ainda não foram explorados, ou seja, aquilo

que ainda pode ser valorizado e revelado. Diferentemente dos ativos, os recursos representam uma reserva, um potencial latente ou virtual que pode ser transformado em um ativo (COLLETIS; PECQUEUR, 2005). Desse modo, novos “territórios construídos” podem se consolidar a partir da especificação de recursos presentes ou latentes em um território dado – materiais e imateriais.

Essa visão conflita com as perspectivas tradicionais que tendem a homogeneizar os diagnósticos e formatar soluções padrões para a diversidade de realidades territoriais. O processo de especificação de ativos diferencia um território dos demais e se contrapõe ao regime de concorrência baseada na produção padronizada. Segundo Pecqueur (2004, p. 04), “a dinâmica de desenvolvimento territorial visa revelar os recursos inéditos e é por isso que ela se constitui numa inovação”. Novas configurações e conhecimentos territoriais podem ser produzidos quando saberes heterogêneos são articulados e combinados. A metamorfose de recursos em ativos específicos é indissociável da história longa, da memória social acumulada e de um processo de aprendizagem coletiva (aquisição de conhecimento) da parte de atores sociais de um território dado<sup>3</sup>.

Assim, o grande desafio da estratégia de desenvolvimento territorial recai sobre a apropriação dos recursos específicos para transformá-los em ativos específicos.

Em outros termos, o recurso, ao se tornar ativo, é transformado pelo sistema de produção (para nós, sistema de normas) e muda de natureza, e no estágio da virtualidade, tudo pode potencialmente ser recurso, mas tudo não pode se tornar automaticamente um ativo, uma vez que as condições da metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias dos atores no bojo do processo de produção (PECQUEUR, 2005, p.16)

A transformação de um recurso em ativo pode ocorrer se houver condições para a produção ou a criação de tecnologia. Ou seja, ocorrências de externalidades positivas que culminem no desenvolvimento coletivo da especificidade do produto ou serviço territorial. Dessa forma, o trabalho de atores territoriais pode culminar na elaboração de ativos específicos que manifestam a identidade do território (PECQUEUR, 2006).

A estratégia de especificação de ativos e recursos territoriais na França conta com uma importante ferramenta de apoio representada pelas Indicações Geográficas. As IG contribuem na contraposição de práticas produtivistas que, na maioria das vezes, são práticas extensivas e conflitantes com a preservação dos recursos naturais e sem vínculos com a história, cultura e tradição local. Nesse sentido, a principal estratégia está na valorização da reputação e

---

<sup>3</sup> Essa passagem de recurso a ativo, ou de ativo genérico para ativo específico, corresponde a uma metamorfose, pois implica numa mudança estrutural de característica incompleta. Tal característica implica em dizer que nem sempre os ativos voltam a ser recursos e as características específicas se tornam genéricas (PECQUEUR, 2005).

especificidade territorial de produtos dos territórios, considerando a qualificação da produção, a competição no mercado pela qualidade e pelo diferencial do produto (DALLABRIDA; BENEDETTI, 2016). O Box 1 apresenta o que é uma IG, suas vantagens e iniciativas correlatas no Brasil.

**BOX 1**  
**Indicações Geográficas**

A IG visa valorizar os produtos que apresentam algum tipo de especificidade ou originalidade por meio de um signo de qualidade. Trata-se de uma tradição em países europeus, notadamente França, Espanha, Portugal e Itália, mas que foi instituída no Brasil há pouco mais de 20 anos, por meio da Lei de Propriedade Industrial (nº 9.279 de 14/05/1996). Essa lei reconhece a IG como um direito coletivo e a diferencia entre Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO). Uma IP corresponde ao nome geográfico de um país, município, região ou localidade que tenha se tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Já na DO é nome geográfico de um país, município, região ou localidade, que designa produto ou serviço cujas qualidades ou características se devem exclusivamente ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais ou humanos (FERNANDES; PEDREIRA, 2013). Todos os processos de IP ou DO são submetidos ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), órgão responsável pela avaliação e reconhecimento dos pedidos de IG.

Frente a uma estandardização dos sistemas agroalimentares, influenciados pelo modelo de desenvolvimento globalizado, as IG se tornaram uma forma de valorizar as características dos produtos e serviços dos territórios que ficaram a margem da globalização. Desse modo, podemos afirmar que a IG diferencia não só os produtos e serviços, mas também o território (CERDAN, 2013). Em muitos casos, o objetivo preconizado pelos atores territoriais de uma dada IG é o acesso a mercados maiores, aliando ao selo suas tradições, costumes e práticas que qualifica o produto junto ao território. Portanto, a estratégia desses atores vai de encontro com a globalização, valorizando o recurso territorial por meio da IG (NIERDELE, 2013).

Ainda que uma IG seja concebida dentro de uma estratégia de inserção em mercados globais, ela contém inúmeros benefícios para o seu território de origem. A preservação do meio ambiente, por exemplo, contribui para a diversificação agrícola, estimula a qualidade dos produtos, causa impactos econômicos diretos e indiretos, preserva o tecido sociocultural e auxilia no combate à fraude do produto ou serviço típico do território. Esses benefícios gerados pela IG podem desencadear dinâmicas que promovem o desenvolvimento territorial (CERDAN *et al.*, 2010).

Atualmente, existem 62 IG no Brasil, sendo 51 IP e onze DO. No estado de Santa Catarina há uma IP e a outra DO referentes, respectivamente, ao Vales da Uva Goethe e a Banana da Região de Corupá (BRASIL, 2018). Além desses dois casos, está em curso mais cinco processos de criação de IG no estado: queijo artesanal serrano, que abrange municípios catarinenses e gaúchos, erva mate do planalto norte catarinense, vinhos de altitude, maçã fugi e o mel de melato da bracinga. Outros 27 produtos catarinense foram identificados com potencial para obtenção de uma IG (SAKR; DALLABRIDA, 2015).

A identificação de recursos territoriais específicos se dá por meio de trabalhos participativos, o que facilita a elaboração de estudos e estratégias de desenvolvimento. A oferta

de uma “cesta de bens e de serviços territoriais” é, dessa forma, um importante meio de promoção do desenvolvimento territorial ao longo do tempo. A viabilização desse processo exige a aproximação entre atores internos e externos ao território, formando redes institucionais, que possibilitem a troca de informações e a transformação de recursos em ativos territoriais específicos (CASTELLANO, 2015).

O processo de especificação consiste, portanto, na qualificação e diferenciação de recursos que os atores locais revelam nas ações de construção de um território de desenvolvimento. O ponto máximo de maturação de um “território construído” consiste na geração de uma Renda de Qualidade Territorial (RQT), capaz de superar a renda obtida por meio da venda de produtos e serviços de qualidade superior de forma isolada ou desconectada entre si. Nessa concepção, o próprio território é o “produto” comercializado. Para tanto, os diferentes atores locais – públicos, privados e associativos - precisam articular suas ações mercantis e não-mercantis com o propósito de criar uma oferta heterogênea e coerente de atributos territoriais. A esse processo, Pecqueur (2001) denominou de CBST.

Assim, a oferta de uma CBST constitui uma combinação entre produtos e serviços de qualidade, resultado de uma estratégia territorial de longo prazo, que envolve atores locais e consumidores. O papel da demanda é particularmente importante, uma vez que os consumidores atuam de forma ativa no processo de construção da “cesta”. As atividades turísticas representam, em particular, um importante elo entre produtos e território (FRANÇOIS *et al.*, 2013). A hipótese central do enfoque da CBST é que o consumidor adquire um produto com notória qualidade territorial e descobre a especificidade de outros produtos provenientes do mesmo local. Em muitos casos, a existência de uma “cesta” está associada a um produto líder que atrai o consumidor para a compra de outros bens ou serviços que reforçam a imagem do território (PECQUEUR, 2001).

A CBST apresenta quatro componentes fundamentais: a) Oferta de produtos e/ou serviços e serviços privados que se ancoram no território, ou seja, bens específicos e complementares que carregam em si a imagem do território; b) Demandas específicas ligadas a produtos de alta qualidade, que se diferenciam por terem uma reputação, de acordo com as características do território; c) Valorização da CBST por meio do cenário - recursos públicos associados à paisagem, biodiversidade, patrimônio histórico, cultural e arquitetônico; d) Coordenação coerente entre os atores territoriais envolvidos de forma a construir um sistema de governança territorial (MOLLARD; PECQUEUR, 2007).

A abordagem da CBST se contrapõe ao princípio da homogeneização dos processos de desenvolvimento caracterizando-se como um enfoque apropriado às particularidades de

territórios marginalizados (PECQUEUR, 2001). Para este autor, a globalização da economia proporciona a imbricação dos níveis “territorial” e “global”, apresentando a emergência de um modelo dialético territorial/global. O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais características dessas duas lógicas que são, na realidade, inseparáveis. Aqui, contrastamos um modelo padrão de desempenho econômico baseado na noção de produtividade com um modelo pautado pela “qualidade”, que difere do primeiro pelo fato de estabelecer uma nova relação com a concorrência (PECQUEUR, 2006).

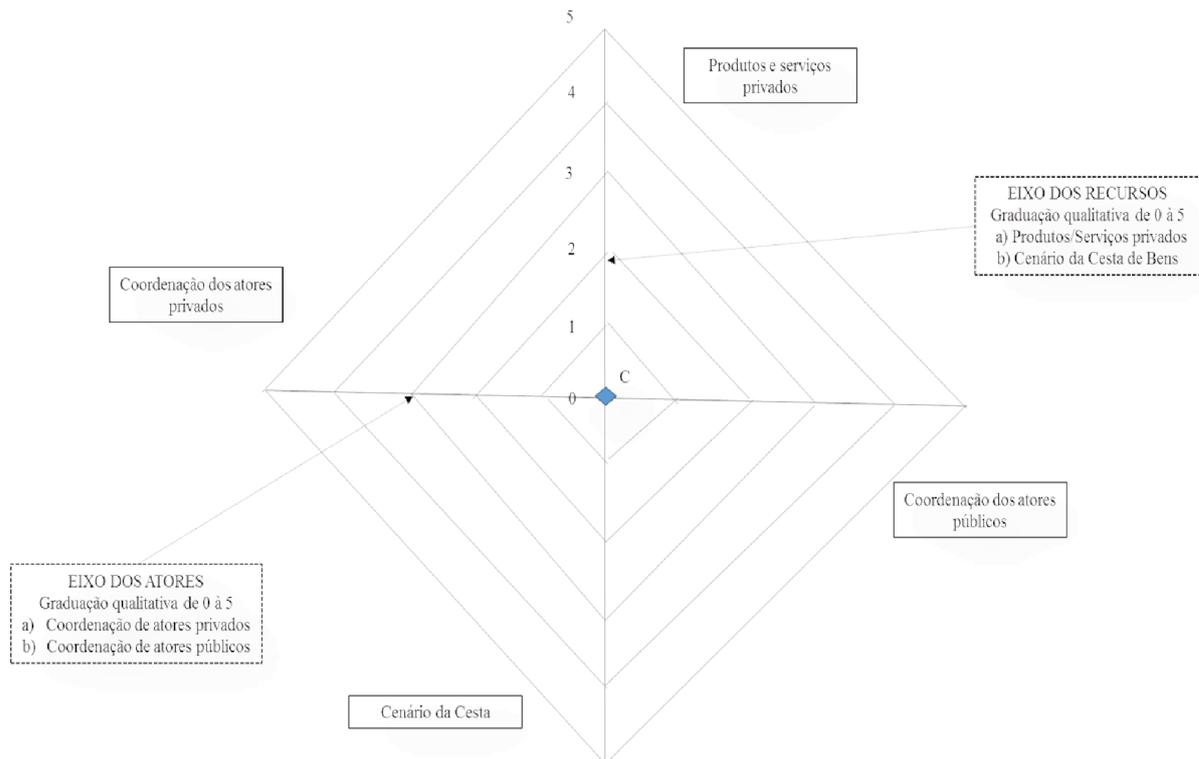
**Quadro 1** – Modelo globalizado versus o modelo territorial

<b>Modelo de Produtividade</b>	<b>Modelo de Qualidade</b>
Reduzir custos e baixar preços	Manter preços altos ou aumentar as vendas
Produtos genéricos	Especificidade dos produtos
Governança global	Governança territorial
Competição como dinâmica	Fuga da competição dominante como estratégia
Lógica da globalização	Lógica dos territórios

**Fonte:** Pecqueur (2006). Modificado pelo autor.

A Figura 1, a seguir, apresenta um diagrama dos principais componentes da CBST. O eixo vertical corresponde aos produtos, serviços e cenário da Cesta, enquanto o eixo horizontal trata do sistema de governança territorial construído por atores públicos, privados e associativos. Uma escala de 0 a 5 permite qualificar, em um determinado período de tempo, a situação de cada um dos componentes de forma que os atores territoriais possam perceber, avaliar e planejar ações de aprimoramento ao longo do processo de construção da CBST. O uso dessa ferramenta possibilita aos atores territoriais a identificação de gargalos a serem solucionados no processo de desenvolvimento do território por meio do enfoque da CBST. Permite também a construção conjunta entre pesquisadores e atores territoriais de uma metodologia de pesquisa-ação sobre o tema (HIRCZAK; MOALLA, 2010; HIRZCAK; CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014; ÁLVAREZ *et al.*, 2014).

**Figura 1** – Diagrama de análise territorial



Fonte: Hirzcek e Moalla (2010), modificado pelos autores.

O modelo de desenvolvimento territorial, pautado no enfoque da CBST, tem uma estreita correlação com o grau de descentralização político-administrativa do Estado, cujo sucesso é uma variável dependente da qualidade das iniciativas locais. Disso decorre que esse estilo de desenvolvimento é tributário de um processo de educação e de formação, que procura requalificar o saber-fazer local, lançando mão de novas tecnologias e modelos inéditos de desenvolvimento. Isso impõe incluir nos projetos locais, programas de informação, formação e de educação.

Os casos bens sucedidos de desenvolvimento territorial apresentam um esforço dos atores locais na constituição de um sistema de governança territorial. Trata-se de um sistema que tem a especificidade de coordenar ações de atores de naturezas diferentes (públicos, privados e associativos). Esse sistema de governança se conforma em uma situação de valorização e resolução de problemas do território, sendo um elemento primordial para o enfoque da CBST (LELOUP; MOYART; PECQUEUR, 2005).

### 1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A realidade empírica da Serra Catarinense foi escolhida para conduzir a pesquisa de campo em função do seu potencial de desenvolvimento rural a partir da valorização de bens e serviços específicos. Essa percepção inicial foi constatada quando de uma visita na região em 2017 por uma equipe de pesquisadores de diversas organizações, que contou com a presença do professor Bernard Pecqueur: Universidades Federal de Santa Catarina (UFSC) e do Estado de Santa Catarina (UDESC), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Secretaria do Estado de Planejamento e Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Essa dissertação se inscreve na intenção de aprofundar as observações e discussões preliminares realizadas durante essa visita, tendo o enfoque da CBST como modelo de análise.

Desse modo, este estudo se propôs a responder as seguintes questões de pesquisa: i) Partindo-se da compreensão de que a CBST é uma ferramenta teórico-metodológica de construção do desenvolvimento territorial, quais são os principais recursos e ativos específicos catalisadores para o desenvolvimento territorial na Serra Catarinense? ii) Como ocorre a governança territorial entre atores públicos, privados e associativos envolvidos ou correlacionados com esses recursos e ativos? iii) Quais desafios ou percalços precisam ser suplantados com o propósito de construir um sistema de governança territorial associado a uma cesta de bens e serviços territoriais?

A partir da correlação entre a realidade empírica e a abordagem teórica da “cesta” elaborou-se três hipóteses que buscam responder as questões de pesquisa: Hipótese 1- Os recursos territoriais específicos da Serra Catarinense possuem características resultantes das ações coletivas dos atores locais enraizadas territorialmente. Essas características são potencialmente catalisadoras da constituição de uma Cesta de bens e serviços territoriais que, por sua vez, retroalimentam o desenvolvimento territorial. Como recursos e ativos específicos mais significativos no território encontram-se o queijo serrano, a maçã, os vinhos de altitude, o mel de melato e o turismo rural. Hipótese 2- Cada recurso ou ativo territorial específico possui um sistema de governança com poucas conexões entre si. Os recursos e ativos com maior inserção no mercado, como o vinho de altitude e a maçã, possuem sistemas de governança mais estruturadas, enquanto que os de menor inserção, por exemplo: mel de melato e o queijo artesanal serrano, apresentam deficiências a serem suplantadas. Hipótese 3 - Para que os distintos recursos e ativos sejam articulados em uma estratégia de desenvolvimento territorial, à luz do enfoque da “cesta”, os respectivos atores sociais envolvidos têm como desafio a construção de mecanismos de interação, praticamente inexistentes, sobretudo, entre os atores privados.

Com o propósito de responder as questões de pesquisa e testar as respectivas hipóteses, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a relação existente entre os recursos e ativos territoriais específicos e a configuração de uma estratégia de desenvolvimento territorial na Serra Catarinense, que adote, mesmo que de forma incipiente, o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. A partir desse objetivo geral e para melhor orientar a condução da pesquisa, foram delineados os seguintes objetivos específicos: i) Identificar os recursos e ativos territoriais específicos, que possam agregar os demais elementos que compõem uma oferta compósita no processo de formação da cesta de bens e serviços territoriais; e ii) Compreender a organização dos recursos territoriais analisados, com ênfase nas articulações entre os atores públicos, associativos e privados; iii) Revelar os principais desafios para uma possível construção de uma cesta de bens e serviços territoriais, a partir da comunicação e articulação existente entre as organizações de produtores, comerciantes, profissionais ligados ao turismo rural e agentes públicos que atuam na região.

### *1.3.1 Caracterização da Serra Catarinense e dinâmicas recentes em torno de produtos de qualidade*

A literatura sobre a história regional revela a existência de grandes ciclos econômicos bem definidos, correlacionados a quatro atividades econômicas principais: a pecuária extensiva, a extração madeireira, a produção da fruticultura de clima temperado e, atualmente, o turismo rural e iniciativas associadas a produtos de qualidade. Outras atividades compuseram a dinâmica econômica da região, porém não foram tão marcantes como essas. Cada um desses ciclos ajudou a construir a história, a cultura e a organização do povo serrano (CORDEIRO, 2006).

A Serra Catarinense teve a sua conformação social iniciada com o processo de comércio de gado do Rio Grande do Sul com a Região Sudeste. Esse comércio tinha como finalidade o abastecimento de carne no estado de Minas Gerais, onde a exploração das minas de ouro no início do século XVIII representava o epicentro econômico do país (CORDEIRO, 2006). Essa região, até 1820, pertencia ao estado de São Paulo, e sua ocupação teve como característica principal a estruturação de grandes fazendas para a criação extensiva de gado, com a utilização de pouca mão de obra, deixando como marca a baixa densidade populacional. Os trabalhadores dessas fazendas tinham uma relação muito próxima com os donos das terras, uma vez que o pagamento pelos serviços incluía a cedência de uma área para morar, cultivar e criar alguns animais de sua propriedade (EMERIQUE, 2008).

A cultura das grandes fazendas permaneceu ao longo do tempo e, mesmo na atualidade, explica muitos aspectos culturais de indivíduos, famílias e grupos sociais dessa região, os quais possuem valores que norteiam os processos sociais nas organizações públicas e privadas. Assim, a característica de base da região deriva da cultura tropeira, que permeou a criação das vilas, dos pequenos municípios e a estrutura fundiária da região serrana (YAMAGUCHI *et al.*, 2016).

Se a pecuária extensiva tem sua origem no tropeirismo, o início do ciclo da extração madeireira se deu na década de 1940, após a debilidade da pecuária e o prenúncio da extração da madeira de araucária no bojo de um projeto de Brasil urbano-industrial (YAMAGUCHI *et al.*, 2016). Alguns proprietários de serrarias vindos do Rio Grande do Sul extraíram e comercializavam florestas de araucárias, recurso natural abundante na região (CORDEIRO, 2006).

Da mesma maneira que o ciclo da pecuária, o da extração madeireira também beneficiou poucos grupos sociais, apesar de ter representado o início da estruturação de indústrias na região. Com o declínio da exploração de madeira, na década de 1970, foi notório o aparecimento de um cenário de precariedade social. Afinal, no auge da extração madeira, a socioeconomia regional combinava crescimento econômico com desigualdade social e empobrecimento geral da população (YAMAGUCHI *et al.*, 2016).

A introdução da fruticultura de clima temperado, com destaque para a cultura da maçã, teve início no século XX com a chegada à região do imigrante alemão naturalizado brasileiro, Paulo Bathke. Ao voltar de uma viagem para a Europa trouxe na bagagem as primeiras mudas de macieira para a região, entre outras frutas de clima temperado (CORDEIRO, 2006). A difusão do cultivo da macieira se deu em maior escala a partir dos anos 1960, através da ação de pesquisadores da extinta Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (EMPASC) e extensionistas da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), atual EPAGRI<sup>4</sup>. Essa ação do Estado possibilitou que agricultores familiares da região tivessem acesso às linhas de crédito do Programa de Fruticultura de Clima Temperado (PROFIT), bem como assistência técnica necessária para o cultivo da maçã<sup>5</sup> (CORDEIRO, 2006).

Outro fator propulsor da difusão da fruticultura foi o convênio da ACARESC com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), que auxiliou na condução de pesquisas,

---

<sup>4</sup> No início dos anos 1990, a EMPASC e a ACARESC foram fundidas para dar origem à EPAGRI, somando os serviços de pesquisa e extensão para fortalecer o setor público agrícola do Estado.

<sup>5</sup> O PROFIT foi um programa de auxílio para a promoção da fruticultura no estado de Santa Catarina, minimizando os elevados gastos com a importação de maçã e criando uma alternativa de renda para os pequenos, médios e grandes produtores catarinenses.

importação de equipamentos para as estações experimentais de São Joaquim e Caçador e troca de experiências sobre a pomicultura. Para além do incentivo à pesquisa, houve também um aporte financeiro para a extensão rural e assistência técnica aos produtores via esse convênio (KLANOVICZ, 2007).

Dessa forma, a partir dos anos 1970, os produtores de maçã obtiveram um grande suporte público, conseguindo aumentar suas áreas de produção. Esse fato levou ao início da organização desses produtores que, em 1975, criaram a Associação Catarinense de Fruticultores de Clima Temperado (ACFCT), resultado do apoio de extensionistas rurais da então ACARESC (EMERIQUE, 2008).

Atualmente, o município de São Joaquim é o maior produtor de maçã dentre os demais municípios serranos. A região apresenta um microclima propício ao cultivo de maçã, pois possui uma soma de horas de frio necessária para o desenvolvimento da cultura. Além disso a região apresenta um gradiente térmico muito alto, ou seja, a diferença de temperatura entre o dia e a noite varia de 10 a 14° C. Essa variação é considerada perfeita, pois permite que os produtos metabolizados pela planta durante o dia sejam armazenados no fruto à noite, fato que difere a maçã da Serra Catarinense de outras regiões, pois propicia a maçã serrana uma qualidade específica quanto as características organolépticas (cor, brilho, odor, textura, maciez ou firmeza, e o sabor).

Os municípios da região serrana tem como característica a presença marcante de pequenos e médios produtores, sendo que uma parcela de produtores participam de quatro cooperativas atuantes na região: Cooperativa Agrícola São Joaquim (Sanjo), Cooperativa Regional Serrana (Cooperserra), Cooperativa Frutas de Ouro (EMERIQUE, 2008) e Cooperativa Agropecuária de Urupema (Coopema). A primeira é uma derivação da antiga Cooperativa Agrícola de Cotia, formada por produtores de descendência japonesa que vieram de São Paulo. Além da maçã, a Sanjo produz e comercializa a goiaba serrana<sup>6</sup>, sucos de maçã e de uva, além de vinho de altitude. A Cooperserra, por sua vez, foi fundada em 1977 e abrange, além do município de São Joaquim, os municípios de Bom Jardim da Serra e Urupema. A sua fundação teve como fator chave a iniciativa de técnicos da ACARESC em parceria com os produtores da região (EMERIQUE, 2008). Passados alguns anos, o descontentamento de um grupo de produtores com a Cooperserra, motivou a formação da Cooperativa Frutas de Ouro, a qual se expandiu e atualmente possui um volume considerável de produção. Já a Coopema é

---

<sup>6</sup> A goiaba serrana, conhecida também por feijoa, é uma planta frutífera da região sul do Brasil. O seu fruto tem um sabor muito peculiar, harmonizando acidez e doce ao mesmo tempo. Além disso, esse tipo de goiaba possui uma grande concentração de vitamina C e flavonoides, tornando-a um excelente alimento preventivo de doenças.

fruto de uma ação intersetorial da prefeitura municipal de Urupema, EPAGRI, Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *Campus* Urupema e dos agricultores familiares, que iniciou no ano 2011, mas somente se formalizou no ano de 2012 (MUÑOZ *et al.*, 2014).

Além dessas quatro cooperativas especializadas na fruticultura comercial, outras duas cooperativas promovem um modo alternativo de produção, baseado na agroecologia<sup>7</sup>, sendo elas a Ecoserra e a Econove. A primeira teve como seu embrião a formação de uma feira no município de Lages-SC, na qual os consumidores demandaram por alimentos livres de agrotóxicos. Com o auxílio do Centro Vianei de Educação Popular<sup>8</sup> a Ecoserra e a Econove foram fundadas em 1999 e 2001, respectivamente. A Ecoserra é constituída por produtores agroecológicos, artesãos e consumidores dos municípios de Lages, São José do Cerrito, Anita Garibaldi, Curitibanos, Frei Rogério, São Joaquim e Urubici (SANTOS, 2006). A Ecoserra mantém relações próximas com outras instituições da Serra Catarinense, como por exemplo o Centro Vianei. No entanto, não há uma relação estreita entre as duas cooperativas, apenas a existência de produtores que são associados em ambas.

A Econove é fruto de uma articulação entre agricultores familiares, técnicos da EPAGRI e religiosos da igreja católica ligados à pastoral social e da saúde. Antes da constituição da Econove, em 1999, houve a criação da Cooperativa de Crédito Rural Credineve, hoje denominada Cresol São Joaquim. E foi com o auxílio financeiro da Credineve que os agricultores familiares criaram a Cooperativa Econove, que é composta apenas por produtores que adotam sistemas produtivos orgânicos, sem o uso de produtos químicos de síntese (COMUNELLO, 2014).

A produção de maçã ainda é o principal produto econômico da Serra Catarinense, porém é perceptível as preocupações de pesquisadores, extensionistas rurais, produtores e diretores de

---

<sup>7</sup> A agroecologia é uma forma alternativa de produção, por meio da qual o objetivo é potencializar todos os elementos que compõem um ecossistema agrícola e sua diversidade. Seus princípios baseiam-se na utilização de plantas para conservação e adubação do solo, no respeito às culturas indicadas para aquele ecossistema e na rotação e diversificação dessas culturas, tratando o estabelecimento agrícola como um organismo único, onde o seu equilíbrio depende do bem-estar de todos os seus componentes. A complexidade deste modelo de produção faz da agroecologia uma ciência, que busca entender as interações que ocorrem no ecossistema para que se possa produzir alimentos com o menor impacto possível ao ambiente, promovendo a sua conservação e diversidade. Já a produção orgânica é um modelo que busca ter a produtividade do modelo convencional com a adoção de práticas agrícolas que busca produzir um alimento livre do uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos. Todos os procedimentos feitos para a produção orgânica são normatizados pela lei de orgânicos nº 10831/2003, na qual o objetivo é garantir, por meio de certificação, a oferta de alimentos limpos aos consumidores. Em muitos casos, os estabelecimentos de produção orgânica se aproximam do modelo convencional, com a adoção de um uso intensivo dos recursos naturais para obter maior produtividade. Em outros casos, aproximam-se do modelo agroecológico, respeitando o ecossistema e diminuindo o impacto ao ambiente (PAULA; PULGAS; ROMÃO, 2018).

<sup>8</sup> O Centro Vianei de Educação Popular é uma Organização Não Governamental (ONG), sem fins lucrativos, fundado em 1983, que sempre teve como propósito a atuação nos Movimentos e Organizações Populares e na assessoria aos trabalhadores rurais organizados ou em processo de organização (MAGNANTI *et al.*, 2010).

cooperativas sobre sua estagnação e constantes abalos de natureza climática. Esses abalos influenciam diretamente na produtividade e na qualidade. Além disso, trata-se de um produto que, frequentemente, sofre com a concorrência de maçãs importadas da Argentina.

Um novo ciclo econômico encontra-se em fase inicial de estruturação e está associado a produtos diferenciados e serviços turísticos. A apresentação dessas iniciativas neste estudo não teve a preocupação de organizar por ordem de prioridade socioeconômica, nem temporal. Bem mais recente que a pomicultura, mas não menos importante, a produção de vinhos finos de altitude tem despontado com grande potencial devido ao microclima e às características paisagísticas próprias (LINS, 2008; LOSSO, 2012). Um estudo da EPAGRI baseado no método de Classificação Climática Multicritério Geovitícola (Sistema CCM Geovitícola), criado por Tonietto (1999; 2007) e Tonietto e Carbonneau (2004), concluiu que o clima de São Joaquim para a vitivinicultura é classificado como “Frio, de Noites Frias e Úmido”, considerado o ideal para a viticultura (CORDEIRO, 2006).

Nessa mesma direção, pesquisadores da EPAGRI identificaram que o clima e a altitude do município de São Joaquim proporcionam frutas com alto potencial para produção de vinho de qualidade, fazendo com que a região obtivesse uma expansão na área plantada de uvas viníferas. Em decorrência disto, em novembro de 2005 foi criada a Associação Catarinense de Vinhos Finos de Altitude (ACAVITIS), que contava com a participação de 21 associados de distintos municípios produtores de vinhos, com destaque para produtores proprietários de vinícolas. Essa associação abrange os São Joaquim, Campos Novos, Água Doce, Treze Tilhas, Bocaina do Sul e Caçador. A organização desses produtores e proprietários de vinícolas possibilita fortalecer e transformar a vitivinicultura de altitude como um setor representativo na economia do estado (CORDEIRO, 2006; LINS, 2008).

Essas vinícolas têm como estratégia competitiva a qualidade de seus produtos, através de bebidas com alto padrão que valorizam as características do território, em especial o cultivo em áreas de altitude. Em virtude dessa estratégia, os associados decidiram mudar o nome da associação para Associação Vinhos de Altitude, para que o *marketing* da associação esteja estritamente ligado à altitude, característica que diferencia os vinhos da região daqueles produzidos em outras zonas. Dessa forma, o associativismo, através da Associação Vinhos de Altitude, tem como pretensão implementar três ações mestras: a) a consolidação da marca coletiva Associação Vinhos de Altitude e a certificação dos vinhos finos de altitude, em parceria com a EPAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em especial a unidade de Bento Gonçalves-RS, especializada em uva e vinho e o Sebrae, b) a construção de

uma sede em São Joaquim com apoio da prefeitura desse município, e c) a implantação do Projeto de Enoturismo em parceria com o Sebrae (LOSSO, 2012).

Ressalta-se que a maioria dos empresários pioneiros do setor vitivinícola de altitude são originários de outros setores da economia, a maioria de outras regiões, a exemplo das indústrias de cerâmica, têxtil e madeireira, além do setor da comunicação, dentre outras áreas. A injeção de capital externo nessa atividade gerou uma nova dinâmica territorial (LOSSO; PEREIRA, 2014).

Outro produto de alta especificidade da Serra Catarinense está associado à época do tropeirismo. O queijo artesanal serrano possui sabor, qualidade e textura influenciado pelo ambiente, clima, vegetação, solo e tradição, ligada ao saber-fazer do povo serrano (YAMAGUCHI *et al.*, 2016). Por ser um queijo de fabricação artesanal, produção de pequenas quantidades, a partir de leite cru integral de vacas de corte que se alimentam de pastagem nativa, pode ser considerado como um produto específico com identidade territorial (CÓRDOVA *et al.*, 2015).

O queijo serrano tem a sua origem nos descendentes portugueses que fizeram parte da colonização da região. Por aproximadamente dois séculos, esse tipo de queijo era transportado em lombo de muares para ser comercializado ou utilizado como moeda de troca por outras mercadorias que não eram produzidas na região, como sal, café, açúcar, dentre outros (YAMAGUCHI *et al.*, 2016). A valorização de alimentos tradicionais tem sido apontada como estratégia para a revitalização de áreas rurais e o queijo serrano representa um dos produtos tradicionais da região mais trabalhados pelos serviços de extensão rural da EPAGRI e da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio Grande do Sul (CÓRDOVA *et al.*, 2015), que conjuntamente estão apoiando a criação de uma IG para esse produto.

Estima-se que na Serra Catarinense existem aproximadamente 2.000 produtores que comercializam o Queijo Artesanal Serrano (QAS), gerando uma renda bruta estimada em aproximadamente R\$ 21 milhões por ano, possibilitando uma renda média familiar superior a R\$ 10.360,00 por ano, o que representa mais de um salário mínimo por mês (CÓRDOVA; SCHLICKMANN, 2015).

Um terceiro produto com características diferenciadas por particularidades territoriais é o mel melato da bracinga. Apesar desse tipo de mel ser produzido com baixo custo e majoritariamente por agricultores familiares, trata-se de um produto de alta especificidade. Diferente dos demais, esse mel não é produzido a partir de floradas, mas da seiva da árvore de

bracatinga (*Mimosa scabrella*). A bracatinga é uma árvore nativa da região sul do Brasil presente em zonas de altitude entre 500 e 1500 metros.

O melato, como é denominado localmente, é produzido a partir das secreções de partes vivas das plantas, que têm sua seiva sugada por cochonilhas. A produção do melato ocorre no inverno, época de pouca florada, o que faz com que as abelhas busquem nessas secreções uma alternativa de alimento. A digestão da seiva da bracatinga pela cochonilha beneficia a qualidade final desse mel, que apresenta baixo teor de glicose e uma cor escura típica, que se assemelha ao melado de cana-de-açúcar, além de não cristalizar. Outra característica que favorece ainda mais sua especificidade está associada ao fato dele ser produzido bianualmente, de acordo com o ciclo das cochonilhas (SALOMÉ, 2002; BONILHA, 2012). O fato da maioria das cochonilhas estar no mesmo ciclo de vida ainda não foi explicado pelos pesquisadores do tema.

Tanta especificidade no território serrano é um dos motivos que a região tem um elevado número turistas durante o ano. Além desses distintos produtos específicos, a Serra Catarinense possui inúmeros atrativos, tanto para o inverno quanto para o verão, pois possui cânions, cachoeiras, campos, florestas de araucária, picos que atingem cerca de 2000 metros de altitude, frio, neve, cultura campeira, inscrições rupestres, entre outros atrativos (SILVA; SOMMER, 2005). Esse cenário justifica o aporte recente da parte dos proprietários de vinícolas na promoção do enoturismo, principalmente no município de São Joaquim. O denominado enoturismo representa um importante meio de comercialização e divulgação dos seus vinhos.

Também atentos ao movimento dos turistas na região, uma parcela de agricultores familiares tem aderido ao agroturismo como uma alternativa de diversificação de renda. Alguns proprietários de áreas maiores aproveitam a estrutura de antigas fazendas de gado e as utilizam como hotéis fazenda, nos quais os turistas conhecem as atividades cotidianas dessas propriedades (CORDEIRO, 2006). Ainda que a serra catarinense detenha o título de pioneira no turismo rural em Santa Catarina, a atividade ainda carece de uma melhor estruturação. Algumas iniciativas relacionadas à oferta de uma melhor recepção aos turistas foram delineadas. Exemplos dessas iniciativas são a implementação na região de ações ligadas à Associação de Agroturismo Acolhida da Colônia, o aumento de pousadas rurais e de estabelecimentos comerciais (SILVA; SOMMER, 2005).

A Acolhida da Colônia apresenta vínculos com Associação *Accueil Paysan*, criada na França no fim da década de 1980, e tem como objetivo proporcionar aos agricultores familiares uma nova alternativa de renda por meio do agroturismo. A atividade proporciona ao agricultor familiar um melhor aproveitamento da sua área, combinando o trabalho com a terra e a utilização do meio ambiente e paisagens onde está inserido. O serviço prestado pelo

agroturismo permite que agricultores familiares compartilhem com os turistas o seu modo de vida e cultura, oferecendo um serviço de qualidade. Além de manter suas atividades agropecuárias, os sistemas produtivos devem preservar o meio ambiente. A produção deve seguir a legislação da agricultura orgânica (GUZZATTI *et al.*, 2013).

As atividades turísticas na região se beneficiam das recorrentes exposições da Serra Catarinense na mídia televisiva nacional durante o período de inverno, devido às baixas temperaturas e também pela probabilidade de nevar, episódio que seduz pessoas do Brasil inteiro. Trata-se da região mais fria do país associadas às maiores altitudes do estado de Santa Catarina (SILVA; SOMMER, 2005; CORDEIRO, 2006).

Essas iniciativas recentes –viticultura de altitude, IG do Queijo Serrano, mel de melato e turismo rural- têm promovido ações de desenvolvimento territorial que, embora incipientes, podem representar embriões de um processo de estruturação de uma CBST. Na sequência apresentamos os principais recursos metodológicos mobilizados na condução da pesquisa.

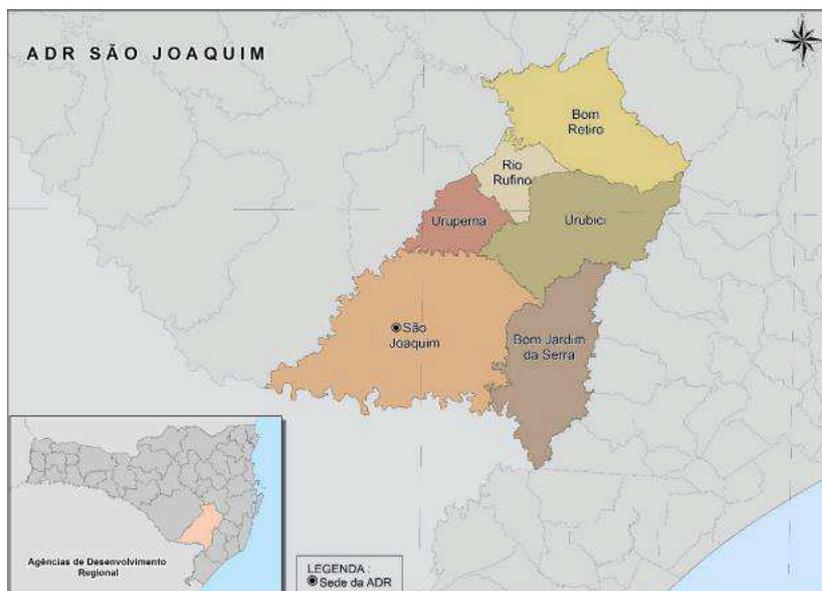
#### 1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa assumiu como contexto empírico o território da Serra Catarinense, com as delimitações geográficas da extinta Agência de Desenvolvimento Regional (ADR)<sup>9</sup> de São Joaquim. Com a eleição do atual governo de estado, essas agências foram extintas, mas a maior parte deste estudo se deu durante o período final de existência dessa estrutura administrativa do governo catarinense. As ADR se inscrevem na ação de descentralização político-administrativa do Estado de Santa Catarina iniciada em 2003. Inicialmente com a denominação de Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR), a ADR de São Joaquim era composta por seis municípios: Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Rio Rufino, São Joaquim, Urubici e Urupema (Figura 1). A região da ADR está situada no Planalto Serrano Catarinense e conta com uma população de 53,7 mil habitantes, sendo que 34,2% residem no meio rural, bem acima da média de 17,8% observada no estado (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2017b).

---

<sup>9</sup> As ADR foram criadas com o objetivo de possibilitar uma maior aproximação do Governo do Estado de Santa Catarina dos 295 municípios catarinenses. Às ADR competia, conforme Decreto nº 856, de 6 de setembro de 2016, [...] “induzir e motivar o engajamento, a integração e a participação da sociedade organizada para planejar, implementar e executar políticas públicas e viabilizar instrumentos de desenvolvimento econômico sustentável para a geração de novas oportunidades de trabalho e renda, promovendo a equidade entre pessoas e entre seus municípios (SANTA CATARINA, 2016, p. 2). Para maiores informações sobre o tema, consultar Oganauskas Filho (2016) e Oganauskas Filho *et al.* (2018).

**Figura 2** - Localização geográfica dos municípios da extinta Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, Santa Catarina, 2017.



**Fonte:** Governo do Estado de Santa Catarina, 2017.

Com o intuito de identificar os recursos e ativos específicos do território foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os atores públicos, privados e associativos. Cabe mencionar que foi realizada uma pesquisa exploratória, a qual teve o intuito de inventariar de forma preliminar possíveis produtos específicos desse território, suas principais paisagens típicas e, também, identificar os distintos atores implicados com iniciativas de valorização de produtos e serviços. Para tanto, utilizou-se como instrumentos metodológicos a observação participativa e a realização de entrevistas piloto. Nesse processo houve contato com agricultores familiares, atores da esfera pública, como integrantes da EPAGRI da região, gestores da extinta ADR de São Joaquim e, também, com alguns prefeitos e secretários municipais.

Através da revisão de estudos regionais e da pesquisa exploratória foi possível revelar, previamente, os principais produtos e serviços que apresentam algum grau de especificidade territorial, a exemplo do queijo serrano, maçã, vinho fino de altitude, o mel de melato da bracatinga, a goiaba serrana, a carne fresca<sup>10</sup>, o vime<sup>11</sup> e o turismo rural. As informações coletadas preliminarmente possibilitaram perceber, também, o anseio de alguns atores públicos correlacionado ao propósito de promover o desenvolvimento territorial. Entretanto, nessa etapa

<sup>10</sup> A exemplo do queijo artesanal serrano, esse tipo de carne também remonta ao período do tropeirismo e consiste numa forma de conservar a carne com o uso de sal, porém em menor quantidade quando comparado ao método de produção de charque.

<sup>11</sup> Trata-se de uma planta que produz “varas” flexíveis e moles, que são utilizadas como matéria prima vegetal para a produção de artesanatos, principalmente para a fabricação de cesto e móveis.

exploratória, não foi possível identificar qual o nível de articulação entre os atores públicos privados e associativos, tema que representa um dos objetivos específicos da dissertação.

A partir dessa primeira etapa de pesquisa de campo foram identificados atores sociais a serem entrevistados na sequência da investigação: profissionais da EPAGRI, que atuam nos municípios da região, da ADR de São Joaquim, das secretarias municipais de agricultura e de turismo, das cooperativas e ou associações de produtores, dos sindicatos dos trabalhadores rurais, agricultores familiares e empresários.

Na sequência, da pesquisa exploratória, procedeu-se a elaboração dos roteiros de entrevistas, direcionados a dois diferentes públicos, a saber: os atores públicos (Apêndice A) e os atores privados e associativos (Apêndice B). Esses roteiros são constituídos por três partes: a primeira contém questões preliminares, visando reconstituir a trajetória sócio-profissional do entrevistado associada a produtos e serviços territoriais de qualidade. A segunda busca identificar, a partir da percepção do entrevistado, os produtos considerados específicos do território, as principais características históricas, culturais e ambientais que diferenciam o território dos demais e respectivos serviços associados tanto a produtos quanto ao cenário (paisagem, clima, patrimônio histórico, gastronômico e cultural). A terceira parte se volta para a análise do processo de governança territorial, identificando e caracterizando ações coletivas coordenadas, atuação em rede e espaços de concertação das principais iniciativas de valorização de produtos e serviços de qualidade territorial.

O roteiro de entrevista direcionado a atores privados e associativos foi aplicado com produtores e empresários dos setores produtivos do queijo serrano, da maçã, do vinho fino de altitude, do mel de melato da bracinga, da goiaba serrana, da carne frescal, do vime e do turismo rural, além de representantes de associações e cooperativas que trabalham com um ou mais desses produtos no território. Já o roteiro construído para os atores públicos foi aplicado a representantes da EPAGRI, da ADR de São Joaquim, da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES)<sup>12</sup> e do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *campus* de Urupema, além de secretários municipais de agricultura e turismo. Vale ressaltar que todas as entrevistas realizadas foram avalizadas pelos entrevistados através da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice C).

---

<sup>12</sup> No estado de Santa Catarina, existem 21 associações de municípios, que integram a Federação Catarinense das Associações de Municípios. A AMURES é uma organização que tem como objetivo a integração político-administrativa, econômica e social dos seus dezoito municípios que a constituem. Essa Associação prima pelo fortalecimento das administrações públicas, através de espaços que buscam defender e reivindicar os interesses regionais, através da cooperação intermunicipal e intergovernamental da região, tendo como base de debate os Fóruns Regionais de Secretarias Municipais.

As entrevistas combinaram perguntas fechadas e abertas, pelas quais os entrevistados discorreram sobre o tema proposto pelo pesquisador. Dessa forma, os roteiros foram compostos por um conjunto de questões previamente definidas, mas que os entrevistados abordaram de forma semelhante a uma conversa informal. A entrevista semiestruturada foi utilizada para delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, com a intervenção do pesquisador sempre que necessária a fim de que os objetivos fossem alcançados (BONI; QUARESMA, 2005).

No total foram realizadas, entre abril e maio de 2018, 49 entrevistas, sendo quatorze com atores públicos e 35 com atores privados. Dentre os atores privados, 28 eram, também, representantes associativos (Figura 3). Para restringir o número de entrevistas foi utilizada a técnica de saturação amostral, determinada pelo momento em que o trabalho de campo não apresenta dados ou esclarecimentos novos sobre o objeto estudado (FONTANELLA *et al.*, 2011). Quanto ao local das entrevistas, houve uma variação de acordo com a localização e disponibilidade dos informantes. Os agricultores familiares e empresários foram entrevistados, na maioria, nas suas Unidades Produtivas (UP). Já os atores associativos prestaram suas informações na sede das cooperativas ou associações. Em alguns casos específicos, as entrevistas foram realizadas nas residências dos entrevistados (caso daqueles produtores que não residiam na UP e da indisponibilidade de realização da entrevista no horário comercial para os atores públicos e associativos). De modo geral, as entrevistas com os atores públicos foram realizadas nas sedes das organizações em que trabalham.

**Figura 3** - Esquema de representação dos entrevistados.



**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Além das entrevistas houve a observação participativa em três reuniões/eventos após a pesquisa de campo, que qualificaram os resultados obtidos pelas entrevistas. Sendo eles o I

Whorshop de Indicação Geográfica para o Mel de Melado de Santa Catarina, I Whorshop de Indicação Geográfica para a Maçã da Região de São Joaquim e uma reunião com a equipe técnica de extensionistas da EPAGRI da regional de São Joaquim. Os dois primeiros eventos foram organizados pelo Sebrae, em parceria com a EPAGRI e a AMURES, afim de explanar sobre o que uma IG e trazer casos de outras regiões do Brasil. Esses momentos proporcionaram um maior entendimento sobre a opinião dos atores privados e associativos, desses produtos, sob a valorização desses recursos por meio da IG. Já no encontro com o corpo de extensionistas da EPAGRI, aconteceu uma roda de conversa a partir de uma apresentação sobre o que é o enfoque teórico e metodológico da CBST. Este encontro possibilitou conhecer o ponto de vista de todos extensionistas do território serrano, além de gerar novas ideias de ações que possam ser incrementadas no serviço de extensão rural, com o propósito de revelar e valorizar os recursos territoriais da Serra Catarinense.

#### 1.4.1 Sistematização e análise dos dados

A transcrição das entrevistas precedeu sua análise pela técnica de Análise de Conteúdo (AC), proposta por Bardin (2011). A AC consiste num conjunto de técnicas aplicável a qualquer discurso, possibilitando a compreensão das estruturas, características ou modelos que estão presentes nas mensagens consideradas na pesquisa (CÂMARA, 2013). Para utilizar a AC foi necessário o desenvolvimento de três etapas propostas por Bardin (2001, p. 125): “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

A primeira etapa de pré-análise consistiu em ordenar as ideias obtidas no referencial teórico e estabelecer os indicadores que foram usados na interpretação dos dados coletados (SILVA; FOSSA, 2015). Dessa forma, foi feita uma leitura das entrevistas transcritas, anotações decorrentes das entrevistas, da participação de reuniões técnicas dos produtores de mel de melado e da maçã, e da reunião geral dos extensionistas da regional de São Joaquim. Tais informações foram correlacionadas com a revisão bibliográfica apresentada nesta introdução. Foram estabelecidos, então, os aspectos as serem analisados, tais como a coordenação dos atores privados dentro de cada setor produtivo, a existência ou não de cooperativas ou associação, bem como o número de atores que participam dessas organizações. Também, foram analisadas a existência de canais de comunicação entre os diferentes atores e a capacidade de desenvolverem ações em conjunto, bem como as especificidades dos produtos e serviços do território a partir da percepção dos entrevistados e da frequência em que era repetida

pelos mesmo. O mesmo procedimento foi feito para averiguar a notoriedade desses produtos e serviços entre os atores entrevistados.

A segunda etapa da análise do discurso foi a exploração do material, ou seja, a decodificação das entrevistas e sua classificação de acordo com os aspectos pré-estabelecidos. Ou seja, os elementos que se dialogavam com os seguintes pontos correlacionados ao enfoque da CBST: especificidade do produto ou serviço, a relação deles com a história e cultura do território, existência de um sentimento de enraizamento territorial ligado ao produto ou serviço, produtos, serviços e cenários que atraem pessoas externas ao território, projetos de valorização de produtos ou serviços, relevância econômica e social do produto ou serviço, organização coletiva dos atores, bem como a relação existente entre os diferentes atores, ações conjuntas, projetos ou eventos que envolvem diferentes atores e dificuldades de articulação entre os atores envolvidos.

Já a última e a terceira etapa correspondeu ao tratamento dos resultados e sua interpretação. Para tanto realizou-se uma análise comparativa do conteúdo através de sua sobreposição, de modo a considerar os pontos em comum e os diferentes. Encerrada a AC pôde-se ter uma compreensão mais aprofundada da realidade do território da Serra Catarinense, com destaque para os produtos e serviços considerados específicos pelos atores entrevistados, a coordenação existente entre os atores públicos, privados e associativos. Fatores a partir dos quais identificou-se as principais potencialidades e fragilidades do processo de construção de um desenvolvimento territorial à luz do enfoque da CBST.

## 1.5 ESTRUTURA GERAL DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em dois capítulos, para além desta introdução e das considerações finais. Estes capítulos foram concebidos de forma associada aos objetivos específicos da pesquisa e estruturados em formato de artigo. Cada um possui características distintas, ou seja, tem seu próprio objetivo, revisão de literatura, método de pesquisa, resultados, discussões e conclusões, porém mantendo como eixo o tema central da dissertação que é a abordagem da CBST.

Desse modo, o capítulo 1 – **A construção de um território para o desenvolvimento rural: ativos e recursos territoriais específicos** - tem por objetivo identificar os recursos e ativos territoriais específicos, que possam agregar outros produtos, compondo uma oferta compósita no processo de formação de uma CBST. Em seguida caracterizou-se esses principais

produtos e serviços, para então, demonstrar as principais potencialidades do território, assim como os desafios para a ativação de recursos territoriais da Serra Catarinense.

Já o capítulo 2 – **Governança territorial e a cesta de bens e serviços territoriais na Serra Catarinense** – analisou o sistema de governança entre os atores públicos, privados e associativos, envolvidos ou correlacionados com os recursos e ativos territoriais específicos da Serra Catarinense, com vista à construção de um sistema de governança territorial preconizado pelo enfoque da CBST. Inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica sobre o tema da governança territorial. Em seguida, o contexto empírico do território foi correlacionando com a teoria da “cesta”, demonstrando a diversidade de atores territoriais e as suas principais ações vinculadas entre si e com os produtos e serviços da Serra Catarinense. A partir dessa discussão, as conclusões desse capítulo apontam as grandes lacunas existentes na conexão entre os diferentes atores do território, para uma possível construção da CBST.

Por fim, as **Considerações Finais** sintetizam os principais resultados da pesquisa e sugerem recomendações no sentido tanto de orientar os atores territoriais interessados em adotar o enfoque da CBST nas suas ações, quanto de aprofundar o tema de pesquisa com novos estudos. Entende-se que ainda há um grande caminho para se avançar na adaptação do enfoque da CBST, visto que a realidade brasileira é muito diferente da francesa, para que essa metodologia possa promover o desenvolvimento de territórios rurais, sem que se aumente a desigualdade entre estes territórios ou entre diferentes atores neles presentes. Constatou-se que o território da Serra Catarinense possui um grande potencial para operacionalizar a metodologia da CBST, devido a sua riqueza de produtos, serviços e cenários específicos. No entanto, é necessário mobilizar e capacitar os atores territoriais na compreensão do enfoque do desenvolvimento territorial e, em específico, o da “cesta”.

## **2. CAPÍTULO 1: A CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL: ATIVOS E RECURSOS TERRITORIAIS ESPECÍFICOS**

### **Resumo**

Este artigo tem por objetivo identificar os recursos e ativos territoriais específicos da Serra Catarinense, que possam compor uma oferta compósita no processo de formação de uma Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Para tanto, parte-se de um levantamento preliminar desses tipos de recursos e ativos territoriais na região de estudo, capazes de catalisar ações de desenvolvimento que desviam do modelo produtivista hegemônico. A abordagem em questão coloca em destaque a importância no processo de desenvolvimento territorial da articulação entre distintas iniciativas de valorização de produtos e serviços específicos. Por meio da realização de revisão bibliográfica e documental, bem como de pesquisa de campo, esta investigação aponta que a abordagem de CBST se apresenta como um aporte teórico-metodológico inovador para a compreensão das novas definições e ressignificações de ações de desenvolvimento em espaços rurais no Brasil. No contexto da Serra Catarinense, para além das iniciativas de criação de Indicações Geográficas para o queijo artesanal serrano, maçã, vinhos de altitude e o mel de melato e do crescimento do turismo rural, esse território possui um cenário natural com potencial para o desenvolvimento de iniciativas que consolidem uma CBST.

**Palavras chaves:** Desenvolvimento Territorial; Cesta de bens e serviços territoriais; Recursos territoriais.

### **Abstract**

This article aims to identify the specific resources and territorial assets of Serra Catarinense, which can compose a composite offer in the process of forming a Basket of Territorial Goods and Services (CBST). Therefore, a preliminary survey of this type of resources and territorial assets in the region of study, capable of catalyzing development actions that deviate from the hegemonic productivist model. The approach in question highlights the importance in the process of territorial development of the articulation between distinct initiatives of valorization of specific products and services. Through a bibliographical and documentary review, as well as field research, this research points out that the CBST approach presents itself as an innovative theoretical-methodological contribution to the understanding of the new definitions and re-significances of development actions in rural areas in the Brazil. In the context of Serra Catarinense, in addition to the initiatives to create Geographical Indications for artisanal cheese, apple, high altitude wines and melato honey and the growth of rural tourism, this territory has a natural scenario with potential for the development of initiatives that consolidate a CBST.

**Keywords:** Territorial Development; Basket of territorial goods and services; Territorial resources.

## 1- Introdução

Com o crescente processo de globalização, sobretudo da economia, houve uma marginalização de vários territórios rurais. O enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), elaborado por uma equipe de pesquisadores da *Université Grenoble Alpes* (França), coloca no centro do processo de desenvolvimento territorial, os produtos e serviços de qualidade associados a características que dificultam a sua reprodução em outros territórios. As primeiras evidências de pesquisa demonstraram que a valorização dos chamados recursos territoriais específicos representa o principal eixo norteador de ações de desenvolvimento territorial em zonas rurais. Dentre outros pontos, a ação combinada de diferentes atores sociais é fundamental para iniciar e manter no tempo o processo de especificação ou valorização de produtos e serviços característicos de um território (PECQUEUR, 2005; MOLLARD; PECQUEUR, 2007).

Este artigo tem por objetivo discutir a pertinência dos conceitos correlacionados à CBST para a implementação de iniciativas brasileiras de desenvolvimento territorial. Segundo Campagne e Pecqueur (2014), essa abordagem se adequa e se torna mais efetiva quando aplicada em zonas rurais desfavorecidas, contribuindo para a territorialização desse tipo de espaço. Dentro da realidade brasileira e, em especial, da catarinense, esta análise se justifica, de um lado, pela incipiente produção científica relacionada a essa abordagem e, de outro lado, pela relativa abundância de estudos que evocam o modelo de desenvolvimento territorial de forma normativa, desprovidos de referencial teórico-metodológico.

Os resultados aqui analisados foram elaborados a partir de pesquisa bibliográfica e documental, além de entrevistas semiestruturadas e de observação participante, realizadas entre abril e maio de 2018, junto a atores públicos, associativos e privados da Serra Catarinense. Este artigo aponta o potencial da CBST enquanto aporte teórico-metodológico para o estudo do desenvolvimento territorial em espaços rurais brasileiros e com capacidade de orientar as ações empíricas que visam promover esse estilo de desenvolvimento. No contexto da Serra Catarinense, existem ações coletivas de atores territoriais associadas a produtos e serviços específicos, a exemplo da maçã, vinho de altitude, queijo artesanal serrano, mel de melato, pinhão, carne bovina frescal<sup>13</sup> e goiaba serrana<sup>14</sup>, além do artesanato de vime e do turismo rural.

---

<sup>13</sup> Esse tipo de carne remonta ao período do tropeirismo do Século XIIIIV. O método do qual origina o frescal consiste numa forma de conservar a carne com o uso de sal, porém em menor quantidade quando comparado ao sistema de fabricação da charque.

<sup>14</sup> A goiaba serrana, conhecida também por feijoa, é uma planta frutífera da região sul do Brasil. O seu fruto tem um sabor muito peculiar, harmonizando acidez e doce ao mesmo tempo. Além disso, esse tipo de goiaba possui

Para os propósitos deste estudo serão priorizados na análise, os casos do queijo artesanal serrano, maçã, vinho de altitude e o mel de melato, produtos que, ou já apresentam significativa importância socioeconômica no contexto do território da Serra Catarinense, ou têm potencial para aumentar sua inserção em mercados diferenciado, com iniciativas em curso relacionadas à obtenção de Indicações Geográficas (IG)<sup>15</sup>, inclui-se ainda o tema do turismo rural, considerado um componente essencial de uma CBST.

O artigo está organizado, além da introdução e considerações finais em duas partes principais. A primeira apresenta uma síntese da abordagem teórico-metodológica da CBST, com ênfase para a noção de recurso e ativo territorial específico. A segunda discute a aplicação empírica desse enfoque na região serrana de Santa Catarina, enfatizando as iniciativas territoriais em curso voltadas para a valorização de serviços e produtos específicos. A terceira parte

## **2- Cesta de Bens e Serviços Territoriais: um olhar sobre os recursos territoriais específicos**

O conceito de território adotado neste artigo está associado à perspectiva de construção social por parte de atores mobilizados para resolver problemas comuns ou compartilhados. Essa perspectiva, por sua vez, se volta para a valorização socioeconômica de produtos e serviços a partir da identificação de *inputs* territoriais existentes na forma de recursos e ativos (PECQUEUR, 2001). Entende-se por ativos aqueles fatores que estão “em atividade”, enquanto que os recursos ainda não foram explorados, mas podem ser revelados ou valorizados. Diferentemente dos ativos, os recursos representam uma reserva, um potencial latente ou virtual a ser ativado (HIRCZAK *et al.*, 2008a).

Uma das principais características desse estilo de desenvolvimento consiste em transformar recursos territoriais em ativos, por meio da valorização ou especificação desses primeiros nos mercados locais e regionais. Essa característica do desenvolvimento territorial pressupõe que os recursos territoriais latentes passam a ser valorizados somente após a existência da ação coletiva de atores sociais interessados na sua revelação (BENKO; PECQUEUR, 2001).

---

uma grande concentração de vitamina C e flavonoides, tornando-a um excelente alimento preventivo de doenças (VELHO *et al.*, 2010).

<sup>15</sup> Uma IG visa revalorizar tradições, costumes, saberes, práticas e outros bens imateriais que estão ligadas a produtos, que possuem uma especificidade, associados a um território de origem. Isso é materializado através da concessão de um selo de qualidade e origem. No Brasil, o órgão responsável por conceder tal signo de qualidade é o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que se guia pela Lei de Propriedade Industrial.

Colletis e Pecqueur (2005) diferenciam ativos e recursos territoriais genéricos daqueles considerados específicos. Os ativos ou recursos genéricos independem do processo de produção e do “gênio ou cultura do lugar” onde são produzidos. Assim, esse tipo de ativo ou recurso é transferível para outros territórios, tendo o mercado como local de troca. De forma mais didática pode-se estabelecer uma analogia entre recursos e ativos genéricos e a mão de obra. Os recursos genéricos podem ser compreendidos como a mão de obra não qualificada, que não está sendo utilizada e não muda a sua natureza ao se transformar em um ativo genérico, pois continua não qualificada, mas passa a ser utilizada e adquire um valor econômico.

Os ativos específicos, por sua vez, têm um caráter diferente dos genéricos, dado que a sua valorização está associada à sua condição de uso. Enquanto um ativo genérico é totalmente transferível, um ativo específico implica em um custo de transferência relativamente alto e irre recuperável. Esse tipo de ativo é intransferível, pois é resultado de um processo que envolve diversos atores sociais e características específicas ou únicas. Esses ativos são construídos a partir de processos interativos e cognitivos de atores dotados de diferentes competências que, ao se articularem, produzem novos conhecimentos (BENKO; PECQUEUR, 2001).

Os ativos genéricos são incapazes de diferenciar um território de outro, uma vez que são susceptíveis a transferências, além de serem encontrados em diversos lugares. Para se obter uma diferenciação durável em comparação a outros territórios, torna-se necessário que os recursos e ativos não sofram ameaças de transferências. O que permite essa condição é o caráter de especificidade associado ao território de origem (PECQUEUR, 2005). O Quadro 1 abaixo sintetiza as principais diferenças entre recursos e ativos e suas características genérica ou específica.

**Quadro 1** - Tipologia dos recursos territoriais.

	<b>Genérico</b>	<b>Específico</b>
<b>Recursos</b>	Fatores de localização <i>não utilizados</i> , <b>discriminados por preço e custo</b> de transporte (cálculo, otimização).	Fatores imensuráveis e intransferíveis cujo <b>valor depende da organização que os cria.</b>
<b>Ativos</b>	Fatores de localização <i>não utilizados</i> , <b>discriminados por preço e custo</b> de transporte (cálculo, otimização). - Pode ser <b>ativado em qualquer território.</b>	Fator comparável cujo <b>valor está relacionado a um uso específico:</b> - Custo de irreversibilidade; - Pode ser <b>ativado apenas no território de origem.</b>

**Fonte:** Adaptado de Benko; Pecqueur (2001).

Como é possível perceber, um dos primeiros desafios do desenvolvimento territorial recai sobre a identificação de recursos específicos. Na sequência, é preciso acionar um processo de especificação ou ativação de recursos. Ou seja, os recursos específicos merecem uma atenção maior, pois neles reside a possibilidade de construção de produtos e serviços com características enraizadas no território (PECQUEUR, 2005). Sobre esse tema, Requier-Desjardins (2013) considera que a ativação de recursos específicos representa um processo de transformação, que resulta da ação coletiva de um conjunto de atores ancorados territorialmente.

Em outros termos, o recurso específico, ao se tornar ativo, é transformado no processo de produção, por meio de um novo sistema de normas, mudando de natureza. No estágio da virtualidade, tudo pode ser potencialmente recurso, mas nem tudo pode se tornar automaticamente um ativo, uma vez que as condições da metamorfose não estão no objeto/recurso, mas nas estratégias adotadas pelos atores no processo de produção (PECQUEUR, 2005).

Portanto, o processo de identificação e valorização de recursos é sempre proposital, mesmo que a criação de determinados recursos possa não ser premeditada. O recurso territorial específico está atrelado a uma característica de um território, que tem como base a ação humana (intencional e não-intencional) e que pode ser um fator indutor do processo de produção. Os ativos territoriais específicos têm em sua gênese unicamente a atividade intencional humana, sendo, então, resultantes das estratégias dos atores sociais (MOLLARD, 2001). Para Carrière e

Cazella (2006), a metamorfose de recursos em ativos específicos é inseparável da história e da memória social de aprendizagem coletiva característica do território.

A transformação de recurso em ativo específico induz à geração de conhecimentos próprios do território. Quanto maior o conhecimento acumulado acerca de um território, maiores as possibilidades de consolidação dessa transformação. Além disso, mais facilmente estratégias duradouras de desenvolvimento são construídas em zonas rurais. No entanto, esse processo exige a aproximação entre atores internos e externos do território, formando redes institucionais que possibilitem a troca de informações e a transformação de recursos em ativos territoriais (PERRON; JANIN, 2014).

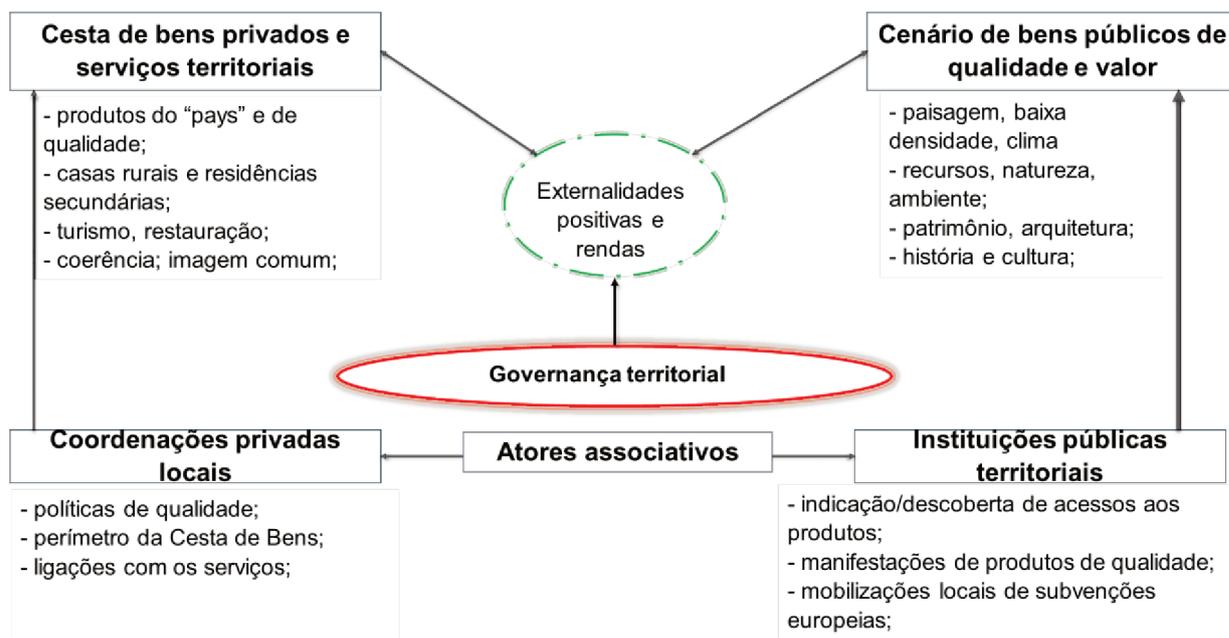
O importante é a proposição de ferramentas para analisar, compreender, gerenciar essa transição. É uma questão de “ativar”, de valorizar recursos, muitas vezes, simplesmente potenciais e latentes, para fazer deles, através do exercício da cognição, aprendizagem e de troca, ativos específicos susceptíveis de gerar rendas de diferenciação a serem valorizadas. Os recursos não são dados, mas construções; a definição da especificidade é o resultado de um trabalho e as rendas procedem de diferenciações bem-sucedidas. Todas essas tarefas exigem de atores (públicos, privados e associativos) um acompanhamento que renova as condições de eficiência e de legitimidade do exercício do poder; daí a atenção dada às formas de governança (LACOMBE, 2014, p. 11) tradução do autor.

Para que uma dinâmica de desenvolvimento territorial centrada na identificação e ativação de recursos específicos seja deflagrada é necessário reconhecer a importância dos efeitos de proximidade, de endogenia das dinâmicas, das lógicas de reciprocidade na valorização dos recursos territoriais e, principalmente, dos regimes territoriais de governança (BÉRARD *et al.*, 2005).

O que acontece nos territórios equivale, portanto, ao surgimento de novos modos de governança que desafiam atores e instituições, pois impõem mecanismos inéditos de gestão de conflitos. Esse processo deve pautar-se na criação de uma coordenação eficaz entre atores territoriais, que permita a realização de um bom inventário de recursos específicos e dinamize a execução de ações que consolidem o enfoque da CBST. Para tanto, os atores associativos são fundamentais para apoiar e organizar as ações em curso. Vale ressaltar que, muitas vezes, esse tipo de ator faz parte ou está imbricado com setor privado, mas se distingue dessa categoria de ator pela sua natureza coletiva (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

A fim de melhor demonstrar a estrutura geral da CBST e o papel de cada tipo de ator territorial dentro da estratégia de desenvolvimento, a Figura 1 apresenta um esboço de como produtos, serviços, ambiente e atores territoriais se relacionam no processo de construção de uma CBST.

**Figura 1:** Governança territorial e estrutura de uma CBST



Fonte: Mollard (2005, p.6); Campagne e Pecqueur (2014). Modificado pelo autor.

Em síntese, uma CBST consiste em uma oferta compósita de produtos de *pays*<sup>16</sup> e serviços territoriais, que prioriza os mercados locais, ou os chamados circuitos curtos de comercialização, estimulando o reconhecimento da qualidade dos produtos e serviços específicos da parte dos atores locais, mas também de consumidores externos, a exemplo de turistas. Construir um sistema de governança territorial é fundamental para que a CBST possa ser estruturada e compartilhada por atores públicos, privados e associativos. Essas três categorias de atores desempenham funções diferenciadas, mas interativas no processo de construção da CBST.

### 3- Serra Catarinense: produtos específicos e cenário

O território-dado deste estudo, segundo a formulação bifacial cunhada por Pecqueur (2005), corresponde à delimitação administrativa da Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim, recentemente extinta pelo governo do estado, que inclui, além desse município, Urupema, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Bom Jardim da Serra. Essa ADR representava uma subdivisão territorial da Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES), composta por 18 municípios. Essa estrutura administrativa fez parte da política de descentralização do governo do estado de Santa Catarina iniciada em 2003 (OGANAUSKAS

<sup>16</sup> O termo “*pays*” está diretamente ligado às delimitações territoriais antecedente à Revolução Francesa, possuindo um significado histórico enraizado nas culturas de algumas regiões. Dessa forma, a perspectiva dos “*pays*” foi incorporada às políticas públicas de desenvolvimento territorial (CAZELLA, 2002).

FILHO, 2016). Trata-se de uma região de baixa densidade populacional, com de cerca de 54 mil habitantes, dos quais pouco mais da metade reside em São Joaquim. Desse total, 43% vivem no meio rural e desenvolvem atividades agropecuárias. No tópico a seguir analisamos as ações coletivas de diferenciação do queijo artesanal serrano, maçã, vinho de altitude e o mel de melato, produtos relacionados a processos de obtenção de IG, a maioria deles com destacada importância socioeconômica na Serra Catarinense<sup>17</sup>. Na sequência, discutimos a especificidade do turismo rural dentro do cenário do território (paisagem, clima, patrimônio histórico, gastronômico e cultural), demonstrando seu potencial de promover a interligação dos produtos da CBST.

### **3.1- Os principais produtos de qualidade territorial**

A Serra Catarinense, mesmo sendo um território com baixos índices socioeconômicos (índice de desenvolvimento humano, renda per capita, taxa de desemprego e produto interno bruto), quando comparada com outras regiões de Santa Catarina, contém uma importante riqueza de produtos e serviços específicos. Dentre esses, o queijo artesanal serrano se destaca por ser o produto mais antigo do território, com imagem relacionada à história do território e com uma grande demanda e reconhecimento da parte de consumidores de fora do território. Trata-se de um queijo produzido com leite cru integral originário de vacas de corte criadas nos campos nativos da região, que remonta ao período do tropeirismo no Século XVIII. Esses elementos propiciam uma especificidade no sabor e textura (YAMAGUCHI *et al.*, 2016).

O queijo artesanal serrano é um queijo de fabricação artesanal com produção em pequenas escalas, curado sobre madeira de araucária por um período mínimo de 30 dias (Figura 2). Tem a sua origem entre os descendentes portugueses que fizeram parte da colonização da região. Por aproximadamente dois séculos, esse tipo de queijo era transportado em lombo de muaras para ser trocado por outras mercadorias não produzidas na região, como sal, café, açúcar, dentre outros (PIEPER; CRUZ, 2014). Esse queijo foi o primeiro produto da Serra Catarinense mobilizado por atores locais para a obtenção de uma IG. Além de fazer parte da história da região serrana, trata-se um produto artesanal produzido predominantemente por agricultores familiares. O processo de criação da IG do queijo artesanal serrano ainda está em curso, mas o pedido já foi submetido ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e se encontra em processo final de avaliação. O queijo artesanal serrano será o terceiro produto catarinense com

---

<sup>17</sup> Além dos produtos associados à construção de IG, a região tem outros produtos e serviços típicos, com destaque para a goiaba serrana, a carne frescal e o artesanato de vime. No quadro deste artigo se privilegiou a análise dos produtos e serviços de maior notoriedade territorial e impactos socioeconômicos.

esse tipo de selo de qualidade. O primeiro foi obtido por agricultores e vinícolas implicados com o cultivo e processamento da uva Goethe, no sul do estado, com destaque para o espumante produzido a partir dessa variedade de uva (CERDAN *et al.*, 2018) e o segundo foi obtido por produtores de banana da região de Corupá, tida como a banana mais doce do mundo.

**Figura 2:** Queijo artesanal serrano o processo de cura sobre madeira de araucária



Fonte: Acervo do autor, 2018.

A iniciativa da IG do queijo artesanal serrano articula produtores de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, graças a uma parceria que envolve profissionais dos serviços públicos de pesquisa e extensão rural da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e, do lado catarinense, da Associação dos Municípios da Região Serrana (CÓRDOVA *et al.*, 2015). No estado de Santa Catarina, o processo de criação da IG mobilizou parte dos produtores desse tipo de queijo, os quais formaram a Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense. Essa associação agrupa 42 agricultores familiares proprietários de queijarias, das quais sete já se adequaram às normas sanitárias e de qualidade requeridos no processo de produção e comercialização. Os demais encontram-se em fase de adaptação à legislação, especialmente a que trata de normas sanitárias.

A necessidade de uma organização formal dos produtores para cumprir com as exigências técnicas e legais da IG fez com que um grupo de produtores estivesse melhor

preparado para acessar e adotar orientações técnicas, bem como outras políticas públicas. Entretanto, é sabido que essas organizações precisam de tempo para que dominem a arte da gestão de processos coletivos e assumam os desafios para lograr vantagens decorrentes da obtenção de uma IG. Ou seja, o auxílio de outras organizações profissionais, a exemplo da EPAGRI e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC)<sup>18</sup> tem se mostrado fundamental (SANTOS, 2017).

As características ligadas à produção desse tipo de queijo mencionadas acima permitem qualificá-lo, à luz do enfoque da CBST, como um ativo territorial específico. Trata-se de um produto comercializado no estado inteiro, com produção e reputação semelhante no estado vizinho do Rio Grande do Sul, que possui um reconhecimento por parte do consumidor da sua qualidade e especificidade territorial. Uma agricultora produtora de queijo de São Joaquim, quando entrevistada, ressaltou a notoriedade e qualidade do produto junto ao consumidor:

Ele é bem diferente dos outros. O gosto, sabor, até a maturação. Aí, essa semana eu despachei tudo [para] os freguês que ia chegando. Gente, eu não tenho queijo! Então, essa semana eu tô dispensando o freguês (ENTREVISTADO 35, agricultora produtora de queijo serrano, São Joaquim/SC, abr./2018).

Além do sabor específico é perceptível que este produto possui uma grande ligação com a origem da formação do território da Serra Catarinense. Ou seja, trata-se de um produto que está fortemente vinculado ao ambiente, saber-fazer e cultura serrana. Desse modo, há uma relação próxima entre os produtores, consumidores, varejistas e comerciantes, conferindo especificidade do queijo artesanal serrano (SANTOS *et al.*, 2016; CORDOBA *et al.*, 2015).

Além do queijo artesanal serrano, outro produto com grande notoriedade no território é a maçã, que se destaca pela sua importância econômica na região. O cultivo da macieira está associado aos serviços públicos de pesquisa e extensão rural do governo do estado que, na década de 1970, promoveu o Programa de Fruticultura de Clima Temperado. Na região de estudo foi instalada uma estação experimental da atual EPAGRI, que contou com uma sólida parceria técnica com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (CORDEIRO, 2006).

Atualmente, o município de São Joaquim concentra a maioria dos produtores de maçã do estado devido às condições climáticas mais favoráveis à produção. Segundo dados da EPAGRI (2018) e do IBGE (2017), o estado de Santa Catarina tem 2.992 produtores de maçã, e somente o município de São Joaquim é responsável por aproximadamente 51% da área

---

<sup>18</sup> O Sebrae-SC está executando o projeto “Serra de Sabores” na região, previsto para o período de 2017 a 2019, o qual tem por meta constituir três IG: maçã, vinhos de altitude e mel de melato. Desde 2012, essa organização promove ações no estado sobre esse tema, tendo identificado 27 produtos catarinense com potencial para obtenção de uma IG (SAKR; DALLABRIDA, 2015).

plantada no estado. A cultivar fugi produzida na Serra Catarinense é reconhecida por se diferenciar pelo maior tamanho, melhor sabor, crocância e coloração (Figura 3), quando comparada aos frutos originários de outras zonas de produção do estado e país, que possuem menor altitude e qualidade do frio<sup>19</sup>, notadamente Fraiburgo (SC) e Vacaria (RS). O microclima existente na região e seu cultivo em unidades agrícolas familiares explicam, em grande parte, essa qualidade superior.

**Figura 3:** Maçã da região de São Joaquim



Fonte: São Joaquim Online, 2018.

Embora a produção de maçã ainda seja o principal produto econômico da Serra Catarinense, para muitos entrevistados é perceptível que está em curso um processo de estagnação decorrente de variações climáticas que influenciam a sua produtividade e qualidade. Além disso, trata-se de um produto cujo preço sofre, frequentemente, quedas em decorrência da importação de maçãs, sobretudo, da Argentina. Outro fator ressaltado nas entrevistas é a forte presença de grandes empresas que se instalaram no município de São Joaquim, as quais têm hegemonia comercial, e que atuam em outras zonas produtoras. Estima-se que essas empresas comercializam 70% da maçã produzida na região, fazendo com que a qualidade

---

<sup>19</sup> O clima da Serra Catarinense interfere diretamente na qualidade da maçã devido ao gradiente térmico. A diferença de temperatura entre o dia e a noite varia de 10 a 14° C, variação considerada ideal, pois permite que os produtos metabolizados pela planta durante o dia sejam armazenados no fruto à noite.

superior dos frutos não seja valorizada no mercado, uma vez que a produção local é misturada com frutos de qualidade inferior oriundos de outras regiões (CAZELLA *et al.*, 2008).

Cabe destacar que maioria dos produtores da maçã ser pequenos e médios produtores, os quais firmam contratos de safra com essas empresas, que impõe o valor do produto e também a data de pagamento da mesma (BITTENCOURT *et al.*, 2011). Entretanto, uma parcela de produtores são sócios de uma das cinco cooperativas existentes na região - Sanjo, Cooperserra, Frutas de Ouro, Coopema e Econeve. As quatro primeiras, por terem uma estrutura de limpeza e armazenamento das frutas, conseguem um melhor preço na venda dos seus frutos. Já os produtores de maçã orgânica, sem uso de adubos e agrotóxicos sintéticos, associados à Econeve, se inserem em um mercado de alta demanda, sendo capaz de negociar sua produção por um maior preço quando comparado ao obtido pelo comércio de maçãs em cultivo convencional.

Diante desse quadro, uma estratégia de proteção e valorização da maçã fuji da Serra Catarinense, por meio da implantação de uma IG, encontra-se em fase embrionária de estruturação. Essa iniciativa é coordenada pelo Sebrae, em parceria com a EPAGRI e as quatro cooperativas. A tentativa de agregar valor à maçã fuji por meio de uma IG não é um caso isolado promovido pelo Sebrae, além desse produto essa organização busca desenvolver as IG do vinho de altitude e do mel de melato, ambas também na região de estudo.

O processo de IG da maçã fuji serrana ainda está em discussão, principalmente no que se refere à delimitação da área de abrangência. Os principais fatores que promovem qualidades diferenciadas aos frutos estão associados à quantidade de horas de frio e à altitude, conferindo aparência e sabor específico à maçã. A delimitação da área de abrangência da IG recai sobre uma decisão embasada por dados meteorológicos, mas ainda sem uma definição de parâmetros consensuais entre os atores envolvidos – pesquisadores, empresários e agricultores - para a definição desse perímetro. Em relação às variedades, em que pese o interesse de diversos atores em incluir os frutos da variedade gala, tem-se um consenso de que a variedade fuji se destaca nas análises organolépticas, principalmente pela quantidade de açúcar e uma leve acidez. Inicialmente havia a intenção de incluir, também, os frutos da variedade gala como portadora de especificidade, mas com o prosseguimento das discussões e, sobretudo, com a compreensão da parte dos produtores e dirigentes de cooperativas do significado de uma IG, optou-se por solicitar esse tipo de selo de qualidade somente para a maçã fuji. Esse processo representa um tema a ser aprofundado por novos estudos, pois revela um aprendizado coletivo sobre a complexidade de fatores em jogo no momento de delimitar abrangência e volume de produção de produtos de qualidade diferenciados por uma IG.

A partir do enfoque teórico-metodológico da CBST é possível afirmar que a maçã fuji da serra catarinense figura, até o momento, como um ativo territorial genérico, já que seu processo de comercialização ocorre em mercados que não valorizam suas qualidades diferenciadoras. O processo de construção da IG dessa variedade de maçã pode mudar essa condição, atribuindo um caráter de ativo específico, pelo menos para uma parcela da produção. Para passar da condição de ativo genérico para ativo específico, entretanto, um longo caminho precisa ainda ser trilhado, pois não se trata, somente, de colocar um selo de qualidade no produto, mas de que o produto e seu respectivo selo sejam reconhecidos pelos consumidores.

O vinho de altitude, terceiro produto analisado neste estudo, possui uma trajetória histórica recente no território. Assim como a maçã, a produção do vinho de altitude é beneficiada pelas características edafoclimáticas da Serra Catarinense. O seu diferencial de qualidade chama a atenção de apreciadores de vinhos do mundo. A história vitivinícola na região iniciou na década de 1990 a partir de um projeto de pesquisa da EPAGRI, que identificou o clima e a altitude do município de São Joaquim como propícios ao amadurecimento mais tardio das uvas. Essa particularidade proporciona frutos mais escuros, o que permite uma maior qualidade no processo de vinificação (Figura 4). Em um curto prazo, São Joaquim passou do anonimato no mapa vitivinícola brasileiro para o município com a maior área plantada com uvas viníferas do estado (CORDEIRO, 2006).

**Figura 4:** Produção de uvas viníferas, em fim de ciclo, no município de São Joaquim



Fonte: Acervo do autor, 2018.

O trabalho de pesquisa da EPAGRI, em parceria com produtores-proprietários de vinícolas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA Uva e Vinho) e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), fez com que a adaptação das cultivares de videira na região da Serra Catarinense propiciasse a produção de uvas e vinhos de alta qualidade. Segundo Brighenti *et al.* (2013), as cultivares que possuem um ciclo intermediário, em áreas com altitude superior ou igual a 1.300 metros, apresentam frutos com características ideais à produção de vinhos de alta qualidade.

Como se trata de um produto novo e de alto custo de investimento, a maioria das vinícolas e cultivos implantados na Serra Catarinense pertence a empreendedores de outras regiões, que vislumbraram nos vinhos de altitude uma grande oportunidade de negócios. Tais empreendedores formaram a Associação Vinho de Altitude - Produtores e Associados, a qual hoje é composta por 21 associados dos municípios de São Joaquim, Campos Novos, Água Doce, Treze Tilhas, Bocaina do Sul e Caçador. Na Serra Catarinense existem 12 vinícolas e todas participam dessa Associação. Essa Associação não reúne, portanto, somente produtores e proprietários de cantinas da região de estudo. Juntos, esses associados cultivam cerca de 279 ha de uvas viníferas no estado, sendo cerca de 204 ha na Serra Catarinense. A organização desses proprietários de vinhedos e respectivas vinícolas possibilitou fortalecer e transformar a vitivinicultura em um setor representativo na economia do estado, sendo a maior parte da área cultivada é no território da Serra Catarinense.

Essas empresas vinícolas têm como estratégia competitiva a elevada qualidade de seus produtos, dedicando-se à elaboração de vinhos de alto padrão, que realcem as características do

território, especialmente aquelas derivadas da altitude. Dentre as ações em curso, capitaneadas pela Associação Vinho de Altitude, destaca-se o processo de estruturação da IG dos vinhos de altitude e a implantação do Projeto de Enoturismo, ambos com o apoio do Sebrae-SC.

A produção de vinhos finos de altitude de alta qualidade está sendo associado ao enoturismo, considerado uma importante estratégia comercial das vinícolas instaladas na região. Para Losso e Pereira (2012), o enoturismo se apresenta com uma atividade altamente promissora, uma vez que agrega valor ao produto e propicia ao turista uma experiência de degustar um bom vinho em meio às belezas cênicas do vinhedo e da Serra Catarinense como um todo.

Mesmo sendo um produto recente, o vinho de altitude pode ser qualificado como um ativo territorial específico da Serra Catarinense, pelas suas características organolépticas singulares e pelo sistema organizacional que lhe envolve. Além de contar com uma forte articulação da parte dos atores privados do território, a produção de vinho respalda-se também no apoio de atores públicos, em especial da EPAGRI e EMBRAPA. Diferentemente da maçã, não se teve, até o momento, a difusão desse tipo de cultivo para um público mais amplo, em especial entre agricultores familiares. Além disso, os vinhos de altitude e as atividades turísticas associadas se voltam para um consumidor de maior poder aquisitivo. Diante do pouco tempo de implantação dessa experiência na região, do fato dos seus principais atores serem originários de fora e da baixa integração da população local com esse produto (vinho) e serviço (enoturismo), novos estudos se fazem necessários para acompanhar o processo de inserção territorial.

Outro produto serrano que contém características específicas ligadas ao território é o mel de melato. Esse tipo de mel é produzido a partir das secreções de partes vivas de árvores de bracatinga (*Mimosa scabrella*), planta nativa de zonas frias do sul do país, que têm sua seiva sugada pelo inseto chamado cochonilha. Esse inseto digere a seiva, eliminando gotas de melato (SALOMÉ, 2002). Esse processo ocorre no inverno quando as floradas naturais de outras espécies são inexistentes. Assim, as abelhas têm nessas gotas de melato um importante alimento para esse período de escassez de outras fontes de alimentos. Todo esse processo propicia um mel de qualidade diferenciada, que apresenta um menor teor de glicose e uma cor escura típica que se assemelha ao melado de cana-de-açúcar, além de não cristalizar (Figura 5). A sua produção ocorre em ciclos bienais, dependendo da ocorrência do ciclo da cochonilha (BONILHA, 2012).

**Figura 5:** (A) Abelha se alimentando das gotas de melato geradas pelas cochonilhas. (B) Mel de melato extraído das colmeias sendo envazado



Fonte: Acervo do autor, 2018.

Até recentemente, a coloração mais escura e o gosto um pouco amargo, em comparação ao mel floral, fazia com que esse produto fosse desvalorizado tanto pelos produtores, quanto pelos consumidores locais. Entretanto, as características específicas do produto chamaram a atenção de exportadores alemães, que passaram a comprar a produção local. Hoje, a maior parte do mel de melato de bracatinga é exportado para a Alemanha. Alguns produtores entrevistados afirmam que 95% do que é produzido é vendido para o exterior.

Esse grande volume de exportação é justificado pela qualidade específica do mel de melato. De acordo com Azevedo (2017), o mel de melato da bracatinga se diferencia dos demais méis florais devido à alta concentração e diversidade de compostos fenólicos, presença marcante de macronutrientes, como potássio, cálcio e magnésio, além de um menor teor de glicose. Desse modo, pode-se afirmar que o mel de melato possui propriedades funcionais que o diferenciam dos demais tipos de méis.

Além da valorização promovida pelo mercado externo, esse tipo de mel pode ganhar um novo impulso com a certificação orgânica<sup>20</sup> e a criação de uma IG. Alguns comerciantes que intermediam a exportação preferem produtos com esse tipo de certificação, pois na Europa as IG têm um grande reconhecimento da parte dos consumidores. Nesse caso, isso pode refletir no maior valor final do mel comercializado. Porém, a frágil organização dos apicultores serranos, estimados em 289 produtores pela Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC, 2016), explica o fato da maior parte do produto comercializado ser intermediada por entrepostos de outras regiões do estado, que exporta o mel em grandes embalagens e sem nenhuma referência ao território de origem. Na passagem abaixo, um entrevistado afirma, inclusive, que esses entrepostos fazem o *blend* com outros méis para aumentar a quantidade de produto exportada como sendo mel de melato de bracinga, implicando na queda de qualidade do produto final. Esses méis que apresentam tal mistura, são denominados de bugio (referência a um tipo de macaco existente na região, cuja pelagem pode ser marron e ruivo) pelos apicultores da região, pois o mel apresenta uma coloração mais clara que a do melato puro e uma textura mais fina, o que difere de um mel de melato puro.

O problema é que tu vendes o mel para entreposto e eles fazem a mistura lá.... Aí quando chega lá na Alemanha ou Estados Unidos, mais a Alemanha.... Enquanto aqui no Brasil fazem teste, tem três, quatro problemas no mel. Na Alemanha, eles descobrem mil problemas no mel.... Sai daqui um mel bom, de qualidade, chega lá eles compram mel do Piauí [estado da região nordeste do país], compraram, colocaram junto. Aí homogeneiza tudo, quando chega lá tem muita umidade. Aí vem muito umidade. Porque o mel de lá tem muito umidade, né! (ENTREVISTADO 45, apicultor, Bom Retiro/SC, jun.2018).

A iniciativa de IG para esse produto típico de regiões de altitude do sul do País, coordenada pelo Sebrae, ainda se encontra em fase inicial. A fragilidade da organização dos apicultores da região certamente representa um desafio suplementar. A iniciativa representa, no entanto, uma forma de criar especificidade e valorizar o mel de melato da serra catarinense, em relação às produções existentes em outras zonas com características climáticas semelhantes. Aqui se tem um produto típico produzido em uma zona que extrapola os limites da região de estudo. A especificação desse tipo de mel pode ser apropriada por outra zona produtora, pois está intimamente associada à ação coletiva, sobretudo, dos apicultores implicados com o processo.

Mesmo com essa desarticulação dos apicultores serranos pode-se classificar o mel de melato de bracinga como um recurso territorial específico em processo de ser transformado

---

<sup>20</sup> Trata-se de um procedimento que assegura que o produto com o selo orgânico obedece toda a regulamentação vigente na lei 10.831/2003, a qual define os parâmetros de exigência para produtos de origem animal e vegetal sem a utilização de insumos sintéticos.

em ativo específico. Apesar de apresentar vários aspectos que fazem dele um produto específico, esse tipo de mel ainda é pouco valorizado no território, mas muito apreciado pelo mercado externo. A ausência de articulação entre os produtores e o incipiente reconhecimento dos atributos territoriais do produto pelos consumidores no território apontam para a necessidade de um maior tempo e esforço organizacional dos distintos atores sociais envolvidos no sentido de inserir o mel de melato entre os produtos com potencial de compor a CBST da Serra Catarinense.

### 3.2- Um cenário favorável ao turismo rural

A Serra Catarinense apresenta uma paisagem característica, rica pela sua vegetação nativa, com destaque para a araucária intercalada com as áreas de campos nativos (Figura 6). A região possui um clima fortemente marcado pelos longos períodos de frio, que perduram por quatro a seis meses. O inverno rigoroso e o verão ameno, respectivamente, com temperaturas abaixo de zero e de 22°C, contribuem para definir a forma de viver, bem como as características de alguns produtos e serviços existentes na região.

**Figura 6:** Paisagem da Serra Catarinense



Fonte: Acervo do autor, 2018.

O frio intenso no inverno propicia a formação de geadas e, ocasionalmente, de neve, fenômeno que explica a notoriedade da região, a qual desfruta da publicidade gratuita feita pelas mídias nacionais devido ao seu clima. Durante a estação de inverno, a Serra Catarinense muda sua rotina pacata e recebe um grande número de turistas de diversas regiões do Brasil. A

formação de grandes cânions e serras amplia as belezas naturais compostas por vastas florestas, uma grande diversidade de pássaros, cachoeiras, inscrições rupestres, entre outros atrativos, que permitem aos turistas realizarem uma série de atividades de ecoturismo e turismo de aventura. Já o enoturismo, apresenta-se como um novo atrativo, principalmente no município de São Joaquim (SILVA; SOMMER, 2005), abrangendo visitas às vinícolas, além de piqueniques e degustações no interior dos parreirais sob o pôr do sol. A Vindima, festa da colheita da uva, atrai um fluxo significativo de turistas entre os meses de maio e abril.

Esses atributos territoriais associados ao clima, paisagem e meio ambiente representam “componentes” de uma potencial CBST. Os atrativos históricos, culturais e naturais do território colocam à disposição dos turistas um leque de opções a ser desfrutado. Nas últimas décadas, o setor de turismo tem ampliado as opções de hospedagem, inclusive do ramo do turismo rural. Algumas famílias de agricultores familiares têm aderido às atividades de acolhimento de turistas como uma alternativa de diversificação de renda. Alguns pecuaristas aproveitaram a estrutura de antigas fazendas de gado e as utilizam como hotéis fazenda. Outros agricultores investem em infraestrutura nova e direcionam suas atividades de forma a priorizar o acolhimento de turistas em unidades agrícolas familiares (CORDEIRO, 2006).

Essas unidades agrícolas familiares que empreendem no setor turístico se diferenciam de outros estabelecimentos, pois a prestação de serviços se associa à produção agropecuária. Além disso, a cultura e a tradição serrana representam um atrativo a ser compartilhado aos turistas. O trecho de entrevista a seguir expressa tal diferencial:

[...] a gente tem turismo rural de raiz, de ter a vivência, de você andar a cavalo, fazer uma trilha, de você fazer um passeio de trator, de você usufruir da infraestrutura de pontes em cima de rios, para você tornar essa experiência ou proporcionar essa experiência para as pessoas que não tiveram isso. Fazer uma sapecada de pinhão, então, uma colheita, experimentar uma fruta no pé, tudo isso é diferente daquele que tem um empreendimento lá que tem uma estrutura linda e bonita, mas é só estrutura. Então, essa vivência do campo, de você se melear mesmo. Dizendo assim, de tudo que o meio envolve, acho que é que dá o diferencial (ENTREVISTA 09, dono de pousada, Urubici/SC, abr/2018).

Portanto percebe-se um claro propósito de propiciar aos turistas uma conexão com a natureza e com práticas tradicionais. Segundo Bathke (2002, p.86), por exemplo, em um estudo de caso feito no município de São Joaquim, os turistas procuram na região o contato com a natureza, tradição e gastronomia local.

[...] paz que o campo oferece; da paisagem que cerca a região campos cercados de taipas, montanhas, florestas com araucária, rios com trutas; é das virtudes simples encontradas na vida campeira: a ordenha do gado, as lidas dos peões, os passeios a cavalo, as histórias ouvidas em volta ao fogo de chão ou na frente da lareira, degustando a farta e típica gastronomia da região.

O turismo rural da Serra Catarinense tem registrado taxas de crescimento exponencial, com forte apelo às especificidades do território, como o clima, a paisagem, a cultura e o meio ambiente, além de ações que valorizam os produtos agrícolas e a culinária típica da região. Alguns pratos se destacam nas refeições servidas nas pousadas e restaurantes, a exemplo daqueles a base de carne frescal, da paçoca de pinhão e do entreveiro<sup>21</sup>, ambos tendo o pinhão como um ingrediente diferenciador. Dessa forma, a demanda do turismo vem proporcionando a valorização da diversidade gastronômica, do artesanato e da cultura da região, por conseguinte, também o saber-fazer que está por detrás de cada produto, com destaque para a figura da mulher, principal responsável pela transformação artesanal desses produtos (TORESAN *et al.*, 2002).

Outro ponto interessante que o turismo rural tem modificado na dinâmica dos agricultores familiares da Serra Catarinense é a diversificação da comercialização dos seus produtos. Parte da sua produção é comercializada diretamente com os turistas, com as pousadas próximas ou com os vizinhos que oferecem algum tipo de serviço para os turistas. Além disso, há algumas famílias que processam os frutos *in natura* em forma de geleias, sucos, polpas, doces e bolos, para fornecer para as pousadas ou através da estruturação de serviços, comercializando em forma de café colonial nas suas propriedades.

Dentro desses novos meios de inserção ao mercado, alguns produtores de maçã têm adotado uma estratégia inovadora de comercialização direta, denominada *colhe e pague*. Nas épocas de produção do fruto, o agricultor familiar separa uma área da sua produção, onde o turista paga um valor fixo e pode ter a experiência de colher sua fruta e comer debaixo da macieira. Por se tratar de uma fruta amplamente consumida no Brasil, mas com uma produção restrita nas regiões mais frias do país, para muitos turistas, trata-se de uma vivência inédita, ambientando em uma paisagem típica e com o aconchego do frio.

Assim, o turismo rural da Serra Catarinense pode ser considerado um ativo territorial específico pela abordagem da CBST, já que os atrativos naturais, históricos, gastronômicos e cultural do território explicam o afluxo de um contingente expressivo de clientes. Um aspecto associado a essa especificidade é o baixo número de hotéis e a existência de diversas pousadas rurais, que lotam em toda temporada de inverno e mantêm uma razoável taxa de ocupação durante o verão.

A importância econômica desse serviço no território da Serra Catarinense tem crescido de forma contínua nos últimos anos. O fato dos seis municípios terem secretarias de turismo e

---

<sup>21</sup> O entreveiro é um prato típico da Serra Catarinense feito à base de pinhão misturado com legumes e diferentes tipos de carnes (bovina, suína e aves), inclusive o frescal.

dois deles conselhos municipais de turismo serve de indicador dessa importância socioeconômica. Além disso, todos os municípios dispõem em seus portais na internet, propagandas de seus atrativos turísticos. Essa relevância fica mais evidente pela presença de organizações associativas em torno desse serviço, sendo as principais: Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia<sup>22</sup>, Associação Bom Jardinense de Turismo Rural (ABTER), Associação Bom Jardinense de Turismo (ABT), Associação do Trade Turístico de Urubici (POUSERA) e um grupo informal de guias turísticos. Tais organizações possuem uma história recente no território, com destaque para o pioneirismo da Acolhida na Colônia. O sucesso dessa associação estimulou indiretamente a criação de várias pousadas rurais, tanto de atores locais, quanto de atores externos ao território.

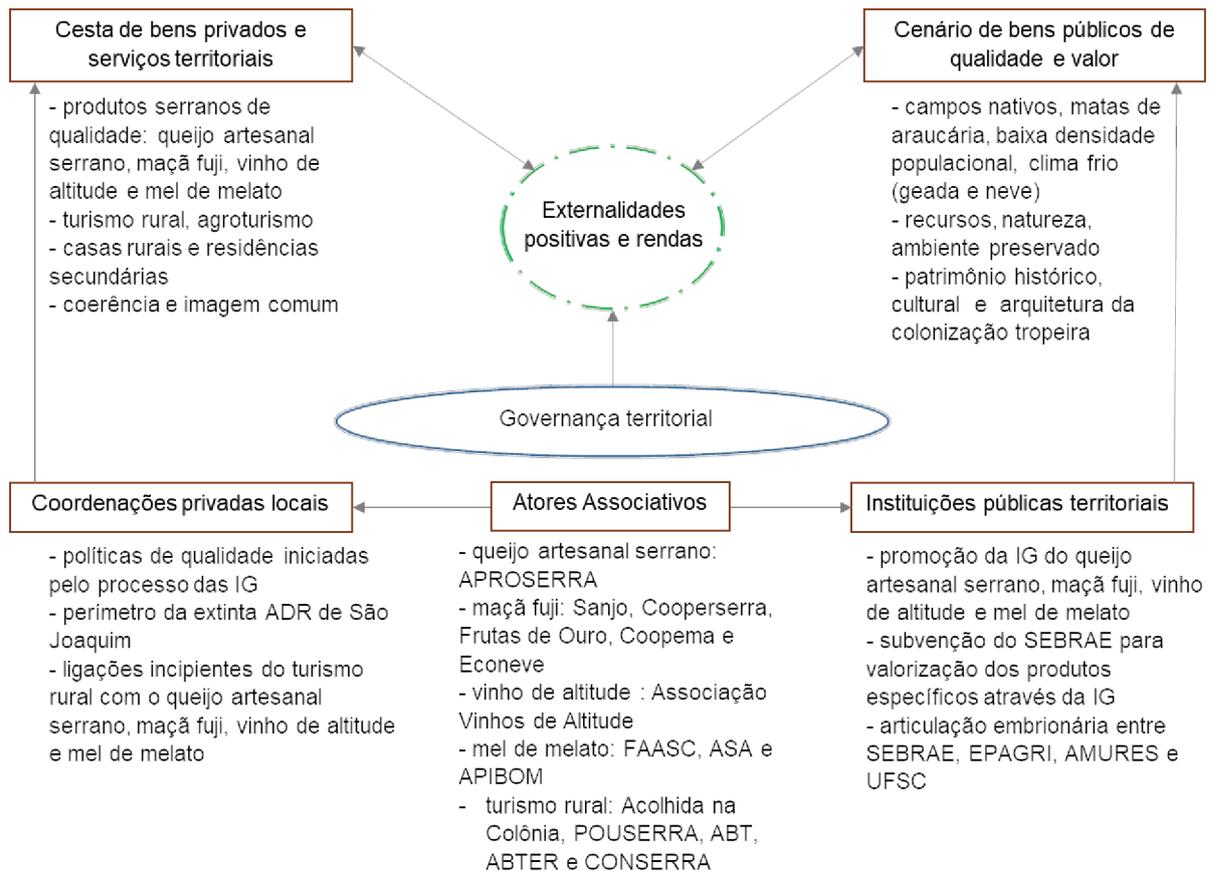
O turismo, portanto, exerce uma ação de elo entre os diferentes serviços e produtos específicos do território, o que reforça o potencial para a formação de uma CBST. Quando o turista chega à Serra Catarinense, ele descobre vários outros produtos do território, já que os serviços relacionados aos diversos tipos de turismo buscam valorizar, ainda que de forma incipiente, os produtos típicos, como o queijo artesanal serrano, a maçã, o vinho de altitude, o mel de melato, os pratos da culinária local e, sobretudo, as belezas cênicas do território.

Por fim, na Serra Catarinense há subsistemas de governança correlacionados aos atores implicados com ações de diferenciação da qualidade de produtos e serviços. No entanto, a presença de distintas categorias de atores atuando de diferentes formas com cada um dos produtos e serviços analisados, com destaque para os atores associativos, não implica na existência de uma organização capaz de coordenar o conjunto dessas iniciativas. Em contrapartida existe a perspectiva que, por meio dos processos de IG em curso, ocorra uma articulação dos atores associados aos distintos produtos e serviços. Atualmente, o subsistema de governança do turismo rural é o único que promove a valorização, ainda que de forma incipiente, dos produtos específicos da Serra Catarinense. A Figura 7, a seguir, sintetiza o sistema de governança territorial em processo de construção e os principais produtos e serviços da CBST da Serra Catarinense.

**Figura 7:** Governança territorial e estrutura da CBST da Serra Catarinense

---

<sup>22</sup> Trata-se de uma associação criada em 1999 no Brasil, composta atualmente por 180 famílias de agricultores orgânicos ou em transição, que promovem o agroturismo (ecológico). Esta iniciativa tem parceria com a organização *Accueil Paysan* da França criada em 1987.



Fonte: Adaptado pelos autores a partir de Mollard (2005) e Campagne; Pecqueur (2014).

#### 4. Considerações finais

Este estudo analisou quatro ativos territoriais específicos e um ativo genérico da Serra Catarinense, sendo eles o queijo artesanal serrano, o vinho de altitude, o mel de melato, turismo rural e a maçã fuji. Todos esses ativos apresentam uma forte ligação com território, seja ela histórica, cultural e natural (simbiose entre bracinga, cochonilha e abelha), que diferenciam a Serra Catarinense de outras regiões do estado de Santa Catarina. Assim, esses ativos territoriais atrelados ao cenário natural representam uma alternativa para que os atores sociais adotem uma estratégia de desenvolvimento territorial, tendo por base o enfoque da CBST.

A valorização de atributos territoriais por meio da especificação de seus produtos e serviços vai além da geração de renda, ainda que esta seja fundamental para os atores sociais envolvidos. Essa valorização pode permitir a ressignificação de alguns produtos e atores que, até então, permaneciam à margem das dinâmicas territoriais hegemônicas. Na Serra Catarinense, o queijo artesanal serrano, até pouco tempo atrás, não representava para os agricultores familiares uma fonte significativa de renda. Atualmente, esse produto possui um papel central na economia de uma parcela importante de unidades produtivas geridas por

agricultores familiares. Alguns desses agricultores se dizem queijeiros e não mais pecuaristas, e estabelecimentos gastronômicos fazem questão de especificar o uso desse tipo de queijo em seus pratos. Ou seja, a valorização de produtos específicos fortalece também a cultura alimentar do território e parte do tecido sociocultural implicado com esses recursos territoriais.

Os quatro diferentes projetos de IG analisados neste artigo representam uma forma de aumentar a densidade institucional em torno de produtos com qualidade territorial. As especificações desses produtos por meio desses processos de IG podem incitar o efeito “cesta”. Ou seja, a atração inicial por um produto ou serviço possibilita a descoberta de outros recursos territoriais específicos. Ademais, o cenário possibilita o aumento desse efeito que culmina numa renda de qualidade territorial. Assim, a Serra Catarinense apresenta as condições propícias para a promoção de iniciativas que conduzam à constituição, e principalmente o reconhecimento por parte dos consumidores, de uma CBST. Um programa de formação dos distintos atores implicados com as diferentes iniciativas em curso figura como uma ação chave para que os ingredientes da “cesta” não se mantenham dispersos ou desagregados.

Diante do exposto, percebemos que o território da Serra Catarinense possui quase todos os elementos (cenário, governança territorial e produtos e serviços específicos) para deflagrar um processo de desenvolvimento territorial a partir da valorização dos recursos territoriais específicos. Entretanto, persiste uma acentuada desarticulação dos atores territoriais implicados com cada uma das iniciativas para que esses ativos territoriais específicos sejam correlacionados ou interligados, valorizando-os de forma mútua. Até o momento, os atores responsáveis pelos ativos territoriais se apresentam isolados no território, buscando a valorização exclusiva do seu produto. De forma incipiente, o turismo rural tem promovido a ligação entre os ativos territoriais, se apresentando como uma atividade com potencial de valorização e elo entre os diferentes recursos e ativos territoriais. Além disso, podemos dizer que a beleza cênica associada à paisagem natural, clima e elementos culturais serranos são os grandes atrativos da Serra Catarinense, que conformam a base dos recursos territoriais, a partir dos quais é possível ativar outros recursos locais existentes.

## 5. Referências

- AZEVEDO, M. S. **Mel de melato de bracatinga (*Mimosa scabrella Benth*) do planalto serrano de Santa Catarina: discriminação e potencialidade funcional.** 2017. Tese, Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
- BATHKE, M. E. M. **O turismo sustentável rural como alternativa complementar de renda à propriedade agrícola: estudo de caso-Fazenda Água Santa-São Joaquim-SC.** 2002. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82503/196376.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 08 de setembro de 2018.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. Les ressources de territoires et les territoires de ressources. **Finisterra**, v. 36, n. 71, 2001.
- BÉRARD, L. et al. Le panier de biens: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de la Bresse. **Grenoble Applied Economics Laboratory (GAEL)**, Grenoble, 2005.
- BITTENCOURT, C. C.; MATTEI, L. F.; DE SANT'ANNA, P. R.; LONGO C.O.; BARONE, F. M et al. A cadeia produtiva da maçã em Santa Catarina: competitividade segundo produção e packing house. **Revista de Administração pública**, v. 45, n. 4, p. 1199-1222, 2011.
- BONILHA, E. B. P. **Caracterização de cadeia produtiva do mel catarinense: os casos das associações de apicultores de Bom Retiro e da Encosta da Serra.** 2012. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
- BRIGHENTI, A.F.; BRIGHENTI, E.; BONIN, V.; RUFATO, L. Caracterização fenológica e exigência térmica de diferentes variedades de uvas viníferas em São Joaquim, Santa Catarina – Brasil. **Ciência Rural**, v.43, p.1162-1167, 2013.
- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation.** Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- CARRIÈRE, J.-P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Revista Eisforia**, v. 4, n. 4, p. 23-47, 2006.
- CAZELLA, A. A. **Développement local et agriculture familiale: les enjeux territoriaux dans le département de l'Aude.** Thivernal-Grignon: UMR INRA-INA-PG / Mémoire set Thèses, 2002, v.1. p. 395.
- CAZELLA, A. A.; GONCALVES, D. A.; CERDAN, C. Trajetória do desenvolvimento: revisitando o passado para repensar o futuro. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. **Anais.** Rio Branco: SBEASR, 2008. p. 1 - 21.
- CERDAN, C.; ANDRADE, N.; SILVA, A. L. da; VIEIRA, H.; SILVA, E.; GUERROUÉ, Jean Louis Le. La recherche agricole, vecteur de dynamiques collectives des territoires ruraux: l'Indication géographique " Vales da Uva Goethe" au Brésil. **Cahiers Agricultures**, v. 27, n. 2, 2018.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, p. 51-74, 2005. Disponível em: <<https://ei.revues.org/900>>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.
- CORDEIRO, W. C. **A vitivinicultura em São Joaquim -SC: Uma nova atividade no município.** 2006. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89399/235989.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.

- CÓRDOVA, U. D. A; SCHLICKMANN, A. D. F. D. M. B. F.; PINTO, C. E. A contribuição do queijo artesanal serrano para o desenvolvimento regional e preservação dos campos de altitude do sul do Brasil. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, n. 3, p. 103-114, 2014. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12037> >. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- EPAGRI. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Fruticultura Catarinense em Números- 2106-2017**. Florianópolis, 2018. Disponível em: < [http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/Fruticultura/safra\\_16\\_17/Folder\\_LF\\_16\\_17\(UGT\\_3\).pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/Fruticultura/safra_16_17/Folder_LF_16_17(UGT_3).pdf) >. Acesso em: 01 de maio de 2019.
- FAASC, Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina. **Inventário da apicultura catarinense**, 2016. Disponível em: < <http://www.faasc.com.br/noticiasid/60>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.
- HIRCZAK, M. et al. From the Basket of Goods to a More General Model of Territorialized Complex Goods: Concepts, Analysis Grid and Questions. **Canadian Journal of Regional Science**, v. 31, n. 2, 2008.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Número de estabelecimentos agropecuários e Número de pés existentes, por espécies da silvicultura - resultados preliminares 2017. **Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA**. 2017. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6623>>. Acesso em: 15 de maio de 2019.
- LACOMBE, P. Préface. In: CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à La mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014, p.9-12.
- LOSSO, F. B.; PEREIRA, R. M. F. A. O desenvolvimento da vitivinicultura e as possibilidades de implantação de roteiros enoturísticos na Região de São Joaquim (SC, Brasil). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 2, p. 181-200, 2012.
- MOLLARD, A. Qualité et développement territorial: une grille d'analyse théorique à partir de la rente. **EconomieRurale**, v. 263, n° 261, p.16-34, 2001.
- \_\_\_\_\_. Le “panier de biens” des Baronnie. Comment valoriser les qualités spécifiques d'un territoire. **Revue Paysans**, n° 293, p. 01-06, 2005.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services Histoire succincte d'une recherche. **Economie rurale**, v. 300, p. 110-114, 2007. Disponível em: < <https://economierurale.revues.org/2270> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- OGANAUSKAS F., V. **Descentralização administrativa do estado de Santa Catarina: caracterização e resultados (2003-2015)**. 2016.Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: < [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217) >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: < <https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- PERRON, L.; JANIN, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique**. Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, p.101,2014.
- PIEPER, J. A.; CRUZ, F.T. da. Mudanças nos modos de produção de queijo serrano: uma análise a partir da perspectiva da divisão do trabalho e do lugar de produção (Changes in the

- modes of serrano cheese production: an analysis from the division of labor and from the place of production). **Revista GeoNordeste**, n. 2, p. 25-39, 2014.
- REQUIER-DESJARDINS, D. SISTEMAS AGROALIMENTARES LOCALIZADOS E QUALIFICAÇÃO: UMA RELAÇÃO COMPLEXA. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 10, n. 2, p. 95-119, 2013. ISSN 18071384. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/download/1807-1384.2013v10n2p95/25917>> Acesso em: 11 de setembro de 2018.
- SAKR, M. R.; DALLABRIDA, V. R. Produtos de Santa Catarina com identidade territorial. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 3, p. 102-113, 2015.
- SALOMÉ, J. A. **Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.
- SANTOS, J. S. **Dilemas e desafios na valorização de produtos alimentares tradicionais no Brasil**: um estudo a partir do Queijo do Serro, em Minas Gerais, e do Queijo Serrano, no Rio Grande do Sul. Pelotas: Ed. UFPEL, 2017. p. 322.
- SANTOS, J. S.; Cardoso, J. H., da Cruz, F. T., dos Anjos, F. S. Dilemas e desafios para circulação de queijos artesanais no Brasil. **Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia**, v. 4, n. 4, p. 13-22, 2016.
- SILVA, R.; SOMMER, R. O PRODETUR-SUL e os municípios turísticos do planalto serrano catarinense. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: 1-22 p. 2005.
- TORESAN, L.; MATTEI, L.; GUZZATTI, T. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina: impactos e potencialidades para a agricultura familiar**. Instituto Cepa/SC, 2002.
- VELHO, A. C.; AMARANTE, C. V. T.; ARGENTA, L. C.; STEFFENS, C. A. Influência da temperatura de armazenamento na qualidade pós-colheita de goiabas serranas. **Revista Brasileira de Fruticultura**, v. 33, n. 1, p. 14-20, 2011.
- YAMAGUCHI, C. K.; CÓRDOVA, U. D. A.; SCHLICKMANN, A. D. F. D. M. B. F.; SANTOS, A. P. S. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K et al. (Org.) **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages: Ed. Uniplac, 2016 p. 109-120.

### 3. CAPÍTULO 2: GOVERNANÇA TERRITORIAL E A CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS NA SERRA CATARINENSE

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo analisar o sistema de governança entre os atores públicos, privados e associativos implicados com processos de valorização de recursos e ativos territoriais da Serra Catarinense. Para tanto, parte-se da análise das relações sociais estabelecidas entre atores territoriais vinculados a quatro produtos – queijo artesanal serrano, maçã, vinho de altitude e mel de melato - e aos serviços ligados ao turismo rural. Esses distintos produtos e serviços representam os principais ativos territoriais catalisadores de estratégias de desenvolvimento territorial segundo a abordagem da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST). Essa abordagem preconiza a articulação entre bens e serviços específicos na construção de uma nova dinâmica de desenvolvimento territorial. A pesquisa se pautou em uma inserção em campo na Serra Catarinense, realizada entre os meses de abril e maio de 2018, a qual possibilitou a realização de 49 entrevistas semiestruturadas com atores públicos, privados e associativos que atuam junto aos produtos e serviços analisados. De um lado, os dados revelam a existência de um conjunto de ações de valorização de produtos e serviços de qualidade territorial. De outro lado, evidenciam que o sistema de governança territorial é incipiente e representa o principal gargalo para a conformação de uma CBST. No entanto, as análises levam à compreensão de que a formação embrionária de uma governança em torno do turismo pode representar o caminho para a construção de um sistema de governança territorial que agregue a maior parte das iniciativas de valorização de recursos territoriais específicos.

**Palavras-chave:** Coordenação dos atores territoriais; Valorização de recursos e ativos territoriais; Desenvolvimento territorial.

**Abstract:** This article aims to analyze the system of governance among the public, private and associative actors involved with processes of valorization of resources and territorial assets of the Serra Catarinense. To do so, it is based on the analysis of the social relations established between territorial actors linked to four products - artisanal cheese, apple, wine of altitude and honey of melato - and the services related to rural tourism. These different products and services represent the main territorial assets catalyzing territorial development strategies according to the Basket of Territorial Goods and Services (CBST) approach. This approach advocates the articulation between specific goods and services in the construction of a new dynamic of territorial development. The research was based on an insertion in the countryside in the Serra Catarinense, between April and May 2018, which allowed the realization of 49 semi-structured interviews with public, private and associative actors that work with the products and services analyzed. On the one hand, the data reveal the existence of a set of actions of valorization of products and services of territorial quality. On the other hand, they show that the territorial governance system is incipient and represents the main bottleneck for the formation of a CBST. However, the analyzes lead to the understanding that the embryonic formation of a governance around tourism can represent the way for the construction of a system of territorial governance that adds most of the initiatives of valorization of specific territorial resources.

**Keywords:** Coordination of territorial actors; Valorization of resources and territorial assets; Territorial development.

#### 1. Introdução

O enfoque teórico-metodológico da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) preconiza a valorização conjunta de produtos e serviços territoriais específicos. Nesse modelo, a governança territorial assume um espaço fundamental para que ações de desenvolvimento do território sejam colocadas em prática de forma minimamente coordenada. Desse modo, os diferentes atores territoriais – públicos, privados e associativos: os primeiros fazem parte da gestão pública, os segundos são os empreendedores/agricultores familiares, e por últimos, os terceiros são os atores privados que fazem parte de um grupo organizado, como associações ou cooperativas – são desafiados a se organizar para superar conflitos de interesse e buscar soluções para problemas compartilhados (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014). Assim, para que uma dinâmica de desenvolvimento territorial seja deflagrada é preciso reconhecer a importância dos efeitos de proximidade e de endogeneidade das lógicas de reciprocidade na valorização dos recursos territoriais, bem como dos regimes territoriais de governança (BÉRARD *et al.*, 2005).

No Brasil, o tema da governança em ações de desenvolvimento territorial figura de forma incipiente nas análises acadêmicas, quase sempre, se limitando a enunciar como é importante, mas sem nenhum referencial empírico que possibilite compreender a complexidade do tema. Pautado por essa problemática, este artigo tem como objetivo analisar os atores públicos, privados e associativos do território da Serra Catarinense implicados com iniciativas cooperadas de valorização de produtos e serviços de qualidade, bem como seus sub-sistemas de governança, à luz do enfoque teórico-metodológico da CBST. O território em questão possui uma natureza exuberante, protegida pelas matas de araucárias e savanas, uma cultura e história arraigada na colonização dos tropeiros<sup>23</sup>, além de possuir produtos e serviços altamente específicos, como o queijo artesanal serrano, a maçã fuji, o vinho de altitude, mel de melato e o turismo rural.

Dessa forma fez-se um recorte analítico a partir dos produtos contemplados por um dos projetos de estruturação de Indicações Geográficas (IG) – o queijo serrano, maçã, os vinhos finos de altitude e o mel de melato de bracinga – além do turismo rural, serviço em franca expansão na zona de estudo. As IG são tidas como uma ferramenta que contribui para o desenvolvimento de um território, pois integra elementos da identidade territorial ao mercado, que antes não eram valorizados, proporcionando impactos diretos e indiretos na economia local, como, por exemplo, na promoção do turismo rural e de outros setores socioeconômicos do território (MAIORKI; DALLABRIDA, 2015).

---

<sup>23</sup> Durante os séculos XVII e XVIII os tropeiros desempenhavam um papel muito importante na economia do Brasil colonial, pois eles eram responsáveis pelo comércio de animais e alimentos entre a região sul e sudeste do país.

O estudo ocorreu por meio de uma pesquisa documental, bibliográfica e da realização de 49 entrevistas semiestruturadas com atores públicos, privados e associativos, entre abril e maio de 2018, implicados com ações coletivas de valorização de produtos e serviços territoriais. Dentre esse total de entrevistados, quatorze fazem parte da categoria de atores públicos, com destaque para profissionais da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), secretarias municipais de turismo e agricultura, da Associação de Municípios da Região Serrana (AMURES), do Instituto Federal de Santa Catarina de Urupema (IFSC) e da extinta Agência de Desenvolvimento Regional de São Joaquim (ADR). Outros 35 pertencem à categoria de atores privados, a exemplo de produtores de queijo serrano, maçã, vinho de altitude, mel de melato, donos de pousadas e donos de vinícolas. Dentre esses últimos atores, 28 são representantes associativos e participaram da pesquisa em função dessa dupla representatividade –microempresário e representante associativo. Nessa condição encontram-se alguns representantes associativos em todo universo dos atores privados citados acima.

Além desta introdução, este artigo está organizado em três outras seções. A primeira apresenta de forma sintética o conceito de governança territorial e discute seu papel no desenvolvimento de processos de valorização de produtos e serviços de qualidade específica. A segunda discute a aplicação empírica desse conceito, sua correlação com o enfoque da CBST, a partir da realidade empírica da região serrana de Santa Catarina. Por fim, nas considerações finais são apresentados os principais desafios para a construção de um sistema de governança territorial de operações que adotem o enfoque da CBST como modelo de análise e de desenvolvimento territorial, sobretudo no território estudado.

## **2. Governança territorial: pilar para a construção de uma Cesta Bens e Serviços Territoriais**

O conceito de governança teve sua origem nas análises de Ronald Coase, na década de 1930. Em 1979, Olivier Williamson retoma tais análises em seu estudo sobre as empresas, buscando desvendar a eficiência nas redes de relações contratuais. Esses autores procuraram compreender os dispositivos operacionalizados pelas empresas para se conseguir uma coordenação eficaz. A partir da década de 1980, o termo governança é revisto, sobretudo nas análises do Banco Mundial (BM). Na perspectiva do BM, a governança passou a estar atrelada diretamente à capacidade financeira e administrativa do Estado em favorecer o desenvolvimento equitativo do livre comércio por meio de políticas econômicas sólidas (FUINI, 2012).

Essa noção de governança exposta pelo BM foi criticada por Calme (2003), que alegava que a formulação do BM era muito simplista, pois preconizava uma visão administrativa da sociedade por meio da governança, podendo ser replicada em distintos cenários, ancorada em um modelo predominantemente economicista. O aprofundamento de análises críticas levou a várias ressignificações da noção de “governança”, englobando conceitos com sentidos e ambições explicativas diferentes. Os trabalhos sobre governança, em maioria, referem-se à teoria das instituições e aos meios de coordenação, principalmente no âmbito das organizações que não fazem parte do mercado (FUINI, 2010).

Em debates atuais, a governança representa, portanto, uma forma inovadora de governar e de formular políticas públicas, tendo como base a interpretação em rede de instituições e atores públicos, associativos, mercantis e comunitários, enquanto um modelo de regulação coletiva sem ser sustentada pela dominação ou pela violência legítima do Estado. Essa noção está diretamente correlacionada à negociação e cooperação, tendo como pilares preferenciais a priorização dos interesses coletivos e a prática da democracia (CANÇADO *et al.*, 2013; GOMES, 2013).

Desse modo, os processos de governança podem ser estabelecidos por um conjunto de relações que se constituem entre distintos grupos sociais nos processos de arranjo do poder político para obter acesso ou controle de um bem público. Por isso, a governança se torna uma eterna administração das relações entre pessoas, políticas e lugares (GOMES *et al.*, 2014). Em uma estrutura geral, fazem parte da governança redes que envolvem conjuntos complexos de organizações, instituições e atores dos setores público, privado e associativo (DALLABRIDA, 2015). Por se tratar de um assunto complexo e de grande amplitude, nessa seara persiste uma confusão entre governança e gestão. A governança tem o papel de delimitar uma gestão (e não geri-la) através das normas e regras estabelecidas de forma coletiva e democrática para o funcionamento e desenvolvimento de processos específicos. Já a gestão tem a função de colocar em prática os atos gerenciais, cabendo aos atores usar seus conhecimentos para executar e planejar ações que vão ao encontro dos objetivos traçados (ROTH *et al.*, 2011). Como se percebe, a fronteira entre essas duas noções é muito tênue, mas o principal elemento diferenciador da governança reside na participação e papel ativo desempenhado pelos atores associativos ligados à sociedade civil, que atuam em parceria com atores públicos na promoção de ações coletivas.

Entendendo que à governança territorial está relacionada a construção dos territórios, propomos debate-la no âmbito do enfoque da CBST a partir do conceito, também polissêmico, de território. Esse conceito está associado à perspectiva de construção social por parte de atores,

mobilizados para resolver problemas comuns ou compartilhados. Essa perspectiva, por sua vez, é acompanhada da valorização da socioeconomia local a partir recursos territoriais existentes que podem ser valorizados e, por conseguinte, construir um território (PECQUEUR, 2001).

Para ocorrer a construção do território é necessária uma governança territorial que articule os atores públicos, privados e associativos em redes de poder sócio territorial, tendo em vista o planejamento, a tomada de decisão e a gestão compartilhada. Essa organização de diversos atores estrutura-se por alianças que buscam um objetivo comum. Dessa forma, se integram interesses de diversos grupos heterogêneos existentes no território (DALLABRIDA, 2015). Mas nem sempre é fácil classificar os atores implicados com o desenvolvimento territorial nas categorias de atores públicos, privados e associativos. Por vezes, as fronteiras entre essas três categorias se entrecruzam, dada a dinâmica dos próprios atores que são ora gestores, ora empresários ou produtores, ora coordenadores e representantes de associações e cooperativas.

O território resulta de uma construção desses diferentes tipos de atores, de modo que as suas ações de coordenação não devem ser reduzidas a uma política pública, no sentido clássico do termo, mas a uma ação pública (LELOUP *et al.*, 2005). O território é a estrutura de um novo estilo de desenvolvimento, socialmente construído e iniciado pela combinação de diferentes tipos de atores locais que se articulam na busca da valorização de recursos territoriais (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Dentro do enfoque teórico-metodológico da “cesta”, a noção de governança usada está atrelada a uma perspectiva essencialmente econômica. Ou seja, o processo de coordenação criado entre os atores territoriais tem como intuito organizar suas atividades econômicas. Entretanto, essa perspectiva não se restringe em buscar a otimização no processo de produção, mas abarca em sua proposta a diferenciação de um território de outro, por meio de seus produtos e serviços e, principalmente, pela sua configuração organizacional (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Uma vez instaurada a governança territorial, sua dinâmica interfere na competitividade das regiões ao definir novas formas de distribuição de poder, de relacionamento comercial, institucional e industrial. Assim, esse tipo de governança pode convergir em torno de vários atores articulados por uma instância coletiva, proporcionando-lhes a função de definir as principais estratégias competitivas de um arranjo produtivo local (FUINI, 2010). Esse modelo de gestão e tomada de decisão sobre assuntos públicos pressupõe uma visão coletiva sobre o futuro do território da parte dos atores envolvidos em diferentes níveis (DASÍ, 2009).

À frente da governança faz-se necessário que um ou mais atores assumam a função de coordenar de forma transversal – mediação de conflitos, promoção da gestão compartilhada, reunião dos diferentes atores – que favoreça abordagens colaborativas de construção coletiva de recursos territoriais específicos, assim como a mobilização e a coordenação das diferentes categorias de atores envolvidos no processo (PERRON; JANIN, 2014). A governança territorial, portanto, representa um novo formato operacional de diferentes atores envolvidos em um projeto comum. A tomada de decisão passa um processo democrático e planejado, ou seja, um formato horizontal sem a existência da imposição de um modelo *top-down* ou verticalizado (DASÍ, 2009).

Desse modo, a construção de um sistema de governança territorial representa um elemento chave dentro de um processo de desenvolvimento territorial sustentável que recorre à construção de uma “cesta de bens”. O processo de coordenação permite que os atores locais identifiquem e se apropriem de recursos territoriais específicos e construam uma territorialidade em torno deles. Esse processo não se limita a um espaço administrativo e depende do envolvimento de múltiplos atores, tanto públicos quanto privados e associativos, combinado a sua proximidade geográfica e representatividade dentro do seu segmento produtivo ou área de atuação (LELOUP *et al.*, 2005).

O desenvolvimento territorial não segue um roteiro único nem uma ordem temporal, pois cada território configura um processo diferente. Alguns territórios partem da valorização de um ou mais recursos específicos por iniciativa de atores privados, outros de um programa iniciado por atores públicos e outros pelo surgimento de associações que promovem a construção de uma agenda de governança territorial (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014). Por isso, a governança dos distintos atores territoriais assume um caráter único no processo de desenvolvimento de cada território em particular.

Para que os atores territoriais consigam trilhar um modelo de desenvolvimento territorial, pautado na especificidade e qualidade do território, é preciso que se forme um sistema de governança territorial estável, para que consiga valorizar de forma coordenada e cooperada diferentes recursos territoriais específicos por um período duradouro. No entanto, a ausência de uma estrutura e/ou mecanismo de governança pode ocasionar na não perpetuação dos recursos territoriais específicos, tais como o esvaziamento cultural em torno desses recursos, a perda da identidade do território, assim como o esquecimento da sua história, o que fortalece ainda mais a marginalização desses territórios frente ao processo de homogeneização do desenvolvimento global (GOMES *et al.*, 2014). Por esta ótica, a governança é um fator chave

na implantação de um modelo de desenvolvimento territorial a partir da valorização dos recursos territoriais específicos e a construção de uma CBST (HIRZCAK *et al.*, 2008).

Na sequência, analisamos a situação do sistema de governança territorial da Serra Catarinense em processo de construção por atores implicados com as quatro iniciativas de IG e do turismo rural. Note-se que entre um modelo ideal e a realidade encontrada nas experiências de desenvolvimento existe uma lacuna significativa. O importante, no entanto, é compreender as principais dificuldades enfrentadas e interesses em jogo pelos e da parte dos distintos atores territoriais, de forma a não reproduzir receitas fáceis sobre como deveria ser o sistema de governança territorial, mas contribuir para a não idealização dessa formulação que, por vezes, representa a principal explicação para o insucesso de muitas experiências coletivas.

### **3. Sistema de governança territorial na Serra Catarinense**

Neste tópico a análise do sistema de governança da Serra Catarinense será dividida em duas partes, sendo a primeira responsável por discutir sobre a organização dos atores públicos e a segunda dos atores privados e associativos em relação aos recursos específicos da Serra Catarinense.

#### **3.1 Serra Catarinense: o papel central dos atores públicos no sistema de “governança territorial” em construção**

O território deste estudo corresponde à delimitação administrativa da extinta Agência de Desenvolvimento Regional (ADR) de São Joaquim. Essa ADR incluía, além desse município, Urupema, Bom Retiro, Rio Rufino, Urubici e Bom Jardim da Serra. Trata-se de uma política pública de descentralização do estado de Santa Catarina (OGANAUSKAS FILHO, 2016), que foi fragilizada drasticamente no ano de 2018, quando o governo desativou cerca de doze ADR no estado inteiro. No território da Serra Catarinense, a ADR de São Joaquim foi englobada pela ADR de Lages, que ficou responsável por 18 municípios. Assim, o território aqui analisado perdeu espaço político no cenário estadual e voltou a ser, como historicamente foi, dependente do município de Lages.

Meses mais tarde, no início de 2019, todas as ADR do estado foram extintas pelo novo governo eleito, com a justificativa de corte de gastos. Essa medida tomada pelo estado de Santa Catarina vai de encontro à abordagem da “cesta”, a qual compreende que os atores públicos devem disponibilizar, através dos seus serviços descentralizados ou desconcentrados, acesso a tudo que diz respeito a bens e serviços públicos (infraestrutura, equipamentos e serviços). Nesse sentido, conforme Campaigne e Pecqueur (2014), no nível territorial os serviços públicos

transmitem o poder central de acordo com os interesses que o Estado defende, assegurando, por meio dos processos de desenvolvimento econômico do território, a promoção e a implementação de bens públicos para esse processo.

A ADR de São Joaquim sempre foi uma fomentadora de parcerias públicas e privadas para trazer infraestrutura para a região, como no caso do projeto Ação Conjunta de Revitalização e Desenvolvimento (ACORDE)<sup>24</sup>. Esta iniciativa tinha como objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável do território, elaborando estudos e projetos para direcionar políticas públicas e ações em infraestrutura turística, articulando e dando subsídios para o primeiro, segundo e o terceiro setor.

Embora tenha havido a extinção da política de descentralização do estado, as seis prefeituras municipais do território participam da Associação dos Municípios da Região Serrana (AMURES), que congrega dezoito municípios, mantendo uma força política em Santa Catarina. Ao todo, a AMURES têm uma área de 16.085,355 Km<sup>2</sup> e uma população de 286.291 habitantes. A sua sede encontra-se no município de Lages, onde localiza-se a maior parte da população (157.743 habitantes). Trata-se de uma associação de municípios com grandes distâncias entre eles, o que justifica, em parte, a criação de duas ADR no quadro da política de descentralização do governo estadual implantada a partir de 2003. Por meio dessa associação, os municípios participam do Conselho de Turismo da Serra Catarinense (CONSERRA) e do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico, Meio Ambiente, Atenção à Sanidade dos Produtos de Origem Agropecuária e Segurança Alimentar da Serra Catarinense (CISAMA). Essas duas organizações intermunicipais têm como objetivo valorizar, respectivamente, o turismo e os produtos artesanais da agricultura familiar.

Como a AMURES é um órgão representativo e não tem capacidade de captar recursos financeiros, o CONSERRA foi criado para atuar como uma instância de governança do turismo junto com a AMURES. Atualmente, o CONSERRA trabalha de forma conjunta com os gestores dos municípios, tanto prefeitos quanto secretários de turismo e alguns empresários da região, na estruturação e suporte dos Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), com foco no resgate e valorização turística de produtos e serviços típicos de cada município.

---

<sup>24</sup> A partir desse projeto, a ADR de São Joaquim pode revitalizar o centro desse mesmo município com a construção de um boulevard, transformando num espaço mais receptivo para os turistas. Além disso, houve a renovação de alguns trechos rodoviários dentro do território, melhorando o acesso às rotas turísticas. Com o subsídio desse projeto, foi construído o aeroporto do município de São Joaquim, no qual faltam detalhes para o início de suas operações. Já na educação, o projeto possibilitou a reforma de todas as escolas dos seis municípios, assim como a criação do curso médio profissionalizante de vitivinicultura em São Joaquim.

O CONSERRA busca, juntamente com os atores públicos, privados e associativos de cada município, construir um projeto de turismo que realce as particularidades da cultura local e regional, de modo que os municípios serranos possam alcançar uma boa categoria junto ao Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos do Ministério do Turismo. Esse cadastro é importante no processo de obtenção de financiamentos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, a partir da elaboração de um projeto de desenvolvimento regional. Além disso, o CONSERRA está promovendo ações no sentido de construir uma identidade da Serra Catarinense, por meio de reuniões mensais e, principalmente, do seminário de identidade cultural, o qual resgata valores e tradições serranas, que tem o propósito de capacitar os participantes acerca dessa identidade territorial. A intenção é que os atores que participam desses eventos possam difundir a identidade da Serra Catarinense nos seus municípios de origem.

Portanto, o CONSERRA aparece como um importante espaço de governança em torno do turismo, posto que abarca os atores públicos, atores privados e associativos envolvidos com o tema, constituindo-se como um ambiente de articulação e coordenação ativa do território. Este Conselho desenvolve ações que incluem todos os municípios, como, por exemplo, o Festival de Inverno, que contempla em seu cronograma eventos em todas as cidades da Serra Catarinense durante a época mais fria do ano, ou seja, período em que a região recebe a maior quantidade de turistas. Isso faz com que, para além das belezas naturais da serra os recursos e ativos territoriais também sejam valorizados, uma vez que os turistas têm a possibilidade de conhecer os produtos e serviços específicos, promovendo sua valorização e do território como um todo.

Entretanto, para que os produtos artesanais serranos possam ser devidamente comercializados, eles precisam estar em conformidade com a legislação vigente. Para tanto, o CISAMA promove ações diretamente com os agricultores familiares sobre o tema da regulamentação sanitária das agroindústrias familiares, que integram ou se encontram em processo de adesão ao Sistema de Inspeção Municipal (SIM)<sup>25</sup> de produtos derivados de carne e do leite, em especial do queijo artesanal serrano. Este último encontra-se em fase final do

---

<sup>25</sup> O SIM é responsável pela inspeção e fiscalização de produtos de origem animal que estão dentro da área geográfica do município. A secretaria responsável por esse sistema é da agricultura, a qual deve possuir um técnico habilitado a realizar as atribuições do SIM. Para tanto, o técnico tem a obrigação de inspecionar e fiscalizar as agroindústrias, realizar o registro, coletar amostras nas agroindústrias para análise laboratorial, notificar as irregularidades dentro do estabelecimento, combater produtos clandestinos e informar/orientar aos agricultores. Uma vez que o produto está certificado, ele ganha o selo do SIM para ser comercializado dentro do município.

processo de obtenção da IG e o CISAMA tem um papel importante na certificação da qualidade sanitária do produto.

Além disso, o CISAMA produziu duas marcas regionais chamadas Sabor Serrano e também a Saber Serrano, a quais buscam atrelar a imagem do território ao produto de origem serrana. A intenção é que essas marcas sejam colocadas nos rótulos dos produtos artesanais considerados de qualidade na região. Deste modo, o consumidor identifica prontamente aquele produto como sendo serrano, o que contribui para a visibilidade cada vez maior do saber fazer tradicional, da cultura local e da história que integram cada produto. No Box 1, abaixo, são apresentadas mais informações sobre as marcas Saber Serrano e Sabor Serrano.

### BOX 1

#### Marca territorial Sabor Serrano e Saber Serrano

O CISAMA tem como linhas de trabalho cinco eixos direcionadores, sendo eles: sanidade de produtos agropecuários, saneamento básico, direitos humanos e assistência social, educação municipal e saúde fiscal. Neste box serão enfatizadas as ações feitas no âmbito da sanidade de produtos agropecuários e, mais especificamente, aquelas relacionadas ao programa Desenvolvimento da Agricultura Familiar pela Agregação de Valor – “**Desenvolver Serra Catarinense**”. Esse programa tem como objetivo principal promover o desenvolvimento dos 18 municípios que fazem parte do consórcio, através da valorização dos produtos da agricultura familiar, dando suporte para implantação, adequação e/ou consolidação das agroindústrias familiares, que elaboram tanto produtos de origem animal quanto vegetal.

O CISAMA acompanha mais de 100 agroindústrias espalhadas no território, a fim de supervisionar o sistema de produção e adequá-las aos critérios exigidos pelo SIM e, concomitantemente, no Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI). Com o intuito do desenvolvimento desse trabalho, o CISAMA assume a responsabilidade de formar os profissionais técnicos dos municípios, a maioria médicos veterinários, além de fazer o acompanhamento burocrático dos documentos necessários para adesão ao SIM e ao SISBI.

Todas as famílias assistidas por esse programa, que lograram êxito na formalização junto ao SIM ou ao SISBI, recebem o rótulo do seu produto do CISAMA, com a marca Saber Serrano ou Sabor Serrano. A marca Saber Serrano é destinada a produtos do artesanato, como por exemplo artigos do vestuário, produtos confeccionados de couro e imitações de couro, cordas e fios, produtos feitos de madeira e vime, rendas e bordados. Já a marca Sabor Serrano é usada para produtos de origem animal ou vegetal, como por exemplo a banha de porco para uso alimentar, carnes, cebolas em conserva, cogumelos, fruta, legumes, verduras, geleias, iogurte, laticínios diversos, óleos comestíveis, purê de maçã, queijos e salsicha.

Tanto a marca Saber Serrano quanto a Sabor Serrano foram depositadas no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), entretanto somente a primeira obteve o deferimento, enquanto a segunda ainda está sob análise. Vale ressaltar que esse é um processo longo, do depósito ao deferimento da marca Saber Serrano, levou-se cerca de quatro anos. Já a marca Sabor Serrano está tramitando no INPI desde o ano de 2012. Enquanto isso, a marca não deferida é usada por todas as agroindústrias assistidas pelo programa, sendo que, atualmente, existem mais de 250 produtos registrados com essa marca, sendo que três já possuem a certificação do SISBI, como indica a Figura 1 abaixo:

**Figura 01** – Rótulo de um queijo artesanal serrano com a marca Sabor Serrano



Fonte: CISAMA (2016)

Por meio desse programa, o CISAMA busca também fomentar a participação das agroindústrias familiares nos programas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), fazendo com que os agricultores familiares possam diversificar seu acesso aos mercados, além de assegurarem uma garantia de renda durante o ano.

Ademais, o CISAMA também estabelece outras ações junto aos municípios associados com foco na preservação ambiental, saneamento básico para áreas urbanas e rurais, defesa de direitos humanos e assistência social para a toda a população, em especial aqueles que se encontram em estado de vulnerabilidade social, ou seja, pessoas que estejam na pobreza ou em extrema pobreza.

Como mencionado anteriormente, a AMURES atua no território da Serra Catarinense com ações transversais e diversas, por se tratar de uma instituição intersetorial. Ela possui um bom sistema de comunicação com outros atores públicos, a exemplo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae-SC), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), membros do governo do Estado e com todas as prefeituras da região serrana. Embora a AMURES ainda promova ações muito setorializadas, ela apresenta um potencial significativo para promover a articulação de diversos atores territoriais, podendo assumir um papel importante no estabelecimento de uma governança territorial da Serra Catarinense. Trata-se de um órgão representativo composto pelos prefeitos da Serra Catarinense, fazendo com que esse espaço ou arena, sirva para uma discussão ampla do território e menos circunscrita à esfera municipal, mesmo que cada representante exalte os potenciais e demande ações para o seu município. Em relação à participação de atores da sociedade civil, a AMURES tem nos consórcios intermunicipais a possibilidade de integrar

empresários e representantes de categorias socioprofissionais, de cooperativas e associações de produtores.

Outro ator público que merece destaque pelas suas ações e também pelo seu potencial de atuação na governança territorial é a EPAGRI. Essa agência de pesquisa e extensão rural do governo do estado de Santa Catarina possui uma boa capilaridade no território com, no mínimo, um representante em cada município, relacionando-se com atores diversos. Mesmo com foco principal nos agricultores familiares, a EPAGRI, por meio dos seus dois campos de ação – pesquisa e extensão – possui interação com os diversos atores públicos, privados e associativos, em diferentes níveis sociais.

Tendo em vista que a população do território serrano é majoritariamente rural e, mais especificamente, de agricultores familiares, a EPAGRI torna-se um ator público de grande representatividade entre a população local. Portanto, as ações promovidas pelos seus profissionais têm impactos socioeconômicos em todo o território. Isso é evidenciado pela própria história da EPAGRI na região, que iniciou as pesquisas e a difusão da fruticultura, tornando a Serra Catarinense um grande polo na produção de maçã. E, mais recentemente, com desenvolvimento de pesquisas sobre a produção de uvas viníferas, contribuiu para que a Serra Catarinense seja um dos mais novos *terroirs* vitivinícola do Brasil, fazendo com que vários empresários invistam no cultivo de uva no território. Suas ações associadas aos processos de IG em curso na região representam outro campo de atuação com forte interface com o enfoque da CBST.

Desta forma, podemos afirmar que a EPAGRI é um dos principais atores públicos para a construção de uma governança territorial que busque desenvolver o território à luz do enfoque teórico-metodológico da CBST. Trata-se de um ator público que trabalha diretamente com os produtos e serviços específicos do território. As experiências francesas, analisadas por Hirczak *et al.* (2008) sobre o “efeito cesta”, revelam que o ator público assume, em grande medida, a responsabilidade de mediação dos demais atores, uma vez que possui as ferramentas necessárias para promovê-la, assim como um conhecimento da diversidade de atores existentes no território, propiciando a maior pluralidade de atores possível no projeto. Entretanto, isso não significa que os atores privados ou associativos não possam incumbir-se ou assumir gradualmente parte dessas atribuições (PERRON; JANIN, 2014).

No caso analisado, pode-se perceber que a EPAGRI vem desempenhando esse papel de mediador, evidenciado no desenvolvimento dos projetos de valorização, sobretudo, do queijo serrano e do turismo rural. A função que essa empresa pública está exercendo junto aos produtores de queijo artesanal serrano está dentro das obrigações de um ator público discutidas

por Perron e Janin (2014). Segundo esses autores, as funções do ator público e da instituição que ele representa consiste em garantir e apoiar as abordagens colaborativas dos atores, seja na aprendizagem para a especificação de produtos e métodos de valorização, seja nos processos de apropriação do próprio território. Isto é, os atores públicos devem intervir nos processos relacionais de vinculação, facilitando a formação em redes dos atores territoriais.

O projeto de valorização do queijo serrano nasceu há cerca de 40 anos, quando ainda se buscava uma adaptação da produção do queijo artesanal às leis sanitárias vigentes, a qual exigia que o leite fosse esterilizado pelo processo de pasteurização, culminando na perda da característica das bactérias boas encontradas neste leite que dão qualidade, sabor e textura. Entretanto, os produtores nunca levaram adiante tais adaptações, pois diferenciava-se totalmente do modo tradicional e histórico, relacionado a um saber fazer específico. A partir de 2009, o MAPA fez um investimento, por meio de um projeto nacional, na valorização dos diferentes tipos de queijos artesanais brasileiros (NIEDERLE, 2015). Devido ao *know-how* da EPAGRI, ela foi a responsável de iniciar o processo de IG do queijo artesanal serrano no estado de Santa Catarina, o qual atualmente se encontra em fase final, com o pedido já submetido ao INPI.

Todo esse processo promoveu uma grande mobilização e discussão entre os agricultores familiares e/ou pecuaristas da região, que anteriormente não percebiam a importância da produção de queijo para a economia das famílias. Ao valorizarem a produção de queijo, perceberam que grande parte da renda familiar poderia provir de sua comercialização. Além do mais, esse processo de IG fez com que emergisse em 2013 a Associação de Produtores de Queijo Artesanal Serrano da Serra Catarinense (APROSERRA). Essa associação agrupa 80 agricultores familiares proprietários de queijarias, das quais seis já se adequaram às normas sanitárias e de qualidade de produção e trinta estão em fase de adaptação. Trata-se de um ator associativo ainda em consolidação, mas com grande potencial de ocupar um papel destacado no sistema de governança territorial, sobretudo, na gestão da IG e das estratégias de mercados.

Já a promoção do turismo rural e, em especial do agroturismo, originou-se através da difusão do projeto da Acolhida na Colônia<sup>26</sup> no município de Urubici e também da dedicação e implicação pessoal de uma extensionista rural da EPAGRI desse município, que acreditou que

---

<sup>26</sup> A Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia teve início das suas atividades no ano de 1999, na região das Encostas da Serra, no Estado de Santa Catarina. Essa associação possui vínculos institucionais com a associação, francesa, *Accueil Paysan* que está presente em 33 países e em 4 continentes. A Acolhida da Colônia tem como objetivo a ressignificação da vida no campo, através do agroturismo ecológico, desenvolvimento do território, preservação do meio ambiente, integração entre o campo e a cidade e a contribuição da qualidade de vida do agricultor familiar associado (GUZATTI *et al.*, 2013).

os agricultores familiares da região poderiam conciliar o agroturismo às suas atividades cotidianas. Ao mesmo tempo, vários empreendedores externos ao território construía pousadas para receber os turistas que vinham durante o inverno, na expectativa de presenciar o fenômeno da neve, mas também durante o verão para admirar as belezas cênicas da região. A Serra Catarinense apresenta uma beleza natural composta por vastas florestas de araucárias, uma grande diversidade de pássaros, cachoeiras, áreas de campo, inscrições rupestres, entre outros atrativos, que permitem aos turistas realizar uma série de atividades de ecoturismo e turismo de aventura.

O êxito dos agricultores familiares pioneiros que aderiram à Acolhida na Colônia motivou outros agricultores familiares a adaptarem suas propriedades para receber turistas, em vários casos, sem participarem da associação. Esses últimos sempre contaram com o apoio da EPAGRI para montar chalés e para recorrer ao crédito rural como forma de financiar os investimentos. Um fato é a ação da EPAGRI por meio do projeto Santa Catarina Rural<sup>27</sup>, que equipou seis estabelecimentos rurais do município de Bom Jardim da Serra com cinco chalés e um restaurante. Esse é um caso de sucesso que deve muito ao serviço público de extensão rural do município, que auxiliou e motivou essas seis famílias agricultoras a investir no turismo rural. Essas famílias formaram, no ano de 2016, a Associação Bom Jardinense de Turismo Rural (ABTER), que atualmente promove ações para o fortalecimento e qualificação do turismo rural entre os associados, com o apoio da EPAGRI.

Grande parte desses agricultores familiares que passaram a se dedicar ao agroturismo percebeu que os turistas buscavam não somente uma boa estadia, mas também a vivência do campo. Isso fez com que eles valorizassem ainda mais a cultura serrana, a comida tradicional, a conversa ao redor do fogão a lenha e o chimarrão. Em todas as entrevistas realizadas com agricultores familiares foi afirmado que quase a totalidade dos turistas responde ao final de sua estadia que voltaria ao estabelecimento devido à hospitalidade serrana e à culinária local. Nos seis municípios pesquisados existem, na atualidade, 20 famílias de agricultores associados à Acolhida na Colônia e uma enorme quantidade de microempresários ligados a atividades de hospedagem e restaurantes rurais, dos quais uma parcela faz parte da agricultura familiar. Outra categoria socioprofissional que se encontra em plena expansão no território é a dos guias turísticos, a qual já possui uma associação que está em processo de formalização e que atende

---

<sup>27</sup> O Projeto Santa Catarina Rural (SC Rural) teve como objetivo aumentar a competitividade das organizações dos agricultores familiares no estado, que recebem apoio financeiro direto através do Fundo de Investimentos Sustentáveis para melhorar os sistemas produtivos e a inserção no mercado dos produtos da agricultura familiar, implantando ou melhorando empreendimentos de agregação de valor, bem como para a estruturação e formação de redes e alianças para a competitividade rural.

todos os seis municípios da região. Essa categoria contou com o apoio do CONSERRA, o qual forneceu aos guias um curso profissionalizante, promovendo aos interessados as informações necessárias para a capacitação e formalização da profissão.

Além dessas ações exitosas de valorização de recursos territoriais, o Sebrae, juntamente com a EPAGRI e o CONSERRA, está iniciando o processo de IG de outros três produtos específicos da Serra Catarinense: a maçã, o vinho de altitude e o mel de melato. Sobre as ações correlacionadas a esses processos, o Sebrae exerce um papel central, pois é o principal ator público que está financiando esses projetos. A partir de uma visão sistêmica do processo, procura inter-relacionar o maior número de atores públicos, construindo direto e indiretamente uma rede institucional que está se fortalecendo com o tempo. A natureza jurídica do Sebrae suscita dúvidas se se trata de uma organização pública ou privada. Apesar de ser uma organização “privada de serviço social”, cujos recursos financeiros provêm de contribuições das micro e pequenas empresas, seu conselho deliberativo é majoritariamente composto por representantes governamentais. Por essa razão optamos por colocá-la entre os atores públicos que atuam na região de estudo.

Assim como a EPAGRI, o Sebrae é outro ator público ativo no território da Serra Catarinense. Talvez ele não seja o ator com maior abrangência e capilaridade no território, mas seus projetos destinados à Serra Catarinense, possuem grande eficácia no alcance dos seus objetivos, que podem resultar em melhorias socioeconômicas de seus beneficiários: agricultores familiares, pequenos e médios empresários, associações, cooperativas e proprietários de vinícolas e de pousadas.

Com o foco na gastronomia, um dos projetos do Sebrae conseguiu valorizar de forma conjunta o turismo local e os produtos específicos da Serra Catarinense. Durante a Vindima, festa da colheita da uva, que vem se consolidando na região e atraindo um fluxo significativo de turistas entre os meses de maio e abril, o Sebrae realizou o festival gastronômico denominado Sabores de Altitude, com pratos tradicionais ou releituras de receitas, utilizando ingredientes típicos, que valorizam a cultura regional. O turismo “criativo e de experiência” também já foi assimilado por algumas empresas da Serra Catarinense. Desse projeto surgiu a marca turística “Serra Catarinense em Todos os Sentidos”, a qual vem sendo utilizada por diversas empresas, a exemplo da vinícola Leone di Venezia. A partir dessas ações, percebe-se que o Sebrae contribui na criação de instâncias de governança com atores associativos e privados. No caso da Vindima, há uma grande relação com a Associação dos Vinhos de Altitude, CONSERRA e os representantes do poder público municipal.

Todos os três projetos de IG coordenados pelo Sebrae se encontram em fase inicial, com ênfase na mobilização dos atores territoriais interessados no tema e implicados com os produtos. Esse percurso inicial das três iniciativas está promovendo a conexão de diferentes atores públicos, privados e associativos no sentido de debaterem conjuntamente um novo caminho para valorizar as especificidades dos seus produtos nos mercados.

A comunicação e a troca de experiências entre distintos atores não acontecem de forma espontânea e depende da ação, quase sempre, de atores públicos. Como os mesmos atores públicos participam dos diferentes sub-sistemas de governanças dos projetos de IG, esses sub-sistemas proporcionam o diálogo frequente dessa categoria com os dois outros tipos de atores territoriais. Desta forma tem-se o início de um processo que pode conduzir à construção de uma governança que envolva os diferentes setores produtivos, agrícolas e comerciais, e os prestadores de serviço do turismo, para que em um futuro próximo, possam desenvolver ações territoriais, fazendo com que os recursos territoriais específicos sejam valorizados simultaneamente, concretizando a estratégia de desenvolvimento territorial por meio da CBST.

Outra organização que promove ações em prol da valorização da Serra Catarinense é o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) *campus* de Urupema, o qual é uma instituição de ensino superior que possui dois cursos de graduação - Vitivinicultura e Enologia, e Tecnologia de Alimentos – assim como um curso de pós-graduação *lato sensu* em Manejo de Pomares de Macieira e Pereira. A instituição desenvolve projetos de pesquisa e extensão que buscam valorizar o potencial do território. Atualmente, um dos principais projetos do IFSC é o resgate e a valorização das frutas nativas, através da transformação gastronômica dessas frutas, objetivando agregar valor e fortalecer a cadeia produtiva dessas espécies nativas. Esse projeto tem a parceria dos IFSC de Lages e de Florianópolis, os quais atuam no desenvolvimento de técnicas de transformação que possam ser utilizadas nos restaurantes do território e em outros locais do estado de Santa Catarina.

Outras ações que o IFSC de Urupema vem promovendo estão ancoradas na qualificação do enoturismo, turismo rural e na gastronomia regional. Por meio de projetos de extensão que buscam resgatar receitas tradicionais, como a rosca de coalhada, a bijajica, receitas com o frescal<sup>28</sup>, dentre outras, projeta-se recuperar a cultura e a história imbricadas nas diferentes

---

<sup>28</sup> A rosca de coalhada é uma receita que foi criada na época do tropeirismo, tendo como base o leite azedo que se perdia durante as viagens, formando então a coalhada. E para se aproveitar o alimento, acrescentava-se a ele o polvilho, ovos, sal e o óleo, elaborava-se a massa e depois a assava no forno a lenha. Já a bijajica é uma receita de uma rosca típica da Serra Catarinense, produzida a base de polvilho azedo, ovos e açúcar, e depois de feita a massa ela é frita em banha de porco. Por último, o frescal consiste em um método de conservar a carne à sombra com o uso de sal, que foi criada na época em que os tropeiros passavam pela Serra Catarinense. A temperatura baixa da região proporciona a neste método uma maior suculência e um realce do sabor da carne.

facetas do turismo, assim como a parceria com o governo do estado na condução do curso profissionalizante de enologia em São Joaquim. Além disso, o IFSC, juntamente com a EPAGRI, promove cursos para agricultores familiares, que estão trabalhando com o turismo rural, com o objetivo de qualificar os serviços prestados por esses agricultores na sua nova atividade. Esses cursos são realizados no Centro de Treinamento da EPAGRI de São Joaquim (CETREJO), o qual encontra-se em fase de reestruturação para se tornar um centro de referência didática em turismo, gastronomia e sustentabilidade ambiental.

Logo, podemos perceber que o território da Serra Catarinense, possui uma grande densidade de atores públicos, com diferentes graus de centralização e capilaridade. A maioria desses atores já promove ações em parceria com os demais. Ainda que a coordenação dos atores públicos nesse território não seja incipiente, ela carece de avanços no sentido de coordenar as diferentes iniciativas de valorização dos produtos e serviços específicos da Serra Catarinense.

A aproximação da AMURES, Sebrae, EPAGRI, IFSC, MAPA, CIDASC, UFSC, Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), secretarias municipais de turismo e agricultura, dentre outros, é fundamental para a construção de uma governança territorial, e também para atrair outros atores públicos, privados e associativos. Para alcançar uma governança mais equilibrada, além da participação interativa dos diversos atores, a governança territorial necessita de dois tipos de capital para o planejamento do desenvolvimento territorial: o capital físico, representado pelos recursos de fundos, equipamentos e outros, e o capital institucional, que agrega os recursos intelectuais, sociais e políticos (DASÍ, 2009). Nesse sentido, obter a participação ativa dos atores privados e associativos é peça chave para montar esse quebra cabeça da governança territorial.

### **3.2 Atores Privados e Associativos da Serra Catarinense**

Os atores privados correspondem, principalmente, aos agricultores familiares presentes na agricultura, pecuária, artesanato, serviços, os proprietários de pousadas e vinícolas, e outras empresas locais. Esses atores desempenham um papel muito importante, que é a geração de renda e emprego, promovendo externalidades positivas para o território, dentro de um processo de desenvolvimento territorial (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Como já mencionado acima, a região possui uma gama de produtos e serviços específicos. O queijo artesanal serrano é o produto com uma trajetória histórica mais longa no território no sentido de valorizar suas qualidades específicas. As peculiaridades do queijo artesanal serrano fizeram com que a tradição da produção e consumo desse produto não se perdesse no tempo, resistindo inclusive às normas impostas pelas leis sanitárias de produção

para comercialização de produtos de origem animal, as quais impuseram uma série de regras de produção, que praticamente impossibilitam a produção do verdadeiro queijo serrano. Uma das mais graves normas impostas foi a pasteurização do leite, processo de aquecimento e resfriamento do leite que elimina todos os microrganismos, retirando o sabor e gosto característicos resultantes da alimentação das vacas, que é proveniente do campo nativo.

Entretanto, com o fomento pelo MAPA para a valorização dos queijos artesanais brasileiros por meio da criação de IG (NIEDERLE, 2015), uma das regiões que se integrou na iniciativa foi a região dos Campos de Cima da Serra, que engloba toda a Serra Catarinense e alguns municípios do Rio Grande do Sul. Essa região tem aproximadamente 3000 produtores de queijo, dos quais 2000 se encontram no estado de Santa Catarina e 1000 no Rio Grande do Sul (CÓRDOVA; SCHLICKMANN, 2015).

Para que os produtores catarinenses participassem ativamente desse processo, foi necessária a criação da APROSERRA. A demanda pela organização dos produtores de queijo serrano gerou uma transformação positiva para a realidade de muitos deles, uma vez que, até então, nunca houve uma organização desses produtores que debatessem os seus problemas em conjunto.

Devido à extensa rotina de trabalho nas queijarias e ao grande número de associados, a reunião de todos os membros da APROSERRA era dificultada. Buscando resolver esse problema, os associados, juntamente com a EPAGRI, criaram pequenos grupos denominados Clube de Intercâmbio e Troca de Experiência (CITE), em diferentes locais do território de atuação da APROSERRA. Por meio dos CITE, os associados podem se capacitar, melhorar as boas práticas de fabricação e discutir os percalços existentes na cadeia produtiva.

Na atualidade, a associação possui cinco CITE, os quais reúnem cerca de 12 agricultores associados. Dentre esses clubes está o CITE Terra da Neve, grupo do município de São Joaquim. Cada grupo possui seu próprio regulamento interno, um coordenador técnico (extensionista da EPAGRI) e um coordenador geral (um dos associados). As reuniões acontecem na casa dos produtores, havendo um rodízio do local de cada reunião, com uma frequência média de uma vez por mês.

Outro ponto interessante do modelo organizacional da associação é a participação de atores públicos, tais como extensionistas da EPAGRI, fiscais da CIDASC<sup>29</sup> e representantes da secretaria de agricultura dos municípios ao quais pertencem os agricultores do CITE. Essa

---

<sup>29</sup> A CIDASC é uma empresa estadual que tem a função de executar serviços de defesa sanitária animal e vegetal, através da inspeção e fiscalizar desses produtos, assim como a certificação de produtos de origem animal como o selo do Serviço de Inspeção Estadual (SIE) para a comercialização dentro do estado de Santa Catarina.

aproximação e participação dos diferentes atores fortalece o modelo de governança do setor produtivo do queijo artesanal serrano, qualificando os produtores de queijo e aprimorando a comunicação dos atores envolvidos com aqueles de outros setores produtivos. Em consonância com essa organização, Perron e Janin (2014) afirmam que os atores públicos afiguram-se como os mais coerentes para coordenar a organização dos atores territoriais de forma ágil e transversal. Eles possuem uma maior facilidade para fomentar a criação de um comitê de direção e, através deste, podem fomentar oficinas coletivas sobre temas que vão auxiliar os atores privados e associativos na valorização do território ou até mesmo resolver os problemas em comuns (PERRON; JANIN, 2014).

É preciso ressaltar que essa mobilização dos produtores de queijo serrano foi estimulada pela EPAGRI, uma vez que a APROSERRA tem apenas três anos de existência e, até então, possui uma forte dependência da EPAGRI para promover suas ações. No entanto, aos poucos, essa associação começa a assumir determinadas ações, a exemplo da realização do 1º Café Serrano, que buscou valorizar o queijo artesanal serrano e também outras receitas tradicionais e da 1ª Festa do Queijo Serrano, que se encontrava em fase de organização durante a pesquisa de campo. Essas ações fazem com que os queijeiros comecem a criar força política, até para cobrarem do poder público alguns serviços aos quais eles têm direito.

Um exemplo disso foi à organização dos produtores, em um município do território, para a resolução de um grande problema comum entre os queijeiros. Eles cobraram tanto da administração municipal quanto da câmara de vereadores a contratação de um veterinário para instalação do SIM, necessário para a legalização das queijarias. Tal manifestação obteve sucesso e o SIM foi instaurado no município, o que corrobora com a percepção de Dasí (2009) de que a participação dos atores privados e associativos pode influenciar diretamente nas políticas, ao decidirem sobre os caminhos traçados para o desenvolvimento do território, sendo capaz de participar na tomada de decisões juntamente com os atores públicos.

Como os queijeiros são, em grande maioria, pequenos produtores e têm um baixo poder aquisitivo, o grande problema deles reside na adequação das suas salas de ordenhas e queijarias às normas sanitárias vigentes. Ajustar-se às normas da vigilância sanitária acaba exigindo do produtor um remodelamento das estruturas físicas da produção do leite e do queijo, desde a sala de ordenha até a sala de cura do queijo. Nesse sentido, o fortalecimento das articulações da APROSERRA junto aos atores públicos é fundamental para que eles consigam atrair os produtores de queijo artesanal serrano que se encontram na ilegalidade, para participar desse processo de reestruturação da cadeia produtiva.

Quando se tem um recurso territorial específico e este possui uma grande notoriedade, o papel de coordenação dos atores públicos territoriais se torna crucial. Desse modo, o desafio para esses atores é consolidar as ferramentas de valorização, estruturar o sistema organizacional, via distribuição de papéis e competências, e permitir o desenvolvimento de ações que consolidam e perpetuem a valorização do recurso (PERRON; JANIN, 2014). Assim sendo, a EPAGRI está desenvolvendo um importante trabalho em torno do queijo artesanal serrano.

Conforme visto, o modelo organizacional adotado pelos produtores de queijo com o apoio da EPAGRI pode ser considerado um modelo para aqueles setores que apresentam um grande número de agricultores familiares, como é o caso da maçã e do mel de melato. Semelhante aos produtores de queijo, os produtores de maçã são predominantemente pequenos, com uma média de 50 hectares por produtor de área total do estabelecimento, os quais possuem um grande problema em comum, que é o preço baixo na sua comercialização. Apesar de ser uma cadeia bem consolidada e de existir um número maior de atores associativos, eles ainda não conseguiram se unir para não depender das grandes empresas que comandam o mercado da maçã brasileira. Mas antes de entrar de fato na conformação organizacional do setor produtivo da maçã no território, é preciso esclarecer em que aspectos a maçã do território da Serra Catarinense se difere daquelas de outros territórios.

Não somente a maçã possui uma característica peculiar, mas as demais frutas produzidas na região, como goiaba serrana, uva, pera e kiwi, apresentam uma maior qualidade devido ao clima da região. Isso se explica pelo microclima existente no território, o qual apresenta um grande gradiente térmico. Ou seja, a diferença de temperatura entre o dia e a noite pode ser de 10 a 14° C. Dessa forma, os produtos metabolizados pelas plantas durante o dia são armazenados no fruto à noite, quando a planta tem uma menor transpiração e menor gasto energético, gerando melhores atributos para a formação dos frutos. Aliado a isso, o caráter familiar dos produtores da região, cultivos em pequenas áreas, propicia uma melhor condição de manejo das lavouras.

Embora esses atributos sejam tão evidenciados pelos produtores e consumidores do território, não há nenhuma ação coordenada dos atores territoriais que busque sua valorização nos mercados. Para muitos entrevistados é perceptível que está em curso um processo de estagnação comercial e mesmo abalos decorrentes de variações climáticas, que influenciam a produtividade e qualidade da fruticultura local. Diante desse quadro, uma estratégia de proteção e valorização da maçã da região serrana pode passar pela implantação de uma IG, processo que se encontra em fase inicial de estruturação. Essa iniciativa é coordenada pelo Sebrae em

parceria com a EPAGRI e alguns atores associativos do território. Esse processo se encontra no estágio de diálogo para a definição dos limites geográficos da IG, além da discussão do processo de governança dessa IG.

No território há cinco cooperativas relacionadas à cadeia produtiva da maçã: Cooperativa Agrícola São Joaquim (Sanjo), Cooperativa Agrícola Frutas de Ouro (Frutas de Ouro), Cooperativa Regional Serrana (Cooperserra), a Cooperativa Ecológica de São Joaquim e Região (Econeve) e a Cooperativa Agropecuária de Urupema (Coopema). Há de ressaltar que dentre essas cooperativas apenas a Coopema localiza-se no município de Urupema. As demais encontram-se no município de São Joaquim. A existência desses múltiplos atores associativos na região se explica, por um lado, pela presença marcante de pequenos e médios produtores e, por outro, pelo grande impacto econômico e social do setor da maçã. Logo, atores associativos surgem de formas muito diferentes, podendo se originar de ações dos atores públicos e ou por políticas públicas implementadas. A emergência desses atores pode acontecer, também, através da proximidade geográfica e pelo tecido sociocultural presente (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Além dessas quatro cooperativas, um outro ator associativo que possui certa representatividade entre os fruticultores é a Associação dos Produtores de Maçã e Pera da Região (AMAP), cuja sede se encontra no município de São Joaquim. Com 1.946 sócios cadastrados e 1.024 considerados ativos, a AMAP desenvolve um papel político relevante na defesa dos interesses dos agricultores familiares associados, como no caso do cadastramento biométrico da mão de obra temporária para a colheita da maçã, o que ajuda a monitorar o número de pessoas que entra e sai do município, assim como na identificação de algumas pessoas envolvidas em ações criminosas e que buscam trabalhos temporários na região, além daquelas que necessitam do serviço público de saúde.

A AMAP possui um sistema de comunicação eficiente junto a representantes do governo do estado de Santa Catarina, principalmente através da sua participação junto à Associação Brasileira de Produtores de Maçã, a qual possui laços estreitos com deputados estaduais, representantes da secretaria de agricultura do estado e, até mesmo, direto com o governador. No entanto, os agricultores familiares entrevistados que participam da AMAP não se sentem bem representados pela associação, pois consideram que muitas das decisões tomadas por ela, acontecem em uma reunião fechada entre os secretários e o presidente da instituição, que são em torno de 20 agricultores, sendo que a participação democrática dos demais acontece somente quando há uma nova eleição.

De acordo com Dasí (2009), a participação social é alcançada com dificuldades, problemas relacionados a sua efetividade e também conflitos (resistência social). Isso se justifica por ser um processo democrático composto com uma gama de atores sociais diferentes. E, com certeza, a baixa eficácia desse processo pode ocasionar “déficit democrático” e a retirada da legitimidade da participação social.

Em relação às cooperativas, as dinâmicas organizacionais da Sanjo, Frutas de Ouro, Cooperserra e Coopema possuem uma ampla participação dos agricultores na organização da cooperativa e nas tomadas de decisão. Isso se justifica também pelo fato de serem grupos menores de agricultores. Assim, a tabela 1 apresenta a quantidade de sócios dessas cooperativas, assim como seu volume comercializado.

**Tabela 1** –Número de sócios das cooperativas em torno da maçã e o seu volume estimado da produção em 2018

<b>Associações</b>	<b>Número de sócios</b>	<b>Produção estimada em 2018 (toneladas)</b>
Sanjo	120	53000
Cooperserra	86	14050
Frutas de Ouro	23	8600
Econeve	15	750
Coopema	24	1425
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>77825</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Todas essas cooperativas trabalham com outros agricultores denominados de terceirizados, os quais não são associados das cooperativas. O número de terceirizados<sup>30</sup> varia de ano para ano, mas em média, essas cooperativas possuem aproximadamente de 20 a 40 agricultores nessa condição. Ou seja, do total de cerca de 1700 fruticultores existentes na região de estudo, apenas cerca de 360 integram uma dessas organizações seja como sócios, seja como terceirizado. Os demais estabelecem relações técnicas e comerciais com empresas privadas, a exemplo da Schio<sup>31</sup>.

<sup>30</sup> Esses agricultores não são sócios da cooperativa, mas recebem toda assistência técnica desta, bem como os insumos necessários para o manejo da cultura. A relação comercial entre agricultor terceirizado e cooperativa é estabelecida em contrato, no qual o terceirizado compromete-se em vender sua produção, parcial ou total, para cooperativa.

<sup>31</sup> Atualmente as grandes empresas que tem grande poder de comercializar a maçã da Serra Catarinense, são externas ao território da Serra Catarinense, a exemplo da Schio que hoje é a maior empresa exportadora de maçã

Diferentemente das cooperativas acima, a Econeve possui uma outra dinâmica e outro tipo de organização. Trata-se de uma cooperativa de produtores orgânicos, composta por produtores de maçã, mas também de hortaliças e outras frutas, cujas demandas e problemas em comum são distintos das cooperativas citadas anteriormente. O impulso inicial para criação da Econeve foi prioritariamente direcionado para produtores de maçãs orgânicas, tendo como apoiador o Centro Vianei de Educação Popular. A construção de um barracão para selecionar a maçã e uma câmara fria para o armazenamento da fruta foi uma das suas primeiras ações. Como vários produtores desistiram no meio do processo de conversão à agricultura orgânica, o uso dessa estrutura ficou comprometida e, atualmente, se encontra desativada.

Atualmente, a Econove possui cerca de 35 agricultores familiares associados e, desses, apenas quinze são produtores de maçã orgânica. O mercado de maçã orgânica possibilita a venda da produção por um bom preço, uma vez que a demanda é alta e a produção ainda é muito baixa. Como os produtores de maçã orgânica não têm dificuldades que os motivem a revitalizar a cooperativa, a Econeve tem assumido apenas um papel formal para garantir a certificação orgânica, mas não se configura como um espaço para promoção do crescimento de forma conjunta, auxiliando de forma significativa na organização da cadeia produtiva da produção orgânica da região.

Podemos perceber que envolvidos no setor da maçã há uma diversidade de atores associativos e privados, os quais atuam de forma isolada. Entretanto, o diálogo para a criação da IG representa uma tentativa de valorização da maçã da região serrana, que, por conseguinte, aproxima os atores, possibilitando um trabalho integrado para superar os grandes gargalos existentes dentro da cadeia produtiva, em especial o preço final da fruta estabelecido por grandes empresas externas à região.

De forma geral, a governança entre os atores implicados com a maçã no território ainda é muito fragmentada. Em que pese a existência de quatro cooperativas, um grande número de produtores fica isolado, sujeito a contratos antecipados com as grandes empresas e sem um valor pré-fixado da maçã. Em geral, o pagamento ocorre somente depois que as maçãs foram entregues às empresas. A AMAP e as quatro cooperativas têm procurado mobilizar os agricultores familiares associados em torno do processo de IG para que eles possam se apropriar desse futuro signo de qualidade e comercializar a produção por um preço melhor.

Um outro produto específico da Serra Catarinense que está em pleno crescimento é o vinho de altitude da Serra Catarinense. Este produto apresenta uma conformação organizacional

---

do Brasil. De acordo com os entrevistados, cerca de 70% da produção de maçã do município de São Joaquim é comercializado para empresas de Vacaria-RS e Fraiburgo-SC.

bem diferente da maçã, uma vez que se trata de um produto de alto investimento no processo produtivo. Assim, dentro do território, o número de produtores de vinho é bem menor comparado aos produtores de maçãs, com cerca de 23 viticultores. O perfil desses produtores, a maior parte proprietários de vinícolas, também é muito diferente dos demais fruticultores. Enquanto os produtores de maçã são, em grande maioria, agricultores familiares, os produtores de vinho são grandes empresários que vieram de fora do território da Serra Catarinense, por perceberem a boa oportunidade de investimento devido às características edafoclimáticas da região. Esses empresários têm como estratégia competitiva a qualidade de seus produtos, e a elaboração de bebidas com alto padrão e preços elevados, que valorizam as características do território.

Em função de um maior capital cultural e econômico, a organização dos produtores de vinho tem sido mais eficiente, em relação a discussão de iniciativas de valorização do seu produto, comparando com os demais setores produtivos do território. A Associação dos Vinhos de Altitude possui 21 produtores associados, sendo que desse universo 12 possuem vinícolas. Anteriormente, essa associação possuía outro nome: Associação Catarinense de Produtores de Vinhos Finos de Altitude (ACAVITIS). A alteração de nome está relacionada com uma estratégia de *marketing*, para reforçar o aspecto da altitude, o qual é um dos fatores primordiais que diferencia o vinho serrano das demais regiões produtoras, conferindo-lhe notoriedade.

Outro ponto a ser ressaltado é que a abrangência da Associação de Vinhos de Altitude não se limita ao território da Serra Catarinense, englobando outros municípios fora do entorno da Serra Catarinense como Campos Novos, Água Doce, Treze Tilhas, Bocaina do Sul e Caçador. A grande distância entre os municípios da área de abrangência da Associação dificulta a reunião dos produtores com uma certa frequência. No entanto, isso não é um empecilho para que eles continuem aperfeiçoando e melhorando os manejos de produção das uvas e dos vinhos. Na atualidade, por meio do apoio do Sebrae, estão sendo executados dois projetos distintos, mas complementares. Um deles promove o enoturismo na região, com o fortalecimento da cadeia vitivinícola, criação de rotas cênicas entre e nas vinícolas, organização e divulgação da festa da Vindima e a promoção dos vinhos locais juntos aos estabelecimentos gastronômicos do território. O outro é o processo da IG para os vinhos de altitude, que se encontra na fase inicial, mas tem um potencial para se desenvolver rapidamente, em relação a maçã, pois o menor número de produtores e donos de vinícolas pode facilitar as tomadas de decisões.

Portanto, podemos afirmar que a governança do setor produtivo do vinho é menos complexa em comparação à maçã, pois possui uma menor quantidade de atores e apresentam uma certa similaridade socioeconômica. Assim, eles têm conseguido desenvolver diversas

iniciativas de valorização do produto, a exemplo da Vindima, enoturismo e, recentemente, do processo da IG. Além disso, tem uma boa integração com os atores públicos, como o Sebrae, EPAGRI, CONSERRA e a secretaria de turismo do estado de Santa Catarina, os quais têm contribuído em diferentes frentes, como na divulgação, na valorização, nas pesquisas de novas variedades e de diferentes *blends* de uvas na produção do vinho, dentro outros suportes que os atores públicos propiciam aos produtores de vinho. No entanto, o setor produtivo do vinho permanece isolado em relação aos produtores de queijo e demais atores privados e associativos implicados com outras iniciativas de valorização de recursos territoriais.

Totalmente diferente dos vinhos de altitude, a cadeia produtiva do mel de melato da bracatinga possui grande assimetria, com poucas organizações associativas no território da Serra Catarinense, desarticuladas entre si e com baixa adesão dos apicultores. Todavia, antes de adentrar no formato organizacional do mel de melato é preciso detalhar um pouco mais a sua especificidade. O mel de melato é um mel produzido a partir das secreções de partes vivas da bracatinga (*Mimosa scabrella*)<sup>32</sup>, que tem sua seiva sugada por cochonilhas através do seu aparelho bucal que lhe permite penetrar no tecido da planta, digerir a seiva do floema e a eliminar na forma de gotas de melato (SALOMÉ, 2012). Todo esse processo favorece que o mel produzido pelas abelhas possua características diferenciadas, apresentando uma grande quantidade de fenóis e menor teor de glicose, o que ocasiona a não cristalização do mel de melato. Além disso, a cor escura típica e maior a viscosidade em relação ao mel silvestre complementam a diferenciação desse produto.

Essas especificidades não eram valorizadas pelos produtores locais, que destinavam esse mel para o mercado industrial ou até mesmo para alimentar as colmeias durante o inverno (SALOMÉ, 2012). Depois que todas essas características passaram a ser valorizadas no mercado europeu, sobretudo na Alemanha, a maior parte do mel de melato da bracatinga é exportado. Outro fator que está contribuindo para a valorização comercial desse produto no exterior, com um maior valor final, é a certificação orgânica, na qual os apicultores serranos têm investido.

Apesar de se tratar de um produto de alta especificidade, a organização da cadeia produtiva do mel de melato é frágil. Duas associações de apicultores no território da Serra Catarinense, ambas pouco representativas, se fazem presentes. A Associação Serrana de Apicultores (ASA), situada no município de São Joaquim, e a Associação de Apicultores de

---

<sup>32</sup> A bracatinga é uma árvore nativa da região sul do Brasil encontrada em zonas com altitudes entre 500 e 1500 metros acima do nível do mar. Essa árvore tem maior incidência no planalto catarinense, em comparação a outras regiões do estado de Santa Catarina.

Bom Retiro (APIBOM), localizada em Bom Jardim da Serra, possuem, respectivamente, 30 e 10 associados, num universo de cerca de 200 apicultores nos municípios de São Joaquim e Bom Retiro. A ASA encontra-se em atividade, enquanto a APIBOM não realiza reuniões há cerca de dois anos. Ambas as associações fazem parte da Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina (FAASC), a qual estima que, nos seis municípios da Serra Catarinense, há 289 apicultores, dentro de um universo de cerca de 6146 apicultores no estado (FAASC, 2016).

Tendo em vista a peculiaridade do mel de melato, o Sebrae iniciou juntamente com a FAASC e a EPAGRI, o processo de IG para esse produto. Uma das grandes dificuldades encontradas nessa fase inicial é a mobilização desses apicultores, que de forma geral estão dispersos no território. Essa situação exigirá um grande esforço da parte dos atores públicos para revitalizar essas organizações, em prol do objetivo de valorizar o mel de melato.

Atualmente, toda produção do mel de melato é comercializada por empresas localizadas fora do território, que não diferenciam o produto por sua territorialidade. A empresa Prodapys, cuja sede se encontra no município de Araranguá (SC), localizado na região sul do estado, por exemplo, participou de um concurso mundial de mel, realizado em 2013 na Ucrânia, com uma amostra do mel de melato, o qual foi considerado o melhor mel do mundo pelos avaliadores (Figura 02). Entretanto, a notoriedade que esse prêmio trouxe não beneficiou em nada a região da Serra Catarinenses, apenas a própria empresa, pois os produtores de mel da Serra não se apropriaram dos benefícios indiretos decorrentes desse prêmio.

**Figura 02** – Premiação de melhor mel do mundo de 2013 à empresa Prodapys do município de Araranguá (SC)



**Fonte:** Azevedo (2017).

Ao contrário do mel de melato, o turismo rural está progressivamente se organizando, uma vez que a atividade representa um novo modelo de negócio, que pode alterar a dinâmica urbana e rural do território da Serra Catarinense. Os atrativos históricos, culturais, naturais e de aventura colocam à disposição dos turistas um leque de opções turísticas a serem desfrutadas. A região serrana possui cânions, cachoeiras, campos, florestas de araucária, picos com quase 2000 metros de altitude, frio, neve, cultura campeira, inscrições rupestres, entre outros atrativos (SILVA; SOMMER, 2005).

Os agricultores familiares têm aderido ao agroturismo como uma alternativa de diversificação de renda. Alguns produtores adaptam a estrutura de antigas fazendas de gado para hotéis fazenda, nos quais os turistas conhecem as atividades do dia-a-dia desses estabelecimentos. A vitivinicultura também tornou-se um grande atrativo para os turistas, principalmente no município de São Joaquim (CORDEIRO, 2006).

Além disso, a Serra Catarinense se beneficia de uma importante publicidade gratuita feita pelas mídias nacionais devido ao seu clima, que no período do inverno registra temperaturas de até 5°C abaixo de zero, podendo ocorrer o fenômeno da neve, fato que atrai turistas de todo o país. A Serra é tida como a região mais fria do Brasil com as altitudes mais altas do estado de Santa Catarina. Contudo, ainda é uma região com carência de iniciativas dos poderes públicos para o desenvolvimento do turismo (SILVA; SOMMER, 2005; CORDEIRO, 2006).

Algumas organizações em torno do turismo começam a se estruturar na região, dando início à constituição de um sistema de governança territorial da atividade. As principais delas são as seguintes: Associação Bom Jardinense de Turismo Rural (ABTER), Associação Bom Jardinense de Turismo (ABT), Associação do Trade Turístico de Urubici (POUSERRA), grupo informal de guias turísticos e a Acolhida na Colônia, que atua majoritariamente em Urubici. Além disso, todos os municípios possuem uma secretaria de turismo dentro da estrutura administrativa do poder público. Isso demonstra a força do turismo na região, o que motivou a formação de diferentes organizações, que estão se articulando para resolver problemas em comum, assim como para construir inovações nessa área. Na tabela 2 podemos verificar o número de atores associativos dentro do turismo rural/agroturismo da Serra Catarinense, que é reflexo da importância econômica desse setor para região.

**Tabela 2** – Relação do número de sócios das associações turísticas da Serra Catarinense

<b>Associações</b>	<b>Número de sócios</b>	<b>Essência</b>
POUSERRA	71	Empresarial
ABT	34	Empresarial
Acolhida na Colônia	20	Agricultura familiar
ABTER	20	Agricultura familiar
Total	143	

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

A emergência do agroturismo em unidades agrícolas familiares, com destaque para a ABTER e Acolhida na Colônia, representa uma estratégia inovadora centrada na valorização de conhecimentos tradicionais. Os turistas buscam nesses tipos de turismo uma conexão com a natureza e, por vezes, o resgate afetivo com o seu passado, através do convívio com o cotidiano do agricultor familiar, com destaque para a culinária enraizada nas receitas tradicionais, que na percepção do turista representa um atrativo diferenciado em relação aos outros tipos de turismo existentes na região.

A grande demanda pelo turismo rural também influenciou empresários tanto de Urubici quanto de Bom Jardim da Serra, que formaram, respectivamente, a POUSERRA e a ABT. Tanto uma quanto a outra são formadas por diferentes tipos de empresários, a exemplo de donos de pousadas, restaurantes, lojas de roupas, supermercados, padarias, dentre outros. Como se vê, o turismo tem potencial para impulsionar o desenvolvimento territorial ampliado, para além de produtos específicos. Esses dois municípios possuem conselhos municipais exclusivos para

planejar as atividades correlacionadas ao turismo, o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). Isso indica uma estrutura de governança em constituição, com atores das três categorias da CBST articulando-se para melhor organizar os serviços de turismo nesses municípios. De acordo com Oliveira (2016), o turismo é um setor muito importante para criação de riquezas e melhoria do bem-estar dos cidadãos, que propicia geração de empregos, distribuição de renda, novos investimentos na região, preservação do meio ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural.

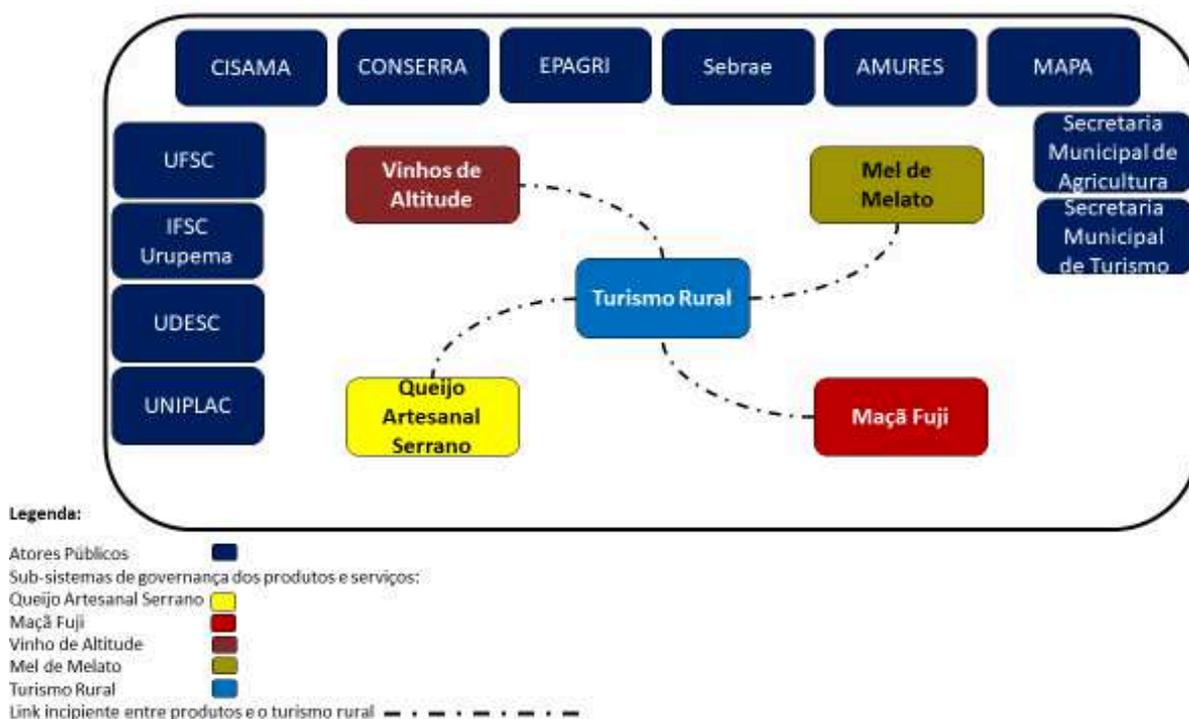
As articulações intermunicipais em torno do turismo ainda são incipientes e as iniciativas que associam esse serviço a produtos típicos da região ainda representam um ideal a ser alcançado. As principais referências ao território passam pelas especificidades do clima, paisagem e meio ambiente, com algumas ações que valorizam a culinária típica da região. Alguns pratos se destacam nas refeições servidas nas pousadas e restaurantes, a exemplo da paçoca de pinhão e o entreveiro, ambos tendo o pinhão como ingrediente diferenciado, além daqueles feitos com carne frescal.

Portanto, a governança territorial em torno do turismo encontra-se em construção, mas talvez seja a mais democrática e inclusiva, dentre todas as iniciativas em curso na Serra Catarinense, pois possui uma grande diversidade de perfis socioeconômicos, dentro dos atores associativos, que estão presentes nas mesmas arenas. Essa governança baseia-se na comunicação dos diversos atores dentro dos COMTUR de Urubici e de Bom Jardim da Serra, assim como no diálogo, embrionário, entre os atores associativos citados. Com relação à parceria com atores públicos, há algumas ações conjuntas da EPAGRI e da AMURES com os demais atores implicados com a atividade. Contudo, há muito a ser feito no território para que haja um engajamento dos diversos atores territoriais que buscam valorizar os produtos e serviços específicos do território a fim de construir uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz da CBST.

Por fim, percebe-se que na Serra Catarinense há sub-sistemas de governança envolta dos produtos e serviços que buscam a sua valorização, como no caso do queijo artesanal serrano, maçã fuji, vinhos de altitude, mel de melato e do turismo rural. No entanto, a presença dos atores associativos em cada um desses produtos, não significa que há uma organização eficiente entre eles para a formação de um sistema de governança. Dentre esses sub-sistemas de governança destaca-se o caso do queijo artesanal serrano e do turismo rural, que possuem uma rede de comunicação que envolve um número significativo de atores públicos, privados e associativos, mas que ainda se encontram em fase inicial de estruturação.

No entanto existe uma perspectiva, que através dos processos das IG surjam um estreitamento da comunicação dos distintos produtos e serviços, que conta com intermédio dos atores públicos, principalmente o Sebrae, EPAGRI e AMURES. Atualmente o sub-sistema de governança do turismo rural é único que consegue promover a valorização, ainda incipiente, dos produtos específicos da Serra Catarinense. Dessa forma, a figura 3 procura reproduzir como se encontram os atores públicos e associativos do território serrano, e apresenta a organização do turismo rural como elo de ligação entre os demais produtos. Destaca-se que não há nenhum tipo de ação ou comunicação que envolva outros produtos ou serviços, para além do turismo rural.

**Figura 3** – Atores públicos e associativos em torno dos produtos e serviços específicos da Serra Catarinense



**Fonte:** Elaborado pelo autor

#### 4. Considerações Finais

Os sistemas de governança de processos complexos são fundamentais para que a valorização de recursos territoriais específicos ocorra e não dissipe essa estratégia de desenvolvimento territorial. Esse tipo de governança tem uma ancoragem territorial, fundamentada na especificação de recursos e ativos territoriais, que estão na base da teoria da CBST. A valorização de produtos e serviços territoriais específicos representa uma alternativa

para a criação de sistemas agroalimentares e de serviços que promovam o resgate histórico e cultural por parte dos atores locais.

O território da Serra Catarinense possui recursos territoriais com alto grau de especificidade, ou seja, com características intrínsecas à cultura e história da região. Diferentes segmentos de atores sociais encontram-se envolvidos com diferentes iniciativas de valorização desses recursos. A construção de um sistema de governança territorial nesse território representa o principal gargalo para a formação de uma estratégia de desenvolvimento da CBST. Por mais que o território tenha recursos territoriais específicos e um cenário atrativo, o sistema de governança territorial ainda é fragmentado e incipiente. Existem algumas ações embrionárias dos atores privados e associativos e outras ações mais significantes por parte dos atores públicos, mas persiste a falta de conexão entre os diferentes atores do território. Um aspecto positivo reside no fato de que a maioria deles tem consciência dessa limitação.

Durante a pesquisa de campo, foi possível identificar a atuação transversal de profissionais ligados ao serviço público de pesquisa e extensão da EPAGRI, a qual promove ações em conjunto com a maioria dos atores territoriais, se despontando como principal mediador na construção de uma governança territorial. As diversas ações promovidas pelo Sebrae-SC, com destaque para o projeto Serra de Sabores, colocam os atores públicos como agentes-chave do incipiente sistema de governança territorial. As administrações municipais, a exemplo do que ocorre em grande parte do país, apresentam dificuldades de romper com sua circunscrição municipalista e pouco aportam na construção de iniciativas intermunicipais a favor da construção da CBST e do desenvolvimento territorial da Serra Catarinense. No entanto, a AMURES representa um *locus* privilegiado para promover essa nova escala de articulação.

Ao compararmos o tamanho da área geográfica da AMURES e da extinta ADR de São Joaquim, percebe-se que o recorte e as ações da antiga ADR de São Joaquim poderia ser ideal para a coordenação das iniciativas territoriais que convergem para a criação de uma CBST, já que sua estrutura organizacional tinha a capacidade de articular os atores públicos, privados e associativos. Dessa maneira, a formação da governança territorial da Serra Catarinense, teria a ADR de São Joaquim como um ator importante na função de aglutinadora de distintos projetos e atores, na caminhada estratégica de um desenvolvimento territorial à luz da CBST.

A falta de articulações intersetoriais da parte dos atores privados representa outro desafio a ser superado. Isso se reflete também nos atores associativos, visto que há inúmeras associações e cooperativas constituídas por produtos e serviços específicos que se individualizam, ou seja, mesmo possuindo problemas em comum e/ou similares não se inter-relacionam. E em geral, essas organizações têm uma fraca representatividade do próprio

segmento a que pretendem representar ou institucionalizar. As atividades associadas ao turismo rural figuram como embriões nas trocas de informações entre as organizações turísticas de Urubici e Bom Jardim da Serra. Podem dar início a um processo de maior abrangência de valorização de serviços e produtos específicos do território. Assim como a estruturação organizacional do queijo artesanal serrano, que por meio da formação dos grupos CITE, consegue resolver problemas comuns, valorizar e melhorar a qualidade do queijo artesanal serrano e também aproximar a discussão entre os atores associativos e os públicos.

A abordagem da CBST pressupõe a integração e articulação entre produtos e serviços territoriais e, com efeito, dos diversos atores. Sem isso não se constitui uma estratégia de desenvolvimento territorial à luz desse enfoque. Ou seja, a articulação entre as distintas iniciativas em curso pode representar uma segunda etapa de construção do sistema de governança territorial, mas não se percebe, até o momento, nenhuma ação ou percepção da parte dos atores territoriais sobre a importância futura dessa articulação. A função da organização desse processo ficará a cargo, principalmente, dos atores público e associativo. A relação entre os três tipos de atores é essencial para a emergência de IG, marcas coletivas, feiras, eventos e outros projetos que legitimem a identidade e especificidade do território (CAMPAGNE; PECQUEUR, 2014).

Por fim, o processo de construção das quatro IGs – queijo serrano, maçã, vinhos de altitude e o mel de melato – juntamente com os atores associativos do turismo rural, podem ser o ponto de partida de um sistema de governança que articule as iniciativas de valorização de distintos recursos territoriais específicos da Serra Catarinense. A valorização desses produtos possibilita a descoberta, pelos consumidores, de outros produtos serranos como a goiaba serrana, o frescal, a bijajica, a rosca de coalhada, o entreveiro e a paçoca de pinhão, além das belezas cênicas da serra e as suas histórias. Esse quadro sugere a necessidade de mais pesquisa à luz da abordagem da CBST, para que se possa melhor avaliar a potencialidade dos demais recursos territoriais específicos, bem como os resultados das iniciativas de IG em curso.

## 5. Referências

- AZEVEDO, M. S. **Mel de melato de bracatinga (*Mimosa scabrella Benth*) do planalto serrano de Santa Catarina**: discriminação e potencialidade funcional. 2017. Tese, Programa de Pós-Graduação em Ciência dos Alimentos, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- BÉRARD, L. HIRCZAK, M.; MARCHENAY, P.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. *Le panier de biens: une construction patrimoniale et territoriale. L'exemple de la Bresse*. Grenoble Applied Economics Laboratory (GAEL), Grenoble, 2005.
- CALAME, P. *La Démocratie en miettes*. Ed. Charles Léopold Mayer. Paris, 2003.

- CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.
- CANÇADO, A. C.; TAVARES, B.; DALLABRIDA, V. R. Gestão Social e Governança Territorial: interseções e especificidades teórico-práticas. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 9, p. 313-353, 2013. Disponível em: <<http://www.rbgdr.com.br/revista/index.php/rbgdr/article/view/1136/356>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.
- CISAMA. **Publicações (Consórcio) – Apresentação 2016**. 2016. 38 slides. Disponível em: <<http://www.cisama.sc.gov.br/>>. Acesso em 02 de junho de 2019.
- CORDEIRO, W. C. **A vitivinicultura em São Joaquim -SC: Uma nova atividade no município**. 2006. 139 p. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89399/235989.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- CÓRDOVA, U. A.; SCHLICKMANN, A. F. M. B. F. A CONTRIBUIÇÃO DO QUEIJO ARTESANAL SERRANO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E PRESERVAÇÃO DOS CAMPOS DE ALTITUDE DO SUL DO BRASIL. **Cadernos de Prospecção**, v. 8, n. 1, p. 150, 2015.
- DALLABRIDA, V. R. Governança territorial: do debate teórico à avaliação da sua prática. **Análise Social**, v. 215, n. 2, p. 304-328, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/aso/n215/n215a04.pdf>>. Acesso em: 01 de outubro de 2017.
- DASÍ, J. F. Le défi, le besoin et le mythe de la participation à la planification du développement territorial durable: à la recherche d'une gouvernance territoriale efficace. **L'Information géographique**, v. 73, n. 2, p. 89-111, 2009.
- FAASC, Federação das Associações de Apicultores e Meliponicultores de Santa Catarina. **Inventário da apicultura catarinense**, 2016. Disponível em: <<http://www.faasc.com.br/noticiasid/60>>. Acesso em: 28 de setembro de 2018.
- FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil: Uma análise do 'circuito das águas paulista' e do 'circuito das malhas do sul de Minas Gerais'**. 2010. 191 Tese Programa de Pós-graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista Rio Claro.
- \_\_\_\_\_. Compreendendo a governança territorial e suas possibilidades: Arranjos Produtivos Locais (APL) e circuitos turísticos. **SciELO**, v. 13, n. 1, p. 93-104, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v13n1/a08v13n1>>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.
- GOMES, C. M. P. **A governança da terra em questão: uma análise da política de crédito fundiário no Brasil**. 2013. Dissertação Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina.
- GOMES, C. M. P.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. L.; BIROCHI, R. Governança da terra e (re) territorialização da agricultura familiar: possibilidades do crédito fundiário no Brasil. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 19, 2014.
- GUZZATTI, T. C.; SAMPAIO, C. A. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, v. 6, n. 1, p. 93-106, 2013.
- HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, no 308, p.55-70, 2008.
- LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? **Geographie Economie Societe**, v. 7, n. 4, p. 321-331, 2005. ISSN 1295-926X.

- MAIORKI, G. J.; DALLABRIDA, V. R. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, v. 16, n. 1, 2015.
- NIEDERLE, P. A. A institucionalização de um mercado para produtos com Indicações Geográficas no Brasil: uma abordagem sociológica. **Indicação Geográfica, Signos Coletivos e Desenvolvimento**. Editora IBPI, 2015.
- OLIVEIRA, E. S. Impactos socioambientais e econômicos do turismo e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso do Município de Itacaré-Bahia. **Interações (Campo Grande)**, v. 8, n. 2, 2016.
- OGANAUSKAS F., V. **Descentralização administrativa do estado de Santa Catarina: caracterização e resultados (2003-2015)**. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.
- PECQUEUR, B. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: < [http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217) >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: < <https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- PERRON, L ; JANIN, C. **Valoriser les ressources territoriales: les clés pour l'action – guide méthodologique**. Grenoble, Suaci Alpes du Nord – Gis Alpes Jura/Université du Grenoble, p.101, 2014.
- ROTH, A. L.; WEGNER, D.; JÚNIOR, J. A. V. A.; PADULA, A. D. Diferenças e inter-relações dos conceitos de governança e gestão de redes horizontais de empresas: contribuições para o campo de estudos. **Revista de Administração**, v. 47, n. 1, p. 112-123, 2012.
- SALOMÉ, J. A. **Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.
- SILVA, R.; SOMMER, R. O PRODETUR-SUL e os municípios turísticos do planalto serrano catarinense. **III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. Caxias do Sul: 1-22 p. 2005.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. **The journal of Law and Economics**, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979. ISSN 0022-2186.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as desigualdades socioeconômicas e o contexto brasileiro no qual as ações formais de desenvolvimento rural estão inseridas, destaca-se a relevância de estudos correlacionados a estratégias de desenvolvimento territorial por meio da valorização de recursos territoriais específicos. Deste modo, a teoria de Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) merece um olhar mais aprofundado, em especial no que se refere à sua adaptação para a realidade brasileira. Trata-se de uma ferramenta teórico-metodológica para avaliar distintos territórios e traçar estratégias endógenas de desenvolvimento, principalmente para os territórios marginalizados pela globalização da economia.

É preciso mencionar que essa ferramenta articula instrumentos de pesquisa-ação voltadas tanto à compreensão dos pontos a serem melhorados no território quanto à consolidação da CBST em um determinado território, constituindo-se em um rico roteiro de iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável. Portanto, é necessário adaptar essa teoria para realidade brasileira, a fim de colocá-la em prática no nosso contexto, para fomentar a valorização dos nossos produtos e serviços típicos, dos diversos territórios, de forma a promover um desenvolvimento socioeconômico que resgate a cultura, história e a preservação do nosso ambiente.

Dentre os principais aspectos a serem considerados no processo de adaptação do enfoque da CBST encontra-se o desafio de construir mecanismos que possibilitem a participação de atores sociais que não se encontram integrados nas principais redes sociotécnicas das cadeias produtivas existentes no território. Em um país reconhecido internacionalmente por suas profundas desigualdades sociais, toda ação de desenvolvimento territorial necessita prever mecanismos de contrapartidas sociais da parte dos atores incluídos a favor daqueles que, por razões históricas, não lograram o mesmo êxito. Para a realidade da Serra Catarinense pode-se, por exemplo, mencionar a situação dos trabalhadores assalariados sazonais que atuam na colheita da maçã, a maioria deles de outras regiões do país, a exemplo do Nordeste. Outra área de atuação com potencial de propiciar a inclusão social está associada à colheita de pinhão, outro produto típico da região, que envolve famílias rurais e urbanas de menor nível de renda.

Para que se pudesse vincular melhor o enfoque da CBST à realidade empírica da Serra Catarinense, buscou-se responder aos objetivos específicos dessa dissertação, os quais merecem ser aqui resgatados: i) Identificar os recursos e ativos territoriais específicos, que possam agregar os demais elementos que compõem uma oferta compósita no processo de formação da

cesta de bens e serviços territoriais; e ii) Compreender a organização dos recursos territoriais analisados, com ênfase nas articulações entre os atores públicos, associativos e privados iii) Revelar os principais desafios para uma possível construção de uma cesta de bens e serviços territoriais, a partir da comunicação e articulação existente entre as organizações de produtores, comerciantes, profissionais ligados ao turismo rural e agentes públicos que atuam na região.

Desse modo, as entrevistas com os diversos atores da Serra Catarinense procurou identificar e analisar recursos e ativos territoriais específicos do território, com o propósito de realizar um panorama acerca da estratégia de desenvolvimento tendo por base a abordagem da CBST. Dentre a grande diversidade de recursos e ativos territoriais deste território, o queijo artesanal serrano, a maçã fuji, o vinho de altitude, mel de melato e o turismo rural despontaram como principais atributos de desenvolvimento do território, uma vez que demonstram especificidades atreladas ao território e também foram os produtos mais mencionados na pesquisa de campo.

Ao analisarmos esses produtos constatamos que o queijo artesanal serrano, o vinho de altitude e o mel melato podem ser considerados ativos territoriais específicos, possuem um forte vínculo ao território, possuem características que não se encontram em outro local e já estão sendo comercializados valorizando tal especificidade. No entanto, há de destacar que essa valorização ainda é incipiente e tem potencial para melhorar, principalmente quando conseguirem estruturar uma governança territorial.

Já o caso da maçã se configura de uma forma diferente. Apesar da variedade fuji apresentar elementos que a denote como um ativo específico, ela ainda é comercializada como uma maçã comum. Tal fato nos faz classificá-la como um ativo genérico, pois os atores territoriais que estão em torno desse produto precisam se organizar para valorizar as especificidades desse produto no mercado. Tem-se uma grande perspectiva no processo da Indicação Geográfica (IG) desse fruto, pois a partir do momento que esse processo seja concluído, os atores privados e associativos em torno dele ganharão uma ferramenta importante para valorizar suas especificidades perante ao mercado. O mesmo acontecerá para o queijo artesanal serrano, vinho de altitude e o mel de melato.

Quando se analisa o turismo rural, percebe-se que este se trata de um ativo específico, e que, dentre os demais, apresenta um grande destaque. Quando questionados acerca de qual produto ou serviço que possui uma maior atratividade de pessoas externas ao território, a maioria dos entrevistados respondeu que era o turismo rural. A beleza e a riqueza do cenário da Serra Catarinense são realmente ímpares, tanto que há um grande aporte de investimento no território em negócios relacionados diretamente ao turismo, como, por exemplo, a criação de

novas pousadas, restaurantes, cafés coloniais, vinícolas, dentre outras, que se estruturaram para receber os turistas.

No entanto, quando procurou-se responder o segundo objetivo, analisamos a coordenação dos atores públicos, privados e associativos, denotou-se que o sistema de governança territorial interno a cada produto ou serviço ainda é incipiente. Os diferentes atores possuem uma articulação frágil, principalmente os atores privados e associativos. Dentro da organização dos cinco recursos territoriais existe uma baixa representatividade quando comparamos ao universo total dos atores privados de cada um. Outro ponto é a inexistência de articulação, direta, entre esses recursos. Somente em um caso específico na festa da Vindima, de 2015, houve a participação de alguns produtores de queijo artesanal serrano, e essa combinação foi satisfatória para ambos, mas não se deu sequência na articulação.

Ao averiguar os atores públicos, encontramos uma maior rede de comunicação entre eles, e deles com os atores privados e associativos, com destaque para EPAGRI, Sebrae e AMURES. Os três apresentam uma ação transversal entre os demais atores, e atuam como mediadores do processo de constituição da governança. A EPAGRI, atualmente, é o ator público com maior vínculo com os atores privados e associativos do território. Por isso, em caso de uma estruturação de um projeto de desenvolvimento territorial à luz da “cesta”, ela seria o principal ator público para mediar o processo inicial, pois possui uma boa capilaridade no território.

Os processos das quatro IG têm uma forte articulação entre o Sebrae, EPAGRI e AMURES, mas com uma ação mais preponderante das duas primeiras organizações. Esses processos de IG, além de valorizarem a qualidade e especificidade dos produtos, fortalecem os atores associativos e suas redes em torno de cada produto. Essas iniciativas podem representar a construção de um sistema governança territorial, o qual precisa ser acompanhado e avaliado por novos estudos dado a fase inicial em que esses processos se encontram.

Atualmente, os atores implicados com os produtos e serviço citados acima, ainda não possuem um elo que permite desenvolver ações em conjunto. O turismo rural, em alguns casos, promove a ligação entre os produtos de forma indireta, por meio da comercialização de um ou outro produto, ou até mesmo a realização de colhe e pague da maçã em algumas pousadas rurais. Portanto, o turismo rural se demonstra como uma conexão potencial entre os ativos e recursos territoriais específicos da Serra Catarinense, principalmente na geração do efeito “cesta”.

Ao responder o terceiro e último objetivo entendemos que o maior desafio na construção de uma cesta de bens e serviços territoriais é a baixa articulação entre os atores privados e entre

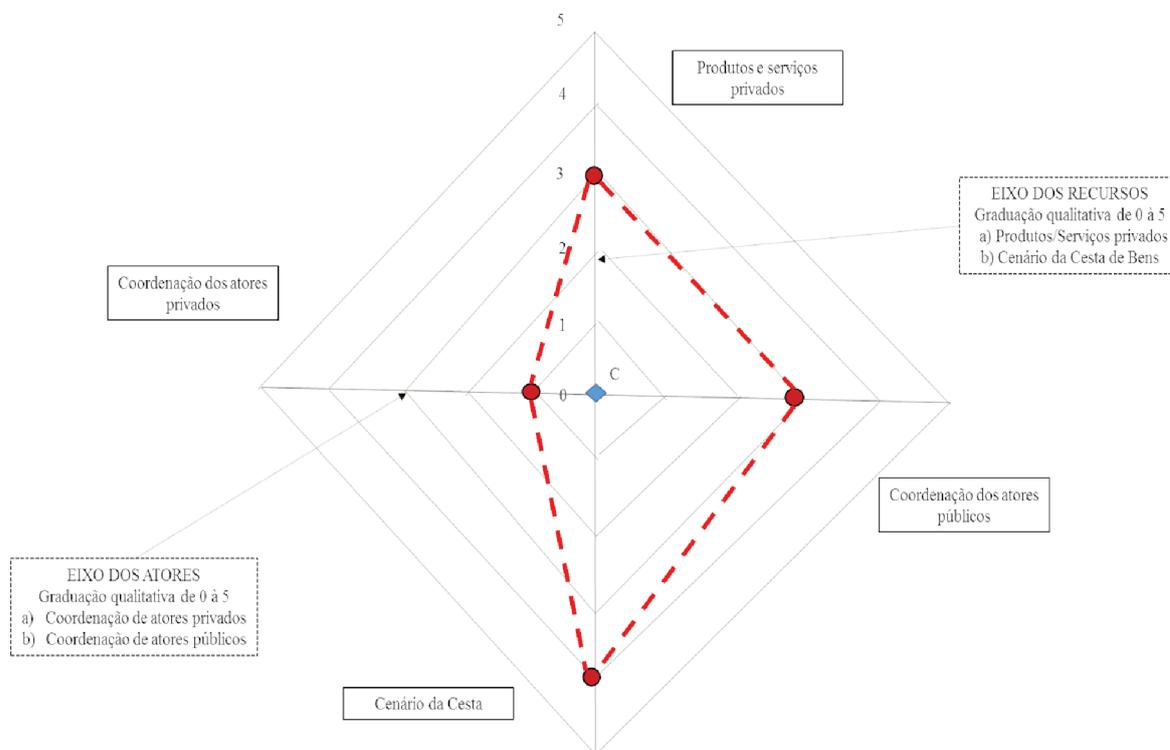
os atores associativos de cada recurso. Pois os responsáveis pela valorização e especificação dos recursos, são os atores privados e associativos. Caso não exista uma articulação entre eles, dificilmente irão constituir uma governança territorial, a qual é elemento fundamental para a construção de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

Na realidade da Serra Catarinense, o caso da coordenação do turismo rural e do queijo serrano, talvez sejam os melhores exemplos a serem seguido pelos atores da maçã e do mel de melato, que são similares referente ao número de atores e ao perfil socioeconômico. Mas temos que ressaltar que a coordenação do queijo artesanal serrano e do turismo rural, ainda está começando e há muito que melhorar. Já os vinhos de altitude possuem uma outra dinâmica, pois têm um pequeno número de atores e todos apresentam um perfil similar. Todavia, isso não se reflete na tomada de decisão rápida, pois existe muitas divergências mesmo em uma organização de poucos atores com perfis socioeconômicos similares.

A partir do diagrama de análise proposto por Hirzcak e Moalla (2010) e dos resultados da pesquisa de campo, pode-se melhor qualificar os recursos, serviços, cenários e sistema de governança dos atores da Serra Catarinense. Com o propósito de gerar um marco temporal avaliativo da situação atual da CBST, que permita futuras comparações, elaboramos uma avaliação quantitativa dos seus componentes. A região de estudo apresenta um belo cenário para a composição da “Cesta”, obtendo a pontuação 4. Esse componente não está isento de desafios, a exemplo do controle de queimadas dos campos nativos durante os meses de inverno, do uso de agrotóxicos nas atividades associadas à fruticultura e da expansão dos monocultivos com reflorestamentos de espécies exóticas. Já os produtos e serviços receberam uma pontuação 3, dado que se identificou no território três ativos específicos e um ativo genérico, com potencial para se tornar específico. Aqui também se tem um vasto campo de atuação a ser trilhado, que passa pela homologação e gestão das iniciativas de IG e a inserção de outros produtos territoriais de qualidade, com destaque para o pinhão e a goiaba serrana, além do aprimoramento e consolidação das marcas territoriais (Sabor e Saber Serrano). No eixo do sistema de governança territorial, enquanto os atores públicos tiveram uma pontuação de 3, os atores privados receberam nota 1, demonstrando que a coordenação dos atores territoriais da Serra Catarinense necessita de uma atenção maior no processo de construção da CBST. As diferentes ações promovidas pelos atores públicos ainda carecem de um maior envolvimento e capacidade de articulação da parte dos atores privados e associativos. As diferentes iniciativas de IG e as marcas territoriais representam, no entanto, laboratórios de ação coletiva que podem induzir melhorias nos sistemas de coordenação desses atores. O tema da inclusão social e de contrapartidas sociais de atores incluídos em direção aos menos favorecidos figura como outro

elemento a ser inserido na agenda do desenvolvimento territorial sustentável da Serra Catarinense.

**Figura 1-** Diagrama de análise da Serra Catarinense



Fonte: Hirzcek e Moalla (2010), modificado pelos autores.

Deste modo, a Serra Catarinense se apresenta como um território ideal para a promoção de pesquisas e o desenvolvimento do enfoque da CBST. A carência, no entanto, de ações de formação dos distintos atores territoriais acerca dos enfoques do desenvolvimento territorial e da CBST é notório. Essa formação pode se apresentar como instrumento catalisador da valorização dos produtos e serviços, articulados entre si, tornando o território no principal produto da cesta. Assim, é necessário desenvolver mais pesquisas, de preferência com metodologias participativas, que possam, ao mesmo tempo, mobilizar os atores na direção da construção de um sistema de governança territorial.

Esta pesquisa contribuiu no sentido de fazer uma primeira sensibilização dos atores territoriais da Serra Catarinense sobre a abordagem da CBST, pois durante a realização das atividades de campo houve um espaço para explicar a diversos participantes sobre a abordagem da CBST, assim como fazer um primeiro diagnóstico desse território com base nesse enfoque.

Quanto às limitações desta pesquisa destaca-se o curto tempo para a adaptação da abordagem teórica-metodológica da CBST, não permitindo realizar uma avaliação do território com todas as ferramentas dessa abordagem. Um aprofundamento maior nas análises se faz

necessário de forma a incluir outros produtos específicos como o frescal, a goiaba serrana, o vime e o pinhão, que podem compor a formação da “cesta”, visto que possuem uma especificidade ligada ao território. Portanto, destaca-se que a CBST é uma abordagem que tem grande potencial a ser desenvolvida no território da Serra Catarinense, o qual fornece elementos suficientes para a construção da mesma, o que pode contribuir para uma melhor qualidade de vida ao povo serrano.

Por fim, ainda que a perspectiva da CBST tenha sido elaborada no âmbito europeu com um viés direcionado para regiões deixadas à margem dos processos de desenvolvimento, no Brasil, percebe-se que esse enfoque tem maiores possibilidades de propiciar vantagens para atores sociais com melhores condições socioeconômicas. A desigualdade social brasileira representa um obstáculo de acesso aos benefícios da cesta, quem sabe, intransponível da parte de segmentos sociais empobrecidos. A solidariedade socioterritorial representa uma questão a ser integrada nas iniciativas de valorização de produtos e serviços territoriais, pois nem todos os atores territoriais reúnem as condições para integrar essas iniciativas. Que contrapartidas os beneficiados pelos serviços públicos implicados dessas iniciativas podem aportar àqueles que historicamente ficaram à margem das principais ações de desenvolvimento rural?

## 5. REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo (ed. rev. e amp.). (LA Reto & A. Pinheiro. Trad.). **Lisboa: Edições**, v. 70, 2011.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, v. 2, n. 1, p. 68-80, 2005. ISSN 1806-5023.
- BONILHA, E. B. P. **Caracterização de cadeia produtiva do mel catarinense: os casos das associações de apicultores de Bom Retiro e da Encosta da Serra**. 2012. Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional da Propriedade Industrial. **Pedidos de indicação geográfica concedidos e em andamento**. Publicado em maio de 2019. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>>. Acesso em: 01 abril 2019.
- CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol. [online]**, Belo Horizonte, v.6, n.2, p. 179-191, jul./dez., 2013. ISSN-1983-8220. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284>>. Acessado em 06 ago. 2018.
- CASTELLANO, F. D. O. **Território e desenvolvimento rural: O caso dos engenhos de farinha de mandioca do litoral centro-sul de Santa Catarina**. 2015. 127 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Manuad X, 2009. ISBN 8574782920.
- CERDAN, C. M. T. Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável. **Política & sociedade**, v. 8, n. 14, p. 277-300, 2009.
- \_\_\_\_\_. Indicações geográficas e estratégicas de desenvolvimento territorial. In: NIERDELE, P.A. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p.125-150.
- CERDAN, C. M. T. ; BRUCH, K. L.; SILVA, A. L.; COPETTI, M.; FÁVERO, K. C.; LOCATELLI, L. Indicação Geográfica de produtos agropecuários: importância histórica e atual. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Curso de propriedade intelectual & inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 2010.
- COMUNELLO, F. J. Os movimentos sociais e a produção de maçã agroecológica em São Joaquim, Santa Catarina, Brasil. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, v. 4, n. 1, p. 190-225, 2014. Disponível em: < <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/seculoxxi/article/view/15649> >. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- COLLETIS, G.; PECQUEUR, B. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, p. 51-74, 2005. Disponível em: < <https://ei.revues.org/900> >. Acesso em: 27 de setembro de 2017
- \_\_\_\_\_. Révélation de ressources spécifiques et coordination située. **Economie & Institutions**, p. 51-74, 2005. Disponível em: < <https://ei.revues.org/900> >. Acesso em: 27 de setembro de 2017.
- CORDEIRO, W. C. **A vitivinicultura em São Joaquim -SC: Uma nova atividade no município**. 2006. 139 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Disponível em: <

- <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89399/235989.pdf?sequence=1&isAllowed=y> >. Acesso em 10 de outubro de 2017.
- CÓRDOVA, U. D. A.; SCHLICKMANN, A. D. F. D. M. B. F.; PINTO, C. E. A contribuição do queijo artesanal serrano para o desenvolvimento regional e preservação dos campos de altitude do sul do Brasil. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 11, n. 3, p. 103-114, 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/727>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- CÓRDOVA, U. D. A.; SCHLICKMANN, A. D. F. D. M. B. F. A contribuição do queijo artesanal Serrano para o desenvolvimento regional e preservação dos Campos de Altitude do Sul do Brasil. **Cadernos de Prospecção**, v. 8, n. 1, p. 150, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/nit/article/view/12037>>. Acesso em: 10 de outubro de 2017.
- DALLABRIDA, V. R.; BENEDETTI, E. L. Do produtivismo, ao neoprodutivismo, para o pós-produtivismo: Perspectivas teóricas recentes na interpretação das mudanças no espaço rural e elucidação de práticas inovadoras. **Redes**, v. 21, n. 3, p. 117-136, 2016. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/7611> >. Acesso em: 06 de outubro de 2017.
- EMERIQUE, L. P. **O desenvolvimento do setor maciêiro no sul do Brasil**. 2008. 147 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90983> >. Acesso em 01 de outubro de 2017.
- FERNANDES, L. R. R. M. V.; PEDREIRA, R. B. A proteção no Brasil das indicações geográficas nacionais no período 1997-2011. In: NIERDELE, P.A. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 227-244.
- FLEXOR, G; BENAVIDES, Z. C. Multifuncionalidade da agricultura e diferenciação territorial no Sul fluminense: uma perspectiva em termo de cesta de bens. In: CAZELLA; FLORES, M. X. **Da solidariedade social ao individualismo: Um estudo sobre o desenvolvimento do vale dos vinhedos na serra gaúcha**. 2007. 311 p. Tese Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- FONTANELLA, B. J. B., LUCHESI B. M. ; SAIDEL, M. G. B. ; RICAS, J. ; TURATO, E. R.; MELO, D. G. Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 27, p. 388-394, 2011.
- FRANÇOIS, H.; HIRCZAK, M.; SENIL, N. De la ressource à la trajectoire: quelles stratégies de développement territorial? **Géographie, économie, société**, v. 15, n. 3, p. 267-284, 2013. ISSN 9782743015480. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-geographie-economie-societe-2013-3-page-267.htm>>. Acesso em: 27 de setembro de 2017.
- GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Programa de Desenvolvimento e Redução das Desigualdades Regionais. **Perfil socioeconômico da ADR São Joaquim**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/visualizar-biblioteca/acoes/programa-de-desenvolvimento-e-reducao-das-desigualdades-regionais/787--106/file>. Acesso em: 24 de setembro de 2017.
- GUZZATTI, T.C.; SAMPAIO, C.A.C.; CORIOLANO, L.N.M.T. Turismo de base comunitária em territórios rurais: caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia (SC). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.1, jan/abr-2013, pp.93-106.
- HIRCZAK, M.; MOALLA, M.; MOLLARD, A.; PECQUEUR, B.; RAMBONILAZA, M.; VOLLET, D. Le modèle du panier de biens: grille d'analyse et observations de terrain. **Économie Rurale**, no 308, p.55-70, 2008.
- INÁCIO, H. L. D. D. **O Ecoturismo como Vetor de Desenvolvimento Territorial Sustentável: Um estudo de caso no Alto Vale do Itajaí**. 2007. 240 p. Tese do Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina.

- KLANOVICZ, J. **Natureza corrigida: uma história ambiental dos pomares de macieira no sul do Brasil (1960-1990)**. 2007. 311 p. Tese do Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.
- LANDEL, P.-A.; PECQUEUR, B. La culture comme ressource territoriale spécifique. In: DROIT, C. D. E. E. D. R. S. L. (Ed.). **Administration et politique : une pensée critique sans frontières. Dialogue avec et autour de Jean-Jacques Gleizal**, 2009. p.181-192.
- LANDEL, P.-A.; KOOP, K.; PECQUEUR, B. 50 ans de transferts de politiques de développement françaises au Maghreb: Pourquoi croire au modèle du développement territorial ? Une approche critique. **EchoGéo**, n. 13, p. 12065, 2010.
- LELOUP, F.; MOYART, L.; PECQUEUR, B. La gouvernance territoriale comme nouveau mode de coordination territoriale? **Geographie Economie Societe**, v. 7, n. 4, p. 321-331, 2005. ISSN 1295-926X.
- LINS, H. N. **Estilização do turismo: Ensaio com foco na serra catarinense**. II Encontro de Economia Catarinense Artigos Científicos. Chapecó, 2008.
- LOSSO, F. B. O desenvolvimento da vitivinicultura e as possibilidades de implantação de roteiros enoturísticos na Região de São Joaquim. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, v. 6, n. 2, p. 181-200, 2012. Disponível em: < <https://www.rbtur.org/rbtur/article/view/503> >. Acesso em: 04 de outubro de 2017.
- LOSSO, F. B.; PEREIRA, R. M. F. D. A. **Turismo e Sociedade : revista eletrônica**. 2014. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/38857/23694> >. Acesso em: 04 de outubro de 2017.
- MAGNANTI, N.; PEREIRA, S.; LEHMANN, A. **Centro Vianei de Educação Popular, Lages-SC e Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos de Otacílio Costa (Afaoc-SC)**, 2010.
- MOLLARD, A.; PECQUEUR, B. De l'hypothèse au modèle du panier de biens et de services Histoire succincte d'une recherche. **Economie rurale**, v. 300, p. 110-114, 2007. Disponível em: < <https://economierurale.revues.org/2270> >. Acesso em: 22 de setembro de 2017.
- MUÑOZ, E. F. P.; NETO, W. C. B.; GUTIERREZ, L. A. L. Projetando empreendimentos econômicos solidários. **Revista ELO—Diálogos em Extensão**, v. 3, n. 1, 2014.
- NIERDELE, P.A. Indicações geográficas e processos de qualificação nos mercados agroalimentares. In: NIERDELE, P.A. **Indicações Geográficas: Qualidade e origem nos mercados alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 23-54.
- NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G. C. C.; WILKINSON, J. Governança e institucionalização das indicações geográficas no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 55, n. 1, p. 85-102, 2017.
- OGANAUSKAS FILHO, V.; CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F.L.; TECCHIO, A. A DESCENTRALIZAÇÃO CATARINENSE E O TÍMIDO PAPEL DAS SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 14, n. 5, 2018.
- PAULA, L. G. N.; PULGAS, A. S.; ROMÃO, A. L.; Qual modelo de agricultura que desejamos?. **TEARSAN**, 2017. Disponível em: <[http://www.tearsan.ufsc.br/noticia/qual\\_modelo\\_de\\_agricultura\\_que\\_desejamos](http://www.tearsan.ufsc.br/noticia/qual_modelo_de_agricultura_que_desejamos)>. Acesso em: 22 de dezembro de 2018.
- PECQUEUR, B. **De l'espace fonctionnel à l'espace-territoire: essai sur le développement local**. 1987. Tese de Doutorado. Université Pierre Mendès France (Grenoble).
- \_\_\_\_\_. Qualité et développement territorial: l'hypothèse du panier de biens et de services territorialisés. **Économie rurale**, v. 261, n. 1, p. 37-49, 2001. Disponível em: <[http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru\\_0013-0559\\_2001\\_num\\_261\\_1\\_5217](http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ecoru_0013-0559_2001_num_261_1_5217)>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du Sud. Grenoble: **Institut de Géographie Alpine**, 2004.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento territorial: Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes**, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, 2005. Disponível em: <

<https://desenvolvimentoareasperifericasblog.files.wordpress.com/2016/03/desenvolvimento-territorial-pecqueur.pdf>>. Acesso em: 22 de setembro de 2017.

\_\_\_\_\_. A guinada territorial da economia global. In: AUTORES, V. (Ed.). **EISFORIA. Desenvolvimento Territorial Sustentável. Conceitos, experiências e saíões teórico-metodológicos**. Florianópolis: PPGAGR, 2006. p.81-103.

SALOMÉ, J. A. **Levantamento e fenologia de plantas apícolas do estado de Santa Catarina**. Florianópolis, 2002. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais.

SAKR, M. R.; DALLABRIDA, V. R. Produtos de Santa Catarina com identidade territorial. **Revista de Política Agrícola**, v. 24, n. 3, p. 102-113, 2015.

SANTA CATARINA. **Decreto n.856 de 6 de setembro de 2016**. Aprova o Regimento Interno das Agências de Desenvolvimento Regional, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, dos Colegiados Regionais de Governo e estabelece outras providências. Santa Catarina, Florianópolis, 6 de setembro de 2016.

SANTOS, H. L. D. **Construção social de mercado orgânico: O caso da cooperativa Ecoserra na serra catarinense**. 2006. 137 Dissertação Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PAGR0176.pdf>>. Acesso em 29 de setembro de 2017.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Dados em Big Data**, v. 1, n. 1, p. 23-42, 2017. Disponível em <<http://oficinas.incubadora.ufsc.br/index.php/Lucasfranco/article/view/2336>>. Acessado em 07ago. 2018.

SILVA, R.; SOMMER, R. **O PRODETUR-SUL e os municípios turísticos do planalto serrano catarinense**. III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Caxias do Sul: 1-22 p. 2005.

TONIETTO, J. **Les macroclimats viticoles mondiaux et l'influence du mésoclimat sur la typicité de laSyrah et du Muscat de Hambourg dans le sud de la France**: méthodologie de caractérisation. 1999. 233 f.Tese (Doutorado) - École Nationale Supérieure Agronomique de Montpellier, Montpellier, France.

\_\_\_\_\_. Evaluation climatique des aires viticoles globaux. In: CONGRESO SOBRE CLIMA Y VITICULTURA, **Proceedings**. Zaragoza, 2007, p. 56-63.

TONIETTO, J. CARBONNEAU, A. A multicriteria climatic classification system for grape-growing regionsworldwide. **Agricultural and Forest Meteorology**, v. 124, n. 1/2, p. 81-97, 2004.

YAMAGUCHI, C. K.; CÓRDOVA, U. D. A.; SCHLICKMANN, A. D. F. D. M. B. F.; SANTOS, A. P. S. O queijo artesanal serrano como fator de desenvolvimento nos campos de altitude no sul do Brasil. In: YAMAGUCHI, C. K et al. (Org.) **Visão contemporânea e sustentável da Serra Catarinense**. Lages: Ed. Uniplac, 2016 p. 109-120.

## 6. APÊNDICES

### 6.1 APÊNCIDE A – Roteiro de entrevistas com os atores públicos

- 1) Nome completo.
- 2) Instituição ou organização na qual trabalha. Qual é a sua função ou cargo?
- 3) Há quanto tempo desempenha essa função?
- 4) Quais atividades que sua organização/instituição exerce atualmente? Quais das ações são voltadas para a valorização dos produtos, serviços agropecuários e o turismo rural, mais especificamente?
- 5) Essas ações favoreceram melhorias econômicas, sociais e ambientais na região? Como? Quais outros produtos ou serviços poderiam ser valorizados? (potenciais)
- 6) Poderia mencionar alguns resultados, positivos e negativos, obtidos com a construção dessa valorização do produto ou serviço local?
- 7) Existe pretensão de construir outros tipos de ações que demonstrem o valor histórico/cultural desses produtos e o turismo rural? Quais?
- 8) Dentre as ações promovidas, qual produto ou serviço que é mais beneficiado? Por quê? Qual outro também poderia ser beneficiado?
- 9) Esse produto ou serviço possui uma atratividade de pessoas externas à região? Por quê?
- 10) Quando as pessoas vêm visitar a região, o que elas costumam comprar? O que elas levam para suas casas? (Tanto de produtos quanto de experiências!)
- 11) Quais os principais eventos (feiras, festas, exposições,...) da região que atraia pessoas externas à região? Ele possui algum produto ou serviço que é destaque?
- 12) Qual a relação entre a valorização desse produto/serviço com a promoção desse(s) evento(s)?
- 13) Como foi a trajetória histórica da valorização desses produtos ou serviços? (História)
- 14) Quais cooperativas e associações que foram criadas em torno desses produtos e serviços rurais?
- 15) As associações/cooperativas que estão sendo construídas nessa região influenciaram na valorização dos produtos/serviços locais? Como?
- 16) Como as atividades que sua organização/instituição exerce atualmente se relacionam com (outras) organizações atuantes na Serra Catarinense?
- 17) Existem articulações (apoios) para valorização entre os diferentes produtos locais e o turismo? Quais? Como (é informal/formal)?

- 18) Atualmente, quais as maiores dificuldades no estabelecimento dessas articulações?
- 19) Você acha importante a construção dessas articulações para a formação de um processo de desenvolvimento territorial através da valorização da cultura e da história da região? Por quê?

## 6.2 APÊNCIDE B – Roteiro de entrevistas com os atores privados e associativos

- 1) Nome completo (idem para conjugue), idade e sexo?
- 2) Estado civil e nível de escolaridade?
- 3) De onde vieram seus avós e seus pais? Com o que eles trabalham ou trabalhavam?
- 4) Existe algo no seu produto/serviço ou no seu modo de produção, que é específico, que o difere dos demais do mercado? O quê?
- 5) Onde comercializa sua produção? Você comercializa seu produto em eventos locais? O consumidor reconhece o seu produto/serviço como parte da cultura local?
- 6) Desde quando vocês perceberam que o produto/serviço passou a ser valorizado pelos consumidores da região? (notoriedade) (algum ponto específico no tempo, um modo de comercialização, uma festa promovida em torno do produto).
- 7) Na sua opinião, o que caracteriza a região Serrana e o modo Serrano de viver?
- 8) O que na Serra Catarinense motiva os turistas a virem visitá-la?
- 9) Quando as pessoas vêm visitar a região, o que elas procuram (comprar/vivenciar)? O que elas levam para suas casas? (Tanto de produtos quanto de experiências!)
- 10) Qual produto e/ou serviço que tem maior reconhecimento na região? Existe algum modo de fazer tradicional desse produto e/ou serviço, que é famosa na região?
- 11) Quais os maiores eventos (feiras, festas, exposições,...) da região que atraia pessoas de fora? Ele possui algum produto ou serviço que é destaque?
- 12) Participa de alguma organização da agricultura (cooperativa, associação, grupo informal)? Quais? Por quê?
- 13) Dentro da organização, você participa de fóruns de debate? Como é a sua participação?
- 14) Existe um espaço de diálogo entre a organização e o governo municipal ou estadual? Como ele acontece?
- 15) A organização tem diálogo com outras organizações? Quais são os objetivos desses diálogos?
- 16) Em sua opinião, estas organizações possuem um papel importante na valorização de produtos/serviços que pode gerar o desenvolvimento territorial? Por quê?

### 6.3 APÊNCIDE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador: Leandro Guimarães Nunes de Paula

Participante:

Senhor (a) Gestor (a),

Gostaria de convidá-lo/a como voluntário/a da pesquisa que estou desenvolvendo para a elaboração da minha dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Esta pesquisa, que compõe um conjunto de estudos realizados pelo Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (LEMATE), ao qual estou vinculado, tem como título: **“Cesta de bens e Serviços Territoriais: uma possível estratégia de desenvolvimento territorial para a Serra Catarinense”**.

O objetivo principal é identificar e analisar os recursos e ativos territoriais específicos na Serra Catarinense, que representam potencialidades de uma estratégia de desenvolvimento territorial, que adote a abordagem de cesta de bens e serviços territoriais. Sua participação nessa pesquisa consiste em permitir: ser entrevistado/a a partir do roteiro de questões que buscam responder ao objetivo do trabalho.

Através da sua participação, será possível identificar e analisar os recursos específicos territoriais na Serra Catarinense. Os resultados dessa pesquisa buscam destacar esses recursos específicos, que contém características resultante das ações coletivas dos atores locais e enraizadas territorialmente, que podem compor uma Cesta de bens e serviços territoriais. Com isso, pretende-se, além de inspirar uma estratégia de desenvolvimento territorial, beneficiar diretamente agricultores, empresários e mediadores sociais envolvidos na pesquisa.

Como risco da pesquisa, você estará sujeito a possíveis constrangimentos ao responder alguma das questões elaboradas na entrevista ou ao recusar participar desta pesquisa. Entretanto, todas medidas estão sendo tomadas para garantir a manutenção do sigilo e da sua privacidade/anonimato durante as fases da pesquisa. E ainda assim, reafirmamos a garantia de indenização e ressarcimento diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa que serão arcados pelo Lemate/UFSC. Bem como sua plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, durante a realização dela ou mesmo após sua conclusão, o/a senhor/a poderá entrar em contato com:

- Leandro Guimarães Nunes de Paula, por e-mail (leandrognp@hotmail.com); pelo Tel.: (48) 98822-1413; ou no endereço: Rod. Admar Gonzaga, 1346; CEP: 88034-001 – Itacorubi – Florianópolis/SC – Pós-Graduação em Agroecossistemas – Centro de Ciências Agrárias/UFSC.
- Prof. Ademir Cazella, Coordenador do LEMATE (<http://lemate.paginas.ufsc.br/>) por e-mail (ademir.cazella@ufsc.br) ou pelos Telefones: (48) 3721-4817 ou (48) 3721-2655.
- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), pelo Telefone: (48) 3721-6094; pelo e-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br, ou ainda no Prédio Reitoria II (Edifício Sata Clara), Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 902, Trindade, Florianópolis/SC – CEP 88.040-400.

Florianópolis, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

Li e compreendi este termo de consentimento, e concordo em participar como voluntário desta pesquisa. Assim como recebi uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

---

Participante

Em atendimento à Resolução nº 466 do Conselho Nacional de Saúde em 12 de dezembro de 2012, declaro o cumprimento das exigências contidas nos itens IV.1, IV.2 e IV.3 assim como deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

---

Pesquisador

#### 6.4 APÊNCIDE D – Nota de imprensa

##### CESTA DE BENS E SERVIÇOS TERRITORIAIS: UMA POSSÍVEL ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA A SERRA CATARINENSE?

A Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST) é uma abordagem teórica e metodológica, de origem francesa, que nos permite analisar o desenvolvimento territorial por uma visão sistêmica do território analisado. Além de um instrumento de análise do território, ela pode ser empregada como uma estratégia de desenvolvimento do mesmo, através da valorização e especificação de produtos e serviços típicos do território.

Considerando esse enfoque teórico e metodológico da CBST uma novidade para a realidade brasileira, foi desenvolvida uma pesquisa de mestrado por Leandro Guimarães Nunes de Paula no Programa de Pós- Graduação em Agroecossistemas (PPGAGRO) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob orientação do Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella e co-orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Monique Medeiros. Esta pesquisa buscou responder as seguintes perguntas: i) Partindo-se da compreensão de que a CBST é uma ferramenta teórico-metodológica de construção do desenvolvimento territorial, quais são os principais recursos e ativos específicos catalisadores para o desenvolvimento territorial na Serra Catarinense? ii) Como ocorre a governança territorial entre atores públicos, privados e associativos envolvidos ou correlacionados com esses recursos e ativos? iii) Quais desafios ou percalços precisam ser suplantados com o propósito de construir um sistema de governança territorial associado a uma cesta de bens e serviços territoriais?

Os resultados apresentaram que o território da Serra Catarinense apresenta produtos e serviços específicos, que são potenciais para a formação de uma estratégia de desenvolvimento territorial. Dentre os produtos destaca-se o queijo artesanal serrano, a maçã fugi, os vinhos de altitude e o mel de melato da bracatinga, que estão em processo de obtenção e construção de uma Indicação Geográfica (IG). Já entre os serviços evidencia-se o turismo rural com alta especificidade, e com grande impacto socioeconômico no território serrano. No entanto, atenta-se para a necessidade da criação de uma governança territorial que englobe todos esses produtos e serviços, aglomerando os atores públicos, privados e associativos do território.

Espera-se que esses resultados possam ajudar os atores locais do território, que estão buscando a valorização da Serra Catarinense como um todo, e que esse processo possa

realmente impactar em uma melhor qualidade de vida do povo serrano. Além de auxiliar novas pesquisas que possam contribuir para o desenvolvimento territorial da Serra Catarinense.

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGAGRO-UFSC)

Aluno: Leandro Guimarães Nunes de Paula

Orientador: Prof. Dr. Ademir Antônio Cazella

Co-orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Monique Medeiros.